

Alessandra Ferraz Godoy da Silva

*O EMBATE DAS FORÇAS RURAIS E URBANAS NA  
APROPRIAÇÃO DE UM TERRITÓRIO MULTIFUNCIONAL EM  
IGARAPÉ E MATEUS LEME-MG*

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado Graduação do Instituto de  
Geociências da Universidade Federal de  
Minas Gerais, como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em  
Geografia.

Área de concentração: Organização do  
Espaço  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida  
dos Santos Tubaldini

Belo Horizonte  
Instituto de Geociências da UFMG  
2009

Alessandra Ferraz Godoy da Silva

*O EMBATE DAS FORÇAS RURAIS E URBANAS NA  
APROPRIAÇÃO DE UM TERRITÓRIO MULTIFUNCIONAL EM  
IGARAPÉ E MATEUS LEME-MG*

Belo Horizonte  
Instituto de Geociências da UFMG  
2009



## **Dedicatória**

*Dedico este trabalho a todas as mulheres que se dividem entre as tarefas de mãe, profissional e estudante; dando-nos exemplos de pessoas lutadoras e importantes na construção de um país mais justo e sábio.*

## Agradecimentos

- *Ao meu esposo Graziano, a quem eu amo muito e que em diversos momentos foi pai e mãe de nosso filho Fernando, possibilitando-me trilhar nos caminhos do saber.*
- *Ao filho Fernando pela paciência que teve por eu estar muitas vezes ausente do nosso convívio familiar.*
- *Aos meus amigos Paulo Fragoso, Flávia Soares Leão (in memoriam), Virgínia Palhares, Vladimir Diniz e minha irmã Vanessa Godoy, que colaboraram em diferentes momentos desta pesquisa.*
- *Aos professores pela atenção e comprometimento na elaboração da pesquisa e em especial a minha orientadora Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.*
- *Aos cidadãos de Igarapé e Mateus Leme que me deram um pouco do seu tempo, contando sobre suas vidas, seus trabalhos e suas lutas.*

## Resumo

Esta dissertação trata da apropriação de um território multifuncional, definido a partir de duas sub-bacias do Ribeirão Serra Azul, situadas no limite entre os municípios de Igarapé e Mateus Leme, em Minas Gerais. Esse conjunto está inserido na Área de Proteção Ambiental da represa Serra Azul, responsável pelo abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

As características sócioespaciais das sub-bacias propiciaram o surgimento de diversas atividades agrícolas e não-agrícolas. Dentre as quais se destacam a agricultura metropolitana, as residências de fim-de-semana e os loteamentos populares.

O trabalho está organizado em quatro eixos principais, a saber:

- o primeiro aborda a produção do território de Igarapé a partir do processo de urbanização da metrópole, os múltiplos usos do solo são destacados a fim de tratar dos dilemas vivenciados em relação à escassez de água, que tem sido agravada pelo aumento do adensamento populacional;
- o segundo discute as contradições das propostas do plano diretor na definição do uso das zonas consideradas urbanas, mas que correspondem a usos rurais e quais as implicações desse ordenamento para manutenção da agricultura metropolitana;
- o terceiro mostra a trajetória de vida dos sujeitos desse território a fim de compreender como sua cultura e trabalho tem contribuído para manutenção da atividade rural;
- por último, o quarto dedica-se as considerações finais, no sentido de repensar e requalificar a agricultura familiar frente aos desafios do século XXI.

A escolha desse tema contribui para os debates da geografia que tratam da polêmica de que os espaços rurais podem desaparecer por causa do crescimento urbano da região metropolitana, se não encontrar alternativa(s) que possa(m) na prática com (viver) com racionalidade, na presença da ganância financeira, a fim que o espaço rural não seja extinto doravante.

Palavras-chaves: (Produção do território, múltiplos usos, agricultura metropolitana, relação rural-urbana e cultura).

## Abstract

This dissertation talks about appropriation of a multifunctional territory, defined by two sub drainage-basin of the Serra Azul river, situated at the limited between Igarapé e Mateus Leme, in

Minas Gerais. This group is inside an area of environment protection of the Serra Azul dam, responsible the water supply of Belo Horizonte`s Metropolitan Region.

The social-spacials characteristics of the two sub drainage-basins help for the appearance of a lot of agro and non agro activities. Between these activities we have three important ones, the metropolitan agriculture, the weekend residential and the popular blending.

The work is organized into four principal bases:

- the first talks about the territory production of Igarapé by the urbanization of the metropolithe, the latest uses from soil are discarded for taking care of the dilemmas lived in relation of lack of water that`s been intensified by the increasing population.
- the second one discusses the contradictions of the director plans proposed by the definition of zones considered urban, but that corresponds to rural uses, and that implicates to this order for metropolitan agriculture keeping.
- the third shows the trajectory of life of the people that territory in order to understand how their culture and work has contributed to the maintenance of rural activity;
- and last, the fourth dedicates for final considerations in sense to think and rethink, to qualify and requalify the familiar agriculture in front the XXI secular challenges.

This theme choice contributes for geography debates that talks about the polemical that rural spaces brings can disappear because the metropolitan region urban growth, if we don`t find alternatives that can in practice live with rationality, even with the money problems, for the non extinction of the rural space.

Key words: (Territory production, multiple uses, metropolitan agriculture, urban rural relation and culture).

## Listas de ilustrações

<b>Figura 1-</b> Pontos coletados nos municípios de Igarapé e Mateus Leme-MG.....	45
<b>Figura 2-</b> Sub-bacias Diogo e Estiva na divisa entre Mateus Leme e Igarapé -MG.....	48
<b>Figura 3-</b> Principais vias de acesso aos municípios de Igarapé e Mateus Leme-MG.....	52
<b>Figura 4-</b> Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG.....	53
<b>Figura 5-</b> Localização da Represa Serra Azul na RMBH.....	56
<b>Figura 6-</b> Plantação de pimentão e tomate, abr.2008, Igarapé-MG.....	59
<b>Figura 7-</b> Estufas para o plantio de flores, abr.2008, Mateus Leme-MG.....	60
<b>Figura 8-</b> Imóvel do Residencial Santa Mônica II, jun. 2008, Igarapé -MG.....	61
<b>Figura 9-</b> A prática do pastoreio no Residencial Santa Mônica II, jun.2008, Igarapé-MG.....	62
<b>Figura 10-</b> Locação de imóvel para eventos no Res. Santa Mônica I, jun.2008, Igarapé -MG...	63
<b>Figura 11-</b> Local para atendimento no Centro Madre Clarice, jun. 2008, Igarapé-MG.....	64
<b>Figura 12-</b> A degradação da Serra de Itatiaiuçu, abr. 2008, Mateus Leme-MG.....	67
<b>Figura 13-</b> Irrigação por declividade na Fazenda Mosquito, out. 2008, Igarapé-MG.....	71
<b>Figura 14-</b> Uso do solo no plano diretor do município de Igarapé-MG.....	79
<b>Figura 15-</b> Propriedades visitadas e o uso do solo no plano diretor de Igarapé - MG.....	81
<b>Figura 16-</b> Trabalho com as flores, abr.2008, Feira de Flores de Belo Horizonte-MG.....	118
<b>Figura 17-</b> O bagaço de cana como cobertura do solo, jun. 2008, Mateus Leme-MG.....	122
<b>Figura 18-</b> O vinhoto como adubo na área de plantio de cana, jun. 2008, Mateus Leme-MG..	122



## **Lista de abreviaturas e siglas**

APA (Área de Proteção Ambiental)

CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo)

COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais)

COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista)

EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais)

FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente)

FMP (Fração Mínima de Parcelamento)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

IEF (Instituto Estadual de Florestas)

IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas)

IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária)

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

PAC (Plano Agrícola Comum)

PAD (Programa de Aprimoramento Discente)

RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte)

SIPAM (Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 ASPECTOS TEÓRICOS</b>	
1.1 O modo de produção e a valorização do território.....	18
1.2 O território como categoria de análise.....	22
1.3 A agricultura metropolitana e o trabalho familiar .....	26
1.4 Concepções sobre a relação rural-urbana .....	33
<b>2 METODOLOGIA</b>	
2.1 Os métodos.....	38
2.2 As condições de realização das entrevistas.....	41
2.2.1 O roteiro das entrevistas.....	41
2.2.2 Os sujeitos.....	42
2.3 Seleção e distribuição dos entrevistados no território estudado.....	44
<b>3 A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO PARA DEMANDA METROPOLITANA</b>	
3.1 O território de estudo.....	55
3.2 Os múltiplos usos do solo.....	58
<b>4 IMPASSES NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA</b>	
4.1 A escassez de água.....	66
4.2 A percepção dos sujeitos.....	74
<b>5 O PLANO DIRETOR DE IGARAPÉ E O USO DO TERRITÓRIO</b>	
5.1 As propostas gerais do plano diretor de Igarapé.....	77
5.2 O ordenamento do uso do solo para as áreas visitadas.....	78
<b>6 OS SUJEITOS PRODUZINDO O TERRITÓRIO</b>	
6.1 Os residenciais Santa Mônica I e II.....	87
6.2 O loteamento do bairro São Francisco.....	103
6.3 Áreas de uso rural .....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	126
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	132

## INTRODUÇÃO

O tecido urbano de Belo Horizonte, desde a década de 80, tem expandido seus domínios em direção aos municípios da região metropolitana. A metrópole tem “engolido” áreas próximas ao perímetro urbano. Essa dinâmica tem criado novas periferias que se estruturam para atender as demandas do centro. Como não pensar no próprio transbordamento de Belo Horizonte para os espaços rurais próximos da metrópole?

Belo Horizonte, desde a década de 80, tem apresentado valores baixos em relação a sua taxa de crescimento demográfico, próxima de 1% a.a. Outros municípios mineiros periféricos têm apresentado, em muitos casos, o triplo desse valor. Esse processo demonstraria tanto a “vitalidade” da periferia quanto o relativo esvaziamento de espaços centrais da capital. (MATOS, 2006, p.69)

Até a década de 1960, Igarapé e Mateus Leme eram municípios predominantemente rurais. A maior parte de sua população, cerca de 60%, segundo o IBGE, vivia no campo e se dedicava à tradicional produção agrícola. No final da década de 1970, no entanto, a principal montadora de veículos italiana no Brasil, a Fiat Automóveis S/A decide se instalar no Estado de Minas Gerais e opta pelo município de Betim, oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com esse novo empreendimento um grande número de empregos diretos e indiretos foi criado na região, processo esse que atraiu migrantes de outros municípios mineiros em busca de trabalho<sup>1</sup>.

Para facilitar o escoamento da produção da empresa, algumas obras de infraestrutura foram feitas, dentre elas a melhoria da BR-381 (Fernão Dias), a qual passa pelo município de Betim e liga Igarapé e Mateus Leme à capital mineira. Tais fatores, aliados a outros fenômenos de “expulsão” da população pela metrópole. O alto custo de vida tornou a porção oeste da Região Metropolitana um local atrativo para residência de um grande número de pessoas, principalmente de baixa renda.

Os municípios de Igarapé e Mateus Leme têm experimentado, desde a década de 70, o adensamento das ocupações urbanas em decorrência do deslocamento de investimentos industriais de Belo Horizonte para Contagem e Betim. A posição

---

<sup>1</sup> Os migrantes pobres envolvidos nos deslocamentos dentro da RMBH são, geralmente, originários de um amplo arco territorial que agrega centenas de municípios mineiros estagnados economicamente situados nas porções norte, nordeste e leste do estado de Minas Gerais, circunscritos às bacias do São Francisco, Jequitinhonha, Mucuri e Doce.

geográfica de Igarapé e Mateus Leme em relação às importantes vias de acesso, BR-381 e MG-50 respectivamente, favoreceu a atração de novos investimentos: condomínios, haras, restaurantes, loja de móveis, entre outros.

As transformações socioespaciais do “transbordamento” de Belo Horizonte para além dos seus limites têm instigado vários estudiosos<sup>2</sup>. Quais seriam os motivos dessa redistribuição das ocupações urbanas? Que valores sociais estão sendo atribuídos à moradia? O desejo de fuga da capital Belo Horizonte estaria restrito aos constrangimentos<sup>3</sup> típicos das grandes cidades? Até que ponto o alto preço da terra na metrópole influenciou os deslocamentos populacionais?

O território entre Igarapé e Mateus Leme tem vivenciado um processo de valorização da terra, sobretudo a partir da década de 90, em função do aumento da procura de compradores da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte) por chácaras e loteamentos populares nesses municípios.

A prestação de serviços destinados aos visitantes da RMBH tem crescido. Podem ser vistos no local pesque-pague, chácaras destinadas a locação para eventos, orquidários, SPA entre outras atividades. Tem-se um processo de “deslocalização” do agrícola em função da atividade recreativa. Esse processo de “deslocalização” das funções da agricultura tem significado o fim da agricultura familiar neste território?

O território de estudo não se caracteriza apenas por um tipo de uso do solo. Nele estão presentes: a atividade mineradora, a agricultura metropolitana e a ocupação urbana (residências de fim-de-semana e loteamentos populares).

O que temos é um território com diversas ocupações, em que as propriedades rurais ligadas ou não a produção de alimentos estão distribuídas dentro do perímetro urbano do município<sup>4</sup>. Esta constatação foi feita mediante a consulta do plano diretor de Igarapé. Este documento é um instrumento necessário à gestão pública municipal. Nele estão definidas as propostas do município para diversas áreas de interesse dos seus cidadãos, como: a saúde, educação, uso e ocupação do solo, saneamento básico, meio ambiente, entre outras. O governo a nível municipal assume

---

<sup>2</sup> MATOS, R. (2006); COSTA, H.S.M (2006); COSTA, G.M; ARAUJO, C.(2006).

<sup>3</sup> O barulho, a poluição, os engarrafamentos, a aglomeração de pessoas nos espaços públicos, a insegurança, entre outros seriam constrangimentos vividos pelos cidadãos nas grandes metrópoles.

<sup>4</sup> Cheguei a essa conclusão através da comparação da localização das propriedades rurais visitadas em Igarapé com o mapa de uso e ocupação do solo do plano diretor do município. O plano diretor de Mateus Leme é pouco mencionado ao longo do trabalho, pois até o momento não apresenta o macrozoneamento referente ao uso e ocupação do solo no município, não sendo possível afirmar se as propriedades rurais visitadas neste município estão ou não dentro do perímetro urbano, em decorrência disso, optei por analisar apenas as contradições presentes no plano diretor de Igarapé, pois o mesmo já apresenta o macrozoneamento concluído.

tendo este plano como instrumento, o papel de mediador em relação ao espaço urbano, procura satisfazer os interesses do capital e ao mesmo tempo garantir condições gerais de reprodução, das necessidades dos seus habitantes.

A atuação das imobiliárias neste território desencadeou diversos desafios para a agricultura metropolitana. Como se manter num solo que custa muito caro? Que atividades estão sendo incorporadas à propriedade rural para aumentar a renda da família? Como compreender a especulação de terras de horticulturas transformadas em loteamentos<sup>5</sup>; inicialmente clandestinos de baixa renda?

O crescimento dos condomínios e loteamentos populares no território de estudo não chegou a eliminar o uso rural da terra. É possível encontrar propriedades rurais que ainda se dedicam ao plantio de hortaliças, plantas ornamentais e flores. Sendo comum o envolvimento destas na produção de leite, queijo e cachaça. Estes produtos são destinados ao abastecimento da RMBH. A mão-de-obra empregada nessas produções tem sido em muitos casos, familiar associada à contratação de trabalhadores externos.

Alguns agricultores proprietários da terra, pecuaristas, vivem da renda da terra. Não produzem alimentos para o sustento da família, mas obtêm lucro através do arrendamento. Quando chegam a vender uma parte da propriedade para lotear, reservam outros terrenos, que são arrendados. Essa atitude especulativa tem o objetivo de esperar a terra agregar valor para então ser vendida.

O arrendamento geralmente é feito para o plantio de hortaliças por dois anos - de preferência o tomate e a vagem - depois desse período, o proprietário da terra utiliza o gado e a pastagem a fim de recompor o solo. Cabe destacar que a utilização da pastagem possibilita uma rápida conversão em relação ao uso da terra - a pecuária de corte. Desse modo, as áreas de pasto estariam cumprindo a função tanto de proteger o solo quanto de servir de reserva de valor para o capital.

À medida que se intensifica a ocupação de condomínios e residências de fim-de-semana fica mais difícil para o agricultor familiar permanecer na terra. Como o agricultor familiar que trabalha a terra, vive da terra, poderá competir com a compra desses terrenos? Os agricultores que permanecem são aqueles que obtêm melhores

---

<sup>5</sup> Essa especulação em relação às terras de horticultura tem ocorrido nos municípios de Ibirité, Brumadinho, Igarapé, Mateus Leme.

rendimentos e que possuem a seu favor uma cultura que lhes conduz a decisões bem sucedidas em relação aos investimentos na produção<sup>6</sup>.

Durante minha graduação no curso de geografia, em 2003, participei como bolsista do PAD (Programa de Aprimoramento Discente) da UFMG. O projeto teve como foco de estudo *Os Conflitos e as Interações no Eixo Sudoeste de Expansão da Metrópole de Belo Horizonte*. Foi a partir dessa experiência que tive o primeiro contato com a área de estudo, pertencente a Igarapé. Nessa ocasião tive a oportunidade de investigar os aspectos que contribuíam para a sustentabilidade das produções agrícolas em Igarapé. Entrevistei diversos agricultores familiares (horticultores, pequenos pecuaristas e produtores de plantas ornamentais).

Percebi que existia um grupo de agricultores familiares japoneses, no ramo da horticultura e plantas ornamentais, que se destacavam em relação aos brasileiros. Que motivos contribuíam para isso? Eles conseguiam obter bons rendimentos em decorrência do manejo adequado do solo. Diversificavam suas produções com atividades agrárias de maior rendimento de capital. A diversidade e a qualidade dos produtos eram fundamentais para a inserção econômica deles.

Contradizendo as afirmações teóricas de Kautsky da extinção da agricultura familiar e camponesa, esses agricultores familiares ainda permanecem na terra diante de especulações e consideram este território seu lugar de morada e de vida, que vai de encontro às colocações teóricas dos defensores da produção familiar e da superação dos conflitos pela terra, como bem coloca Martins, J. S (1975), em suas afirmações: temos terra de negócio e terra de trabalho.

A escolha de abordar a (re)produção desse território a partir do trabalho representa uma oportunidade de contribuir com os estudos da Geografia Agrária, pois traz novos olhares e novas maneiras de se pensar a apropriação multifuncional da terra no território. A abordagem do trabalho evidencia tanto os aspectos econômicos quanto culturais relacionados ao trabalho dos agricultores familiares, que tem permitido a permanência deles numa zona classificada como urbana pelo município.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. Os aspectos teóricos e metodológicos fazem parte dos dois primeiros capítulos. No terceiro são apresentados como o processo de desconcentração industrial de Belo Horizonte desencadeou um processo de reordenamento dos territórios da RMBH, contribuindo para o uso

---

<sup>6</sup> A cultura envolve um complexo de conhecimentos, crenças, artes, costumes, hábitos e aptidões adquiridos pelo indivíduo no seio da sociedade da qual faz parte. Estes aspectos associados seriam responsáveis pela identidade do grupo a que pertence.

multifuncional da terra em alguns municípios, como Igarapé e Mateus Leme. No quarto faz-se uma discussão sobre os dilemas vivenciados em relação à escassez de água, que tem sido agravada pelo aumento de sua demanda. No quinto capítulo é feita uma análise das contradições quando comparado o uso do solo “in loco” e as propostas do plano diretor de Igarapé para o uso desta mesma área. No sexto capítulo é mostrada a trajetória de vida dos sujeitos desse território, agricultores familiares e moradores dos residenciais e loteamentos. O texto trata da existência de uma ruralidade entre os moradores dos residenciais e loteamentos que se sustenta nos valores e representações construídos do lugar. Além disso, as comparações entre os agricultores familiares caminham no sentido de tratar a cultura e o trabalho como mecanismos de manutenção da atividade rural. E por último, as considerações finais, no sentido de (re) pensar e (re) qualificar a agricultura familiar frente aos desafios do século XXI, que estratégias de trabalho o agricultor familiar tem adotado para se manter num solo que se torna cada vez mais caro e carente de água.

O objetivo principal é investigar como os processos de especulação e valorização das terras tem contribuído para deslegitimar a existência do uso rural da terra em zona urbana. E como o agricultor familiar tem resistido às pressões urbanas, que aspectos relacionados ao trabalho e a cultura desses sujeitos tem permitido ou não sua permanência na zona urbana. Parto do princípio que a apropriação multifuncional do solo representa uma estratégia de adaptação das atividades rurais frente à valorização da terra desencadeada pela urbanização.

Os objetivos específicos da dissertação procuram:

- Analisar o processo de especulação da terra em desenvolvimento no território como decorrente de um processo de mudança social, em que um determinado modo de produção interfere no trabalho dos diferentes segmentos que compõem a sociedade.
- Analisar o plano diretor do município a fim de identificar as propostas de ordenamento e controle do território frente aos usos rurais da terra identificados no trabalho de campo.
- Comparar a percepção dos diferentes sujeitos em relação ao processo de mudança socioambiental vivenciado por eles no local.
- Conhecer mais profundamente os conflitos e interações presentes na relação rural-urbana.

- Comparar as diferentes formas de manejo do solo e da água entre os agricultores familiares tendo em vista a importância desses recursos para manutenção da atividade.
- Entender como a cultura do agricultor familiar pode contribuir para manutenção do uso rural da terra.

As hipóteses norteadoras da pesquisa:

- A escassez de água provavelmente está afetando a manutenção do uso rural da terra em zona urbana<sup>7</sup>.
- A prefeitura de Igarapé tem dificuldades para solucionar o problema da escassez de água, uma vez que tal tema envolve a parceria de diversos sujeitos, com visões e objetivos diferentes em relação ao uso da água.
- O modo de produção capitalista tem levado os agricultores familiares à diversificação das fontes de renda, contribuindo para manutenção da atividade numa terra que se torna cada vez mais valorizada.
- A comunidade japonesa configura-se como um núcleo diferenciado<sup>8</sup> com relação à incorporação da diversidade na produção;
- O plano diretor de Igarapé tem seguido a tendência de outros municípios de considerar toda sua área dentro do perímetro urbano.

Estudos apontam experiências recentes em outros países de que o território vem se configurando de modo multifuncional não significando a morte da organização socioeconômica rural, mas o fortalecimento dos valores identitários locais, que podem melhorar a qualidade de vida das pessoas<sup>9</sup>.

Esta dissertação traz relatos belíssimos que nos mostram como a apropriação da terra em diferentes contextos de mudança social foi fundamental para reprodução da vida dos sujeitos entrevistados. Evidenciando como a memória e a cultura são elementos fundamentais na tomada de decisão pela continuidade ou não do

---

<sup>7</sup> A zona urbana está sendo considerada como a área estabelecida pelo plano diretor de Igarapé.

<sup>8</sup> Os japoneses representam um núcleo diferenciado entre os agricultores familiares brasileiros, pois incorporam sua base cultural e com mais frequência a pluriatividade nas suas relações de trabalho.

<sup>9</sup> Os estudos tratam de iniciativas vivenciadas por Portugal em relação ao Plano Agrícola Comum (PAC) em vias de consolidação em países membros da União Européia. A agricultura nesses trabalhos tem assumido uma diversidade de funções, tais como: alimentar, social, ecológica, patrimonial que tem possibilitado o aumento da renda das famílias, a partir da exploração do saber-fazer e da cultura enquanto forças produtivas.



uso rural da terra. Portanto, as discussões permitem entender como os sujeitos se apropriam do território a partir de seus referenciais culturais.

O território de estudo faz parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA), a qual, até o presente momento não possui denominação e nem plano de manejo. A APA engloba sub-bacias tanto no município de Igarapé quanto de Mateus Leme, que são contribuintes da bacia do Ribeirão Serra Azul. Trata-se de uma área de grande relevância para o abastecimento de água da RMBH. Estudar as sub-bacias de Mateus Leme juntamente com o território referente à Igarapé justifica-se devido à semelhança encontrada no uso rural das terras entre estes dois municípios, outro motivo é a localização das propriedades rurais ao longo dos córregos dessas sub-bacias. Além disso, Mateus Leme tem passado também pelo controle do uso da água por ser parte da APA juntamente com Igarapé. Cabe destacar que esta APA já tem sido objeto de ações sociais/estamentais da empresa COPASA - em função da orientação/educação ambiental do uso da água.

## 1 ASPECTOS TEÓRICOS

### 1.1 O modo de produção e a valorização do território

A relação homem - natureza é mediada pelo trabalho. O homem em contato com as condições materiais de sua existência satisfaz suas necessidades primeiras (comida, bebida e proteção). Quando estas são satisfeitas conduzem à criação de novas necessidades. Progressivamente as necessidades vão assumindo certo grau de sofisticação, obtida em função da complexidade, da organização dos meios e instrumentos para sua produção.

O recurso retirado da natureza - objeto da ação também é condição para reprodução do trabalho, considerado viável diante de um estado social e natural favorável, em outras palavras, do desenvolvimento das forças produtivas<sup>10</sup> e da disponibilidade de terras férteis e água. Nesse processo, a natureza assume um duplo sentido é objeto e meio de trabalho.

Sem a fixação do homem a terra não ocorre à transposição de sua cultura, seu trabalho e modo de vida, a ação humana constrói uma materialidade a partir dos seus objetivos de produção e vivência. Sendo assim, o trabalho (re)cria seu lugar, num movimento de valorização do território<sup>11</sup>.

MORAES (1999, p. 123-124) ao abordar o espaço como condição geral da produção menciona a importância do trabalho morto no processo de valorização<sup>12</sup>. Segundo ele o espaço possuiria um valor intrínseco, uma riqueza natural que o tornaria receptáculo do chamado “trabalho morto”.

O município de Igarapé e a parte analisada de Mateus Leme possuem como riqueza natural a Serra de Itatiaiuçu, que serviu de receptáculo para implantação do Sistema de Abastecimento Serra Azul, um “trabalho morto”, uma materialidade do trabalho que influenciou e influencia a condução de outros trabalhos, como por

---

<sup>10</sup> Segundo Aron (2003) na concepção de Marx a transformação dos meios de produção cria o que podemos chamar de forças produtivas. Cada estágio industrial ou modo de produção estaria ligado a um determinado estágio social, sendo à maneira de cooperação entre os homens uma força produtiva.

<sup>11</sup> Moraes (1999) discute que a fixação ao solo é uma condição para existência do território, enquanto lugar de vivência e produção, bem como do próprio Estado, enquanto gestor dos interesses da nação.

<sup>12</sup> O trabalho morto é pensado como a materialidade construída de um trabalho pretérito que incorporou no espaço, em diferentes momentos da história, as condições para a produção capitalista, por exemplo: a infraestrutura, os meios de comunicação, a aglomeração de serviços de um setor, etc.

exemplo, a atividade agrícola e mineradora. Estas relações de produção necessitam da natureza para desenvolverem, bem como de um modo de produção para dominá-la.

A Revolução Industrial desencadeou transformações profundas na sociedade durante o século XX. Alterou significativamente o modo de vida e a maneira da sociedade interagir com a natureza. O modelo de produção capitalista assentado na produção de mercadorias em larga escala criou no imaginário social a ideia de que a felicidade só poderia ser satisfeita a partir do consumo.

Antes do capitalismo a sociedade estava organizada para produzir valores de uso para consumo próprio com excedentes insignificantes. Com a expansão do comércio e aumento da produtividade, as sociedades passaram a se organizar para produzir valores de troca, ou seja, mercadorias. O processo de valorização da terra, enquanto mercadoria seguiu essa tendência. Antes o valor da terra era medido pelo seu uso, agora é a especulação imobiliária que define seu valor.

Marx definiu o capitalismo como um modo de produção em que seus meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distinta da sociedade. A propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca representam seus fundamentos numa sociedade produtora de mercadorias.

A divisão social do trabalho<sup>13</sup> seria uma forma da sociedade suprir suas necessidades a partir da troca entre os diferentes produtos e relações de trabalho. A troca é condição básica para subsistência de todos na sociedade e esse produto a ser trocado, resultado do trabalho, a mercadoria.

Assim, um produto do trabalho só se torna mercadoria no quadro de condições sociais em que impere a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca, não podendo ser considerado como tal caso não se verifique essas três condições. (CATANI, 1981, p.20)

Pode-se dizer que as mercadorias diferem-se umas das outras pelo seu valor de uso, uma vez que cada necessidade específica corresponde a uma mercadoria com características específicas. O valor de troca poderia ser caracterizado como sendo “a relação ou a proporção na troca de certo número de valores de uso de uma espécie contra um certo número de valores de uso de outra espécie” (CATANI, 1981, p.21)

As mercadorias permutadas apresentam diferenças entre si. Tornam-se equivalente num determinado sistema de relações sociais. O que elas têm em comum é o fato de serem produtos do trabalho. Enquanto valores de uso, a mensuração do valor

---

<sup>13</sup> Trabalho consiste na transformação da natureza a partir da atividade humana.

da mercadoria dá-se em torno do trabalho prático, concreto de um determinado ramo de produção.

Na troca, os produtos de trabalho assumem uma relação de equivalência. E a mensuração do valor da mercadoria dá-se em torno de um trabalho humano geral, abstrato comum a todas as mercadorias. A grandeza do valor (ou valor de troca) é determinada pela quantidade ou tempo de trabalho socialmente necessário à produção de determinada mercadoria, de determinado valor de uso.

Quando as sociedades legitimaram no seu território a propriedade privada e a exploração do trabalho, construíram as bases para o funcionamento do modelo de produção capitalista. A posse da terra condicionada à posse do capital expulsou muitos homens do seu lugar de morada, perderam seu direito de uso, pois a terra deixava de ser terra de trabalho para se tornar terra de negócio. Marx citado por Moraes (1999, p.112) afirmou “o capital não é uma coisa, mas uma relação social expressa em coisas. O dinheiro se transforma em capital pela forma específica de seu movimento em tal circuito”.

Os camponeses desprovidos de terra e capital viram-se obrigados a migrar para as cidades. Serviram como força de trabalho para indústria, recebendo baixos salários, satisfazendo à lógica do sistema, em que o lucro do capitalista é obtido por meio da exploração do tempo de trabalho. Numa extensa jornada de trabalho, os baixos salários não cobrem o “real” valor das horas trabalhadas.

No Brasil, durante a década de 60, tornaram-se mais intensos os fluxos migratórios para as metrópoles. A população de baixa renda, de origem camponesa, ocupou as zonas urbanas dos municípios que não eram, naquele momento, de interesse da especulação imobiliária.<sup>14</sup> Os camponeses assumiram o papel de operário na indústria, o que não significou o abandono dos seus valores culturais<sup>15</sup>. Muitos ainda guardam dentro de si uma ruralidade que se nutre da oposição ao modo de vida urbano.<sup>16</sup> Essa ruralidade pode ser definida como as características relacionadas à vida rural como o modo de vida, os costumes, a cultura, os saberes tradicionais, as condições materiais, entre outras.

---

<sup>14</sup> Muitos loteamentos populares surgiram da invasão de terrenos em áreas vulneráveis a ação da natureza, por exemplo, encostas de morros, planícies de inundação de rios, ou então, em áreas públicas desocupadas, etc.

<sup>15</sup> Crenças, artes, costumes, hábitos e aptidões adquiridos pelo indivíduo no seio da sociedade da qual faz parte.

<sup>16</sup> Os relatos obtidos nas entrevistas com moradores do loteamento popular no bairro São Francisco, em Igarapé, confirmam essa ideia.

Desde a década de 70, a concentração dos meios de produção nas metrópoles brasileiras, levou a uma valorização fundiária que tornou insustentável para força de trabalho fixar residência próxima ao local de trabalho<sup>17</sup>. Muitos optaram construir sua vida nos municípios da Região Metropolitana, numa época em que o valor da terra ainda era baixo.

Esses municípios passaram por um processo de conversão de áreas rurais em urbanas. As porções do território, cortadas por importantes rodovias, apresentaram uma rápida alteração do uso do solo e do adensamento populacional. Esse reordenamento pode ser pensado a partir do movimento da indústria no território que provoca a urbanização do campo.

A concentração dos meios de produção levou a uma concentração das forças produtivas no território da metrópole. Esse processo, num primeiro momento, atendeu a lógica do capital, pois socializou as condições de produção entre as indústrias, reduzindo custos. Contudo, esse processo concentracionista conduziu a uma pressão demográfica sobre a estrutura produtiva, gerando problemas de ordem socioambiental que estimularam a desconcentração dos fatores de produção (forças produtivas e meios de produção).

As mudanças sociais vividas pelos municípios da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte), em termos de população e uso da terra, deslancharam em função da mudança da distribuição espacial da indústria. Os trabalhadores, pensados como forças produtivas, deslocaram-se para espaços menos valorizados, mais distantes da metrópole.

Esse processo pode ser visualizado em Igarapé a partir da década de 80, com o crescimento dos loteamentos populares nos bairros São Francisco, Industrial e Pindorama. No final da década de 90, intensificou-se o surgimento e a ocupação de chácaras por famílias com o intuito de passar os fins de semana em Igarapé e Mateus Leme<sup>18</sup>. Cabe ressaltar uma diferenciação na inserção desses sujeitos oriundos da RMBH tratados como forças produtivas no processo de mudança social do município. Não se trata apenas da busca deles - força de trabalho - por um local para morar ou trabalhar dedicando-se seu tempo à produção. Temos uma nova ordem centrada no desejo desta força de trabalho, que passa os fins de semana em Igarapé e Mateus Leme, por um lugar de distração, de não trabalho, de aproveitamento do tempo livre para novas

---

<sup>17</sup> A vantagem da concentração urbana é a possibilidade de uma socialização capitalista das condições de produção, reduzindo custos da produção.

<sup>18</sup> O plano diretor de Igarapé denomina zona de chacara, os terrenos de 1000m<sup>2</sup> ou 2000m<sup>2</sup> ocupados por residências unifamiliares.

relações de consumo, como por exemplo, o turismo rural, as caminhadas ecológicas, as terapias holísticas, entre outras.

A área de estudo apresenta uma combinação de atrativos que lhe confere uma singularidade natural que tem funcionado como receptáculo das atividades rurais e urbanas no território.<sup>19</sup> Os elementos dessa singularidade destacados pelos agricultores familiares foram: a curta distância relativa à Belo Horizonte, a fertilidade dos solos, a presença de vários córregos e a beleza da paisagem serrana.

A complexidade das relações sociais presentes dá-se pela existência de atividades conflitivas com relação ao uso da água e do solo no território. As múltiplas relações de produção, como: mineração, horticultura, pecuária e floricultura desenvolvem-se em meio a residências e loteamentos populares. Todos têm em comum a necessidade do uso da água para reprodução da vida e do trabalho.

## 1.2 O território como categoria de análise

O pensamento geográfico, nos últimos 100 anos, preocupou-se em entender a função do território levando em consideração sua escala nacional. Um grande autor da geografia política, o alemão Friedrich Ratzel discute o conceito a partir de um referencial fixado nas intenções do Estado.

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo [*Boden*] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornaram um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir. (RATZEL, citado por SOUZA, 2001, p.85)

Ratzel ao difundir essa noção de território acaba por justificar a ideologia do Estado no sentido do solo, como chão do Estado, ser um fundamento inquestionável para manter a unidade entre povo e Estado por meio das relações nele constituídas. A noção de território se nutre dessa dimensão do poder que dá movimento as configurações territoriais, que assumem escalas e tempos variados de permanência.

O território representa uma condição geral para produção. Sua valorização está associada à qualidade, quantidade e variedade dos recursos socioambientais nele disponíveis ou não. Contudo, não se trata de considerá-lo apenas como uma

---

<sup>19</sup> Cabe ressaltar que essa singularidade natural é significativa na determinação da produtividade do trabalho no território. O solo fértil, por exemplo, requer uma frequência menor de adubações, portanto isso resulta numa economia de horas de trabalho na produção.

materialidade do espaço socialmente construído, que possibilita ou não a atuação do conjunto de forças político-econômicas nele presentes.

Segundo CORRÊA (1994, p. 251), o termo "território deriva do latim *terra e torium*, significando a terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação"

O território de acordo com Haesbaert e Limonad (2007) tanto é apropriação (num sentido mais simbólico) quanto domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico). Este trabalho considera o território tendo em vista sua dimensão mais subjetiva, de apropriação, num sentido mais simbólico, de consciência dos sujeitos que nele trabalham e constroem a partir da relação homem-natureza uma identidade territorial, isto não nega sua outra dimensão objetiva, de domínio do território, num sentido concreto, realizada por diversos atores político-econômicos, tais como: governos, empresas, organizações de classe, etc .

O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também, é sempre, de alguma forma natureza). (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p.42)

As colocações de Haesbaert e Limonad (2007) vão ao encontro das idéias de Santos e Silveira (2006) na introdução a obra "O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI". Estes últimos autores afirmam que a abordagem do território precisa conter a história de sua formação, suas diversas etapas, de modo a traçar um caminho que conduz a reflexão da transformação do meio natural ao meio técnico e ao meio técnico-científico-informacional. Consideram os sistemas técnicos, como objetos e formas de fazer e de regular o território.

Adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território brasileiro, delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos. Somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia. (SANTOS, M; SILVEIRA, M.L 2006, p.11)

Marx considera o movimento da história - formação das forças produtivas e dos meios de produção - um processo em que a produção das idéias, das representações e da própria consciência estaria condicionada às relações sociais estabelecidas na produção da vida material. Portanto, cada período histórico, corresponderia a um

conjunto de idéias, representações, forma de governos – definidos dentro de uma superestrutura.

No materialismo histórico, a explicação histórica das sociedades humanas está diretamente ligada aos fatos materiais essencialmente econômicos e técnicos. A sociedade é comparada a um edifício, no qual as fundações, infraestrutura, representada pelas forças econômicas modelariam a superestrutura representada pelas ideias, costumes, instituições políticas, religiosas, jurídicas, etc. A interação entre infra e superestrutura seria o motor para reprodução do trabalho.

Para Santos (2005, p.2) “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. [...] “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” Alguns aspectos são destacados por Santos (2005) em relação à noção de território tendo em vista a globalização/fragmentação dos espaços sociais:

- a interdependência universal dos lugares como resultado da globalização da economia;
- as interações das ações locais e globais no território contribuem para uma sinergia própria do território habitado;
- o Estado-Nação por meio de suas ações políticas entronizou uma noção jurídica-política do território;
- Na modernidade o conceito de território era centrado na ideia de Estado Territorial. O conceito evoluiu em direção a uma abordagem pós-moderna de transnacionalização do território;
- Nem tudo é “transnacionalizado” ou “estatizado” no território. Mesmo nos lugares em que os vetores da mundialização atuam fortemente, o território habitado tem sido criador de novas sinergias que se contrapõem a ordem social dominante;
- A ciência, a tecnologia e a informação têm assumido um papel relevante no entendimento da realidade total do território (meio técnico-científico-informacional);

Considero como agentes de transformação do território estudado: os sujeitos que vivem no território utilizando-o conforme seus valores e representações, o Estado, nos seus diferentes níveis de poder como idealizador do uso da terra, as estruturas técnico-científicas incorporadas ao solo (as rodovias, as explorações minerais, as plantas industriais e o sistema de abastecimento de água) materialidades mediadoras na organização das relações de produção.

O território é tratado aqui no seu papel ativo, considerando os círculos de cooperação. Busco “apreender a constituição do território a partir de seus usos, do seu movimento conjunto e do movimento de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades.” (SANTOS, M; SILVEIRA, M.L 2006, p.11)



Souza (2001) admite a articulação entre os conceitos de território e de rede, o que supera uma visão do território como substrato material das relações. Esta articulação dos conceitos permite tratar a descontinuidade de territórios que fazem parte de uma rede de relações e da sobreposição de diversas interações sociais em um mesmo território.

Existe uma sobreposição de variadas ações no território de estudo, como por exemplo, a PREFEITURA atuando por meio do plano diretor, Associação de Moradores arrecadando fundos para restringir o acesso ao residencial<sup>20</sup>, a COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) promovendo projetos de educação ambiental e os agricultores familiares participando da rede de comercialização de hortigranjeiros e flores para RMBH.

Haesbaert (2006) ao tratar das categorias socioespaciais como território e rede, discute a necessidade da Geografia formular “conceitos híbridos”, a fim de explicar a complexidade dos fenômenos socioespaciais na pós-modernidade. No binômio território-rede, fica claro, “o caráter predominantemente político do território e sua vinculação com a ideia de controle da acessibilidade”. (HAESBAERT, 2006, p.133)

As áreas de uso do solo serão consideradas como territórios estruturados a partir da bacia hidrográfica por três motivos: o primeiro, porque o trabalho da agricultura familiar depende da disponibilidade de água nos córregos, segundo, os conflitos de água ocorrerem ao longo destes. E terceiro, as ações da COPASA de controle/educação do uso da água tem ocorrido focalizando as sub-bacias<sup>21</sup> do Sistema Serra Azul, o que também influencia o trabalho nas propriedades rurais tanto em Igarapé quanto em Mateus Leme.

---

<sup>20</sup> O termo residencial é utilizado nos mapas de uso e ocupação do solo do plano diretor de Igarapé. Trata-se de uma área urbana dotada de vias públicas de acesso que predomina a ocupação de residências unifamiliares.

<sup>21</sup> O termo sub-bacia é empregado aqui para identificar as bacias hidrográficas que somada suas áreas formam a bacia do Ribeirão Serra Azul.

### 1.3- Agricultura metropolitana e trabalho familiar

As políticas desenvolvimentistas do pós-guerra tiveram como objetivo principal desenvolver um modelo de produção agrícola que assegurasse a auto-suficiência em produtos agrícolas, sobretudo produtos alimentares. A produção em larga escala foi a base desse modelo, difundindo a mecanização, a adubação de terras e o trabalho temporário. Tais formas visavam o aumento da eficiência deste setor produtivo, consolidando o modelo produtivista da modernização agrícola com sistemas intensivos de produção voltados para integração da atividade à economia de mercado.

A Modernização Conservadora da Agricultura, na década de 60, difundiu um conjunto de práticas e políticas governamentais no Brasil para desenvolver a produção e produtividade agrícola, visando o fortalecimento da agricultura nacional. Foi conservadora, pois manteve o latifúndio e a monocultura que eram à base da produção agrícola do Brasil colônia. Não resolveu o problema da reforma agrária porque a produção e a produtividade estavam acima das questões sociais, o que levou a um aumento das áreas cultivadas e uma crescente mecanização do campo associada à adubação das terras.

A política agrícola na década de 60 garantiu tanto a reserva de mão-de-obra quanto a expansão de novos mercados para indústria. Esteve subordinada ao projeto de industrialização dos Estados. A modernização da agricultura reforçou, aprofundou a dependência da produção agrícola aos insumos industriais, além disso, tornou - lá cada vez mais articulada aos mercados consumidores urbanos.

Esse processo excluiu o agricultor familiar, sobretudo o camponês, que não conseguiu acompanhar o ritmo da modernização por falta de capitais para investir; como saída endividou-se para adquirir os pacotes de insumos químicos e mecânicos. Geralmente, quando não conseguia arcar com as despesas da propriedade optava por vendê-la e migrar. Isso levou a concentração de agricultores em regiões periféricas da metrópole e o aumento dos latifúndios no meio rural<sup>22</sup>.

De acordo com Abramovay (1992), acreditava-se que na década de 50, o êxodo rural melhoraria as condições de vida das pessoas tanto no campo quanto na cidade. A escassez de mão-de-obra no campo naturalmente elevaria os salários, enquanto no urbano a grande demanda das indústrias por trabalhadores faria o mesmo. Essa lógica da oferta e da procura não se aplicou na definição dos valores salariais,

---

<sup>22</sup> Os fluxos dos sistemas de produção e de comercialização intensificam-se nas cidades, contribuindo para o êxodo rural, nesse processo as cidades passam a exercer sobre o meio rural um domínio financeiro, administrativo e cultural.

sobretudo, no campo, uma vez que as políticas agrícolas, desde a Segunda Guerra Mundial e início dos anos 70, procuraram manter a estabilidade dos preços, garantindo para o setor agrícola um patamar mínimo de rentabilidade para assegurar uma produção abundante.

Geralmente as políticas agrícolas buscavam justificar suas ações, explorando a ideia de que estavam defendendo os interesses do setor, sobretudo do agricultor. Essa ideologia foi útil para escamotear os interesses do mercado em fazer com que a agricultura cumprisse seu papel no mundo capitalista.

É Abramovay (1992, p.22) que afirma:

Na verdade, elas foram à condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor e, portanto, que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis.

Muitos migrantes, camponeses, deixaram as áreas rurais em direção às grandes metrópoles. Tinham como objetivo conseguir trabalho nas indústrias, melhorar sua qualidade de vida. A inserção deles no mercado de trabalho deu-se de forma precária. Recebiam baixos salários, sendo obrigados a morar nas periferias da metrópole ou mesmo em municípios vizinhos na região metropolitana.

Mendras (1978) afirma que a campesinização identificada em países periféricos é dos fenômenos mais importantes do final do século XIX. Segundo o autor, à medida que o capital amplia sua dominação no espaço, populações marginais conectam-se à economia mundial e seus circuitos locais, transformando-se em “camponesas”. Tem-se, desse modo, uma ampliação dos camponeses no mundo, vistos apenas no sentido da dimensão e não propriamente da produção.

Durante a História diversas terminologias surgiram para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar e outras. Os termos vão sendo substituídos conforme a própria evolução do contexto social e as transformações sofridas por este sujeito social<sup>23</sup>. O camponês, segundo Mendras (1978), é o sujeito que detém o controle de um pedaço de terra a qual se encontra ligado há tempos pela tradição e pelo sentimento.

---

<sup>23</sup> O sujeito vive numa sociedade, compartilha ideias, pensamentos que são construídos dentro de um grupo, mediante a determinados contextos sociais.

Lamarche (1998) menciona outras terminologias que denominam o explorador agrícola, tais como: camponês, agricultor, chefe de empreendimento e trabalhador da terra. Para o autor esses termos não são neutros, pois remetem a diferentes lógicas produtivas. Como bem enfatiza Lamarche (1998a, p.16), “a exploração camponesa é uma exploração familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”.

As colocações de Shanin (2005) caminham no sentido de considerar na conceituação do camponês, primeiramente o manejo do estabelecimento familiar. O autor chama atenção para evitarmos as generalizações na conceituação do camponês. Admite que o método comparativo, muito utilizado nas Ciências Sociais para o estudo do modo de vida camponês, tem suas limitações. As generalizações a partir das comparações de características camponesas nascidas de diferentes realidades históricas colocariam em risco o próprio conceito, uma vez que se baseariam na “extrapolação de semelhanças ou sequências conhecidas, simplesmente porque são conhecidas”. (SHANIN, 2005, p.4)

O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural camponês (tanto internas quanto externas), isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências “ocidentais”, é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção. A repetição mundialmente abrangente de traços econômicos, políticos e culturais, assim como dos típicos padrões de sua dinâmica, teria a ver com os *modus operandi* dos estabelecimentos rurais familiares camponeses e com as formas específicas em que se vinculam e se transformam. (SHANIN, 2005, p.5-6)

Chayanov e Mendras citados por Lamarche (1998a, p.16) explicitam o modelo camponês tendo como base seu modo de produção, compartilham, portanto das colocações de Sahanin (2005). As definições desses autores aproximam-se da noção que a produção camponesa é organizada prioritariamente para atender as necessidades de consumo da família. O grupo doméstico tem importância fundamental no trabalho executado na propriedade; o trabalho familiar não é visto pelos membros do grupo no sentido de produzir lucro, mas de manter o compromisso da família com a reprodução da exploração.

Lamarche (1998a) percebe que a formação social nas explorações familiares é heterogênea e que a diferenciação se dá pela capacidade de uns se apropriarem dos meios de produção e desenvolvê-los. Também não se pode afirmar que a formação do

grupo social corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo (LAMARCHE, 1998, p.18). Essa diferenciação está relacionada à capacidade de adaptação e de reprodução das famílias.

Marx considera que o homem ao conceber seu mundo, através de um labor material e intelectual também produz consciência. A consciência seria então produto, da experiência prática, a práxis. Explicada por Marx como atividade livre, autocriativa e universal por meio da qual o homem, no nosso caso o agricultor familiar, produz e transforma o mundo ao seu redor, transformando a si mesmo a partir da relação com as condições materiais da sua existência.

Os agricultores familiares encontrados na área de estudo podem ser considerados camponeses em relação as suas ações no equilíbrio entre parâmetros econômicos, sociais, e ambientais, as suas produções mesmo em maior escala não desconsideram o trabalho familiar, valoriza-o tornando um aspecto definidor da expansão da produção. Eles mantêm uma relação com o território que tende a manter sua agricultura enraizada em um meio físico conhecido e sob controle.

A distância de 80 a 100 quilômetros da sede do município a metrópole foi considerada nesse trabalho como sendo uma média para se definir a agricultura metropolitana, pois o que determinará esse tipo de agricultura de caráter metropolitano será o fluxo de produtos da área de estudo em direção a região metropolitana de Belo Horizonte<sup>24</sup>.

Na agricultura metropolitana, os produtos mais procurados são hortifrutigranjeiros e produtos exóticos no hábito alimentar urbano. O trabalho nesse tipo de agricultura pode ser essencialmente familiar ou patronal<sup>25</sup>. No caso dos municípios de Igarapé e Mateus Leme, os estabelecimentos agropecuários contam com grande participação da agricultura familiar.

Segundo Bicalho (1996) a carência de dados ao nível das microrregiões dos municípios e dos estados, isto é um obstáculo para as pesquisas que abordam a agricultura metropolitana a nível regional. O levantamento demanda investimentos financeiros muito elevados para a realização da coleta de dados. E ainda acrescenta, que

---

<sup>24</sup> Os estudos sobre a agricultura metropolitana têm sido desenvolvidos no Brasil por Tubaldini (2001) e Bicalho (1992 e 1996), respectivamente na região metropolitana de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> O trabalho patronal, não envolve a participação da família na produção. A mão de obra empregada na produção é essencialmente externa.

a falta de interesse das políticas nacionais por esse campo de estudo está relacionada ao estigma que este tipo de produção agrícola carrega: o de desaparecer pela urbanização.<sup>26</sup>

A urbanização do campo configura-se por um processo em que a cidade domina o campo, partindo dela o sentido das transformações que atingem o meio rural. Essas mudanças no rural são de ordem econômica, política e cultural. WANDERLEY, M.N (2000, p.111) discute a partir de outros autores os diversos sentidos atribuídos à urbanização. A seguir faz uma leitura partir do pensamento de Rambaud.

Ela (urbanização) se refere, antes de tudo, à “concentração do povoamento em um espaço, além de uma certa densidade”, o que “implica concentração de técnicas, de meios de produção, de poderes, de necessidades”. Nesse sentido, ela está intimamente ligada à ideia de difusão de um sistema de atitudes e de condutas, o que faz da cidade a “produtora de uma cultura”. Em suas palavras (Rambaud) “os processos de urbanização devem ser analisados como a criação por uma sociedade dos espaços que ela necessita”. E mais adiante ele acrescenta: “a cidade e o campo representam dois tipos de relações entre uma sociedade e seu espaço, duas maneiras de dominá-lo tecnicamente e de organizá-lo economicamente”. (grifos da autora)

O território se urbaniza a partir da intensificação das relações locais de produção com a metrópole, sobretudo no que se refere a prestação de serviços. A urbanização se intensificou no meio rural de Igarapé e Mateus Leme, em decorrência do adensamento populacional, que contribuiu para diversificação e sofisticação dos serviços oferecidos para atender a demanda metropolitana. Para Bicalho (1992) a interação rural-urbana pode caracterizar-se em uma convivência complementar ou conflitante, ou até mesmo, na justaposição de ambas.

O rural e o urbano são pensados neste trabalho como um tipo de organização social, com suas especificidades culturais e socioeconômicas. O rural não se apresenta mais como um rural idílico, imutável, caracterizado por sua função essencialmente agrícola. O rural e o urbano são pensados neste trabalho como um tipo de organização social, com suas especificidades culturais e socioeconômicas.

Bryant (1982) destaca que as forças urbanas na agricultura metropolitana representam maior demanda de terra, trabalho e oportunidade de mercado e as forças

---

<sup>26</sup> Considerando que a agricultura metropolitana se desenvolve, com grande participação do trabalho familiar, informações relevantes podem ser obtidas através do estudo diagnóstico da agricultura familiar no Brasil disponível através do sítio do ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)). Trata-se do Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO, intitulado: Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto, Brasília, fev. 2000. Os dados que compõem as análises desse documento são do Censo Agropecuário 1995/96 realizado pelo IBGE. Os dados podem ser visualizados por região, microrregião, unidades da federação e por município.

não urbanas - respondem por mudanças tecnológicas, alteração no padrão de vida, na competição inter-regional e nas decisões político-sociais. O conjunto resultante dessas circunstâncias poderá levar a um processo de: 1) desenvolvimento agrícola; 2) adaptação agrícola ou 3) degeneração agrícola. A interação entre as forças urbanas e não-urbanas pode ser identificada através do agricultor familiar, que num processo de adaptação é o responsável pelo desencadeamento das mudanças agrícolas.

O agricultor familiar é o principal agente transformador da produção agrícola e da organização do território, partindo dele a tomada de decisão e o gerenciamento do empreendimento, que serão planejados de acordo com as forças externas (influência das variações do mercado e do clima, as políticas públicas, a especulação imobiliária etc.) e as internas à agricultura (condições do solo, produção, acesso ao capital, etc.).

Lawrence, H. (1988, p.159) considera dois modelos espaciais para compreender a dinâmica da agricultura metropolitana: O modelo de Von Thünen explica que a agricultura metropolitana dá-se em função de um padrão de localização de atividades agrícolas com intensividades decrescentes a partir do afastamento de um centro urbano. Contudo, o desenvolvimento dos meios de transportes e da tecnologia na conservação dos alimentos resultou na modificação desse modelo, pelo fato desses avanços tornarem as distâncias relativas.

O modelo de Sinclair (1967) citado por Lawrence, H. (1988, p.160), ao contrário do modelo anterior, aponta para a existência de atividades extensivas de baixa rentabilidade situadas próximas à cidade, como a pecuária extensiva. Trata-se de uma estratégia usada pelos especuladores imobiliários para garantir que certas áreas possam ser futuramente convertidas a usos urbanos. Varias áreas em 2003 no residencial Santa Mônica II com pastagem haviam sido transformadas em casas de fim-de-semana.

Os dois modelos de distribuição espacial da produção agrícola podem coexistir num mesmo espaço, segundo Bicalho (1992), tratando-se de uma dinâmica complexa sendo mais apropriada uma abordagem ao nível do produtor que ao nível da distribuição espacial da produção.

No presente trabalho, considero que a distribuição espacial da agricultura metropolitana ocorre intercalada com outros usos do solo,<sup>27</sup> sendo a hidrografia, os solos férteis, a distância relativa à metrópole e o saber-fazer da força de trabalho definidores das condições de produção e da localização desse tipo de agricultura.

---

<sup>27</sup> Esses usos seriam as residências permanentes e temporárias, pesque-pague, haras, SPA, locação de imóveis para eventos, entre outros.

A análise sobre a divisão de trabalho dentro do grupo familiar é importante para verificar que concepções possuem sobre a utilização de mão-de-obra externa. No modelo familiar tem-se a participação familiar na carga total de trabalho no estabelecimento. A separação dos estabelecimentos que usam mão-de-obra familiar daqueles com base no trabalho assalariado (permanentes, temporários ou sazonais) permite inferir em qual modelo a propriedade se assemelha.

De acordo com Lamarche (1998a, p. 17-18), existem três modelos de explorações familiares: o modelo familiar, modelo de subsistência e o modelo de empreendimento agrícola. Esses modelos possuem em comum a organização da exploração agrícola sobre a base do trabalho. No entanto, o tipo de trabalho envolvido e os objetivos são distintos.

No modelo familiar o trabalho é executado pelos membros da família, cujo objetivo é a reprodução da qualidade de vida e da exploração. O modelo camponês baseia-se no trabalho familiar no sentido de garantir a sobrevivência da família, sua subsistência. Já o modelo empreendimento agrícola baseia-se no trabalho assalariado para obtenção de um ganho máximo.

Quando a sociedade capitalista norte-americana sai do “padrão fordista”, criam-se a partir do final do século XX, novas formas sociais e econômicas de organização. O mundo rural deixa de estar vinculado completamente ao mundo agrícola. A lógica capitalista promove a expansão do emprego temporário e sazonal tanto no rural quanto no urbano. Emerge o prestador de serviço em resposta as mudanças no mundo do trabalho.

SILVA, José Graziano da (1997) destaca o *part-time farmer* (agricultores em tempo parcial). Esse trabalhador participa tanto de atividades agropecuárias quanto de atividades não agrícolas, no ramo industrial ou de prestação de serviços. Não se trata de um agricultor especializado, mas de um trabalhador pluriativo que combina diversas atividades agrícolas e não agrícolas dentro ou fora de sua propriedade.

Carneiro (2006) discute o estatuto teórico do conceito de pluriatividade. A autora considera insuficiente a definição de pluriatividade como uma associação de atividades agrícolas e não-agrícolas por uma mesma família. Acredita que é preciso pensar em outras condições como, por exemplo, os contextos históricos e econômicos de formação dessa relação de trabalho.

Alguns entrevistados, agricultores familiares japoneses, são trabalhadores pluriativos. Um dos entrevistados relatou que trabalha no plantio da cana, cuida dos procedimentos de produção e comercialização da cachaça. Ele gerencia tanto a



produção quanto a venda do produto. Dessa forma obtém maior controle da qualidade e do preço da venda do produto.

A multifuncionalidade da agricultura nega a ideia de que a agricultura é apenas uma atividade produtora de alimentos, considera também outras funções presentes nesse espaço como a recreativa e pedagógica, estética, patrimonial, ambiental e social.<sup>28</sup> Essa diversidade de funções quando assumidas nas propriedades rurais demandará cada vez mais agricultores pluriativos.

Alguns autores colocam em evidência a necessidade de repensar a agricultura frente aos desafios socioambientais que emergem da interação rural-urbana<sup>29</sup>. Defendem a adoção de um paradigma de desenvolvimento rural centrado na busca da qualidade dos produtos em um contexto de valorização das identidades locais.

#### **1.4 Concepções sobre a relação rural-urbana**

Os pensadores, sobretudo do século XIX, ao estudarem a dicotomia rural-urbana, buscaram definir o rural relacionando-o à ideia de tradição, de pobreza e atraso ou principalmente, com a ideia de superioridade e universalidade do urbano. Essas diferentes visões refletiam a hegemonia do pensamento urbano na escolha dos critérios para a definição do rural.<sup>30</sup>

Marx e Engels (1986) tratam da dicotomia rural-urbana por meio de uma explicação histórica do papel das classes sociais no capitalismo. Antes da expansão do capitalismo urbano-industrial pelo mundo, originou-se um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo da ascensão do capitalista, do progresso, da técnica, da libertação do trabalho em relação à natureza e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações, formas de vida e de subserviência do trabalho a terra.

A dicotomia entre rural e urbano representava, portanto, as classes sociais que contribuíram para o crescimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham na Europa do século XVII. “O urbano passava a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas, e o rural, ao velho, ou seja, a velha ordem social vigente”. (GOMES, 2008, p.19)

---

<sup>28</sup> A agricultura multifuncional é um conceito emergente que visa uma abordagem territorial do planejamento, almejando a exploração sustentável das diversas funções presentes no espaço. O Relatório da célula de animação rede portuguesa (LEADER II) relata algumas experiências vivenciadas por Portugal em relação ao Plano Agrícola Comum (PAC) em vias de consolidação em países membros da União Européia.

<sup>29</sup> SILVA. (1997) e MOYANO, E.(1997)

<sup>30</sup> Gomes (2008) discute as diferentes visões de espaço rural entre pensadores do século XIX e XX.

Na obra de Marx “A ideologia alemã”, ele e Engels entendem a vida rural como uma relação baseada na subserviência a natureza. Essa subserviência demonstraria uma forma primitiva de sociedade, um modo não civilizado de produção. A vida rural é pensada por eles como um modo de produção anterior ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. E não como outro modo de produção capitalista.

(...) a oposição entre cidade e o campo surge com a passagem da barbárie a civilização, da organização tribal ao Estado, do provincialismo à nação, e persiste através de toda história da civilização até os nossos dias. ( MARX, 1987, p.20)

A tensão entre cidade e campo é tratada num sentido progressista de ascensão de uma civilização, de desenvolvimento de um Estado-Nação. A cidade representaria o lócus da superação do trabalho em relação à natureza, da habilidade de se pensar independentemente da natureza. A superação do modo de produção da subserviência da terra. A concepção marxista de rural denotaria uma imagem de regressão.<sup>31</sup>

Pierre George (1982, p.75) concebe o adjetivo rural para designar um conjunto de formas e de atividades ligadas à vida do campo. A agricultura seria o único atributo que distinguiria o rural de outras formas de atividades humanas, sendo a sociedade agrícola a base da vida rural. Nas sociedades agrícolas algumas características podem ser destacadas, tais como: a produção se exprime em termos de superfície na atividade agrícola, já na economia industrial em termos de toneladas; o tempo da produção agrícola está subordinado aos ciclos climáticos e biológicos e as condições naturais colocam limites geográficos as diversas categorias de produção agrícola.

Para Deffontaines (1952, p. 16) a cidade pode ser compreendida quando “a maioria dos habitantes emprega a maior parte do seu tempo no interior da aglomeração”. Cabe ressaltar que para o autor a aglomeração não define os espaços, e sim as atividades praticadas por seus moradores. Logo, no rural, a maior parte da população trabalha no campo, dedicando a maior parte do tempo às atividades ligadas ao agro.<sup>32</sup>

As transformações do mundo rural e da relação rural-urbana podem ser explicadas a partir de diferentes pontos de vista. Daí reside à polêmica entre os

---

<sup>31</sup> As migrações e a urbanização contribuiriam bastante para a diminuição da importância do rural numa sociedade moderna, em outras palavras, o pensamento moderno considerava que o rural estava fadado a desaparecer.

<sup>32</sup> Pierre Deffontaines (1952) distingue o campo em relação à cidade tendo por base a paisagem ou seu aspecto fisiográfico. O campo é abordado a partir da cidade.

estudiosos<sup>33</sup>. Alguns deles consideram que a organização socioeconômica rural está fadada a desaparecer dentro do movimento da história, enquanto outros admitem o “renascimento” do rural a partir de uma leitura integradora do meio rural a uma realidade regional, considerando-a mais eficiente que uma explicação no nível da dicotomia rural-urbana.

Um conjunto de diferenças presentes nos estudos que se baseiam na abordagem dicotômica pode ser enumerado. Destacam-se os seguintes aspectos na diferenciação dos meios em rural e urbano: (1) a população economicamente ativa está distribuída de forma concentrada em que tipos de atividades; (2) diferenças com relação à dependência do meio em relação à natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças em relação à homogeneidade e heterogeneidade na composição da população; (5) diferenças na composição social da população (estratificação e complexidade); (6) diferenças da direção dos fluxos migratórios, (7) diferenças na mobilidade social.

A diferenciação como parâmetro de análise se apoia numa visão bipolarizada dos meios, em que o meio rural seria a expressão do atraso, da dependência, do esvaziamento, da simplicidade, da homogeneidade frente ao pólo do progresso, o meio urbano. A abordagem do continuum seria uma explicação mais refinada no sentido de admitir uma maior integração entre cidade e campo observadas do ponto de vista das intensidades e não dos contrastes.

Os estudiosos que admitem a urbanização do campo como um processo que levará a homogeneização desses meios, apóiam-se nas seguintes observações: a maior aquisição de bens de consumo pela população rural lhes aproxima do modo de vida urbano; o trabalho rural manifesta-se cada vez mais pluriativo, contribuindo para o crescimento da prestação de serviços no rural; a condução da atividade rural requer cada vez mais o domínio de um saber técnico, comercial e informacional assim como é exigido na Indústria, entre outros aspectos.

A urbanização afetou as relações de trabalho e consumo do meio rural, contribuiu para redução da oposição rural-urbana cedendo lugar a ideia de continuum rural-urbano. A abordagem centrada na dicotomia rural-urbana destaca, enfatiza as diferenças entre rural e urbano. Já do ponto de vista do continuum a industrialização seria um agente que aproximaria o campo da realidade urbana. Nessa visão o meio rural

---

<sup>33</sup> SILVA, José Grazino da (1997) e WANDERLEY (2000) discordam sobre o papel dado a urbanização na transformação do meio rural.

seria progressivamente incorporado ao meio urbano como parte do processo de industrialização das cidades.

Na sociedade industrializada, as fronteiras entre espaços rurais e urbanos, tornam-se cada vez menos precisas. “O espaço urbano torna-se cada vez menos pontual e se espalha através de manchas que vão levando ao campo equipamentos e modalidades de consumo similares aos da cidade”. (Sarbone, 1967 citado por GOMES, 2008, p.72).

SILVA, José Graziano da (1997) ao escrever sobre o rural brasileiro<sup>34</sup>, afirma que esse meio “só pode ser entendido como um continuum do urbano” apóia-se na teoria de que o meio rural se urbanizou devido à industrialização da agricultura e a expansão do mundo urbano. Silva (1997) defende a urbanização do campo, a partir da constatação da existência da pluriatividade no rural.

o meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas “novas” atividades rurais – agrícolas e não agrícolas altamente intensivas e de pequena escala – tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais serem chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas. (SILVA, J. G, 1997, p.78).

SILVA, José Graziano da (1997) admite a transformação do meio rural brasileiro, devido ao surgimento de atividades não-agrícolas nesse meio. Também nega à classificação de agricultores familiares para os envolvidos nessas atividades. Contudo, é preciso refletir de qual realidade rural o autor está tratando, uma vez que as lógicas produtivas das explorações familiares diferem de uma região para outra.<sup>35</sup>

O rural como continuum do urbano não pode ser transposto para a realidade de algumas regiões do Brasil, bem como, de outros países subdesenvolvidos, seria mais adequado à realidade de países desenvolvidos ou de áreas rurais próximas aos grandes centros metropolitanos.

O urbano acaba sendo apresentado como um espaço totalizante, dominador do meio rural. Tal ponto de vista desconsidera a possibilidade de influência mútua entre

---

<sup>34</sup> O autor baseou-se nos dados da População Economicamente Ativa (PEA) segundo as atividades desenvolvidas e a localização da área de residência.

<sup>35</sup> O estudo diagnóstico “Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto” disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) (acesso em abr.2009) apresenta a diversidade regional da agricultura familiar no que se refere à inserção ao mercado e ao nível de especialização produtiva no estabelecimento.

esses meios na interação. Tanto o rural quanto o urbano apresentariam territorialidades distintas, os habitantes em contato com esses meios construiriam determinadas representações que lhes direcionariam na condução do trabalho no território.

É importante fazer uma distinção entre rural e ruralidade. O primeiro poderia ser definido como o meio geográfico que apresenta relações sociais específicas, enquanto o segundo estaria relacionado a uma cultura, a um modo de vida que influencia as relações sociais. Qualquer tentativa de generalização a cerca da ruralidade é muito difícil de ser feita, uma vez os sujeitos, portadores dessa ruralidade, estão inseridos em diferentes contextos socioespaciais, com determinadas estruturas socioeconômicas e socioculturais.

Um profundo processo de diversificação social tem se configurado entre as populações rurais, num movimento em que as relações com o meio urbano estão definitivamente perdendo o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade.

Um público bem heterogêneo, como jovens rurais, aposentados, profissionais locais, tem buscado uma “neonatureza”, uma paisagem rural que se aproxima do “natural”, do belo, do pacato, mas que também forneça conforto e segurança. Temos entre essas pessoas um conjunto de representações do rural que lhes direciona a utilizar o meio rural de diferentes maneiras, desencadeando relações sociais tanto conflitivas quanto complementares.

A aproximação das semelhanças entre o meio rural e urbano, não significa o desaparecimento do meio “atrasado”. O meio rural assume novas funções e se modifica em resposta ao processo capitalista, mantém semelhanças que não anulam as particularidades em relação ao meio urbano. O estudo aqui apresentado reafirma a existência do rural nesses termos.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Os métodos

Mediante o teórico que se pretende dissertar, a pesquisa teve como métodos de interpretação: o materialismo histórico dialético e o método etnográfico. A teoria marxista trata da dinâmica capitalista de especulação e valorização da terra. Além de abordar a natureza por meio do seu duplo significado: objeto e meio para o trabalho. Essa teoria explica “a realidade enquanto movimento e a contradição como forma de ser dos fenômenos”<sup>36</sup>. Sua lógica baseia-se na explicação das ações a partir da materialidade vivida pelos sujeitos.

A dialética é uma premissa filosófica para Marx que ajuda a explicar o movimento de constituição e destituição da sociedade, a relação dos homens com a natureza e entre si. O materialismo se preocupa em explicitar a gênese da sociedade, sua organização. Os sociólogos no século XVIII e XIX buscavam uma lei geral para explicar a sociedade. Marx dizia que as leis só existem a partir das relações sociais construídas, a partir da interação homem-natureza. As leis universais não são pré-existentes as relações sociais.

Elas só podem existir a partir da relação homem-natureza, pois o homem cria as condições de sua sobrevivência construindo sua história. A partir dessas experiências constroem as leis que são mutáveis, enquanto abstrações humanas. Parte Marx da premissa biológica que por meio do trabalho para sobreviver, o homem cria relações e objetos, que transformam a natureza e provocam transformações no próprio modo de ser dos homens e das relações.

O intercâmbio homem-natureza gera uma concepção de natureza multifacetada, explicável para além do viés econômico. Os limites dessa interpretação estão na centralidade que se dá a estrutura econômica como determinante das ações sociais. Contudo, isso não invalida seu poder explicativo, apenas aponta para a necessidade de entender o sentido da cultura nas ações, porque os grupos sociais diferem entre si e, conseqüentemente, constroem diferentes inserções no econômico (relações sociais de produção).

A escolha do método etnográfico não se limita à adoção de um rigor epistemológico, mas a consciência de que é possível entender os agricultores familiares como sujeitos, capazes de subverter em certa medida às determinações do capital. E

---

<sup>36</sup> MORAES, A.C; COSTA,W.M (1999, p.49-50)

ainda, como esses atores, portadores de uma identidade individual e coletiva, conseguem uma inserção diferenciada do seu trabalho no território.

Esses métodos constroem interpretações a partir de fatos sociais. Bourdieu (1999) em sua obra “A profissão do Sociólogo: Preliminares epistemológicas” discute sobre a natureza epistemológica do fato social. As opiniões individuais fazem parte do processo de investigação dos fatos sociais, do problema de pesquisa, o que levaria a falta de controle do método das ciências sociais, uma vez que estaria impregnado pela subjetividade dos sujeitos da pesquisa<sup>37</sup>.

A ruptura epistemológica, defendida por Bourdieu (1999), seria uma forma de garantir a confiabilidade das interpretações durante a construção do conhecimento científico, uma vez que implicaria a ruptura das pré-noções por outras noções baseadas numa teoria com procedimentos lógicos apropriados. O autor chama atenção para o risco dos dados assumirem um papel no estudo, que levaria o pesquisador a pensar, que eles por si só seriam suficientes para explicar uma dada realidade, incorrendo na ilusão da transparência reforçando induções espontâneas.

Portanto, uma advertência importante para não assumirmos uma postura ingênua de buscar explicações centradas na ação e relação dos sujeitos em suas experiências imediatas. As relações sociais requerem explicações para além da subjetividade dos atores sociais, pois as motivações que influenciam essa subjetividade são construídas segundo certas condições e posições sociais. Logo, a utilização das interpretações dos atores sociais integralmente na pesquisa, sem a devida análise das combinações discursivas<sup>38</sup> configurará num estudo superficial do problema.

O método de pesquisa constitui-se a partir de um conjunto diversificado de procedimentos e técnicas necessários à construção de uma leitura científica do mundo. Pensando dessa maneira adotei os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico do tema; utilização de folhas topográficas, mapas e imagens de satélite; localização das propriedades através de GPS; realização de trabalho de campo, observação participante, fotografias e entrevistas do tipo livre (narrativa) e fechadas.

Busco refletir a respeito das múltiplas dimensões do processo de realização e análise de uma entrevista. As discussões aqui construídas representam os primeiros

---

<sup>38</sup> É uma forma de análise do discurso, que se baseia na identificação do conjunto de noções que o entrevistado aciona para relatar determinado tema. Por exemplo, um entrevistado ao ser perguntado sobre o que entende por qualidade da água pode associar à ideia de qualidade as noções de limpeza e sabor da água.

passos rumo a uma vigilância epistemológica<sup>39</sup> necessária na articulação da entrevista no conjunto da pesquisa.

A reflexão constante dos procedimentos inerentes à entrevista constitui uma condição necessária em relação à representatividade, validade e confiabilidade dos dados obtidos. Minhas dificuldades com relação à condução de uma entrevista e o contexto de sua produção são discutidas no texto, a fim de contribuir metodologicamente com pesquisas que pretendam fazer uso dessa técnica.

Os procedimentos adotados são adequados para me auxiliar na representação cartográfica dos fenômenos, como por exemplo, no ordenamento dos usos do solo; na construção de uma narrativa a partir das fotografias, no acesso as histórias de vida dos entrevistados no seu território e no contato direto com o lugar a fim de repensar o teórico.

O objetivo foi obter elementos para o entendimento das seguintes questões: Como as relações rurais-urbanas participam ou não da construção de uma nova ruralidade? E ainda, como a cultura do agricultor familiar influencia na adoção de produções diversificadas?

A cultura é entendida neste trabalho como tudo que é aprendido e compartilhado entre os membros de um grupo. A cultura envolveria um complexo de conhecimentos, crenças, artes, costumes, hábitos e aptidões adquiridos pelo indivíduo no seio da sociedade da qual faz parte. Estes aspectos associados seriam responsáveis pela identidade do grupo a que pertence. As formas de organização desses indivíduos nos seus diferentes grupos sociais, seus costumes e tradições seriam repassados de uma geração para outra a partir de uma vivência e tradição comum.

Os múltiplos usos do solo, pensados como territórios da agricultura, da ocupação urbana e da mineração, representam um reordenamento do espaço desencadeado pela lógica capitalista, que lucra a partir da proximidade desses territórios em relação à metrópole de Belo Horizonte. Trata-se de um processo global, vivido também em outros estados brasileiros, de expansão do capital em direção aos territórios de influencia da metrópole.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Bourdieu (1999) utiliza esse termo em sua obra “A profissão de Sociólogo” ao expor os princípios de uma prática profissional. Defende uma certa atitude em relação a essa prática, com objetivo de fornecer os instrumentos fundamentais a o tratamento sociológico do objeto. Ao tratar do ofício do sociólogo ressalta o risco do ritualismo dos procedimentos de pesquisa, o que levaria ao automatismo na aplicação de técnicas e conceitos. Propõe a vigilância epistemológica, isto é, uma atitude de reflexão e questionamento constante a respeito das técnicas e conceitos utilizados, uma vez que estão sujeitos a determinadas condições e limites.

<sup>40</sup> Consultar trabalhos de BICALHO, A.M. (1992); BICALHO, A.M. (1996) e PEREIRA, M.T (2000).



## 2.2 As condições de realização da entrevista

Para marcação da primeira entrevista, estabeleci um primeiro contato com os agricultores a fim de conhecê-los<sup>41</sup>, apresentar os objetivos do meu estudo e propor uma visita na propriedade deles. O encontro permitiu a construção de pré-noções que auxiliaram na formulação de questões relevantes para o projeto de pesquisa.

Realizei a observação participante<sup>42</sup> na feira de flores sem utilização de questionário e qualquer objeto de registro (caderno, gravador e câmera). O fato de não utilizar esses recursos propiciou que a conversa com os vendedores de flores transcorresse com maior “naturalidade”.<sup>43</sup> Embora - de vez em quando - fôssemos interrompidos por causa do atendimento aos clientes. Isso interrompia também o raciocínio do vendedor, levando-me frequentemente a formular outras questões.

Identifiquei aproximadamente 30 vendedores de flores ou plantas, dos quais cinco eram japoneses ou descendentes. A banca deles era de melhor localização, pois ficavam praça Av. Bernardo Monteiro dava acesso direto. Os compradores, em sua maioria, eram mulheres de classe média aparentando possuir mais de 40 anos. O registro dos relatos de dois vendedores de flores<sup>44</sup> foi feito posteriormente em minha casa. Recorri a minha memória para recriar esses relatos. Como a memória seleciona certas informações e deixa de lado outras, o que obtive foi uma interpretação sobre os elementos dos discursos, os quais foram analisados por tema, por exemplo: relações de família, relações de trabalho e interação com o local. E tais informações em seguida foram incorporadas nas discussões desse trabalho<sup>45</sup>.

### 2.2.1 O roteiro da entrevista

A entrevista pode ser estruturada, semi-estruturada e livre (narrativa). A entrevista narrativa acontece com o uso de um roteiro<sup>46</sup>, no qual as perguntas seguem

---

<sup>41</sup> Na tarde de 16/05/08 visitei a feira de flores de BH, na av. Bernardo Monteiro (em frente ao colégio Arnaldo) a fim de identificar quantos dos vendedores de flores eram agricultores familiares e dentre estes quais possuíam cultivos em Igarapé e Mateus Leme.

<sup>42</sup> Meu objetivo foi utilizar a observação participante como forma de elaborar as pré-noções para o roteiro de entrevista.

<sup>43</sup> Foi preciso criar uma boa impressão no que se refere a minha pessoa e a relevância desse estudo que os contempla como sujeitos. A intenção foi deixá-los mais a vontade para me contarem a respeito do seu trabalho. Acredito que esse aspecto foi alcançado com sucesso, pois as pessoas foram atenciosas, relatando bastante sobre seu trabalho e vida pessoal.

<sup>44</sup> Registrei o relato dessas pessoas, e após uma análise criteriosa, considerei mais importante agendar uma entrevista com a vendedora e produtora de flores que reside em Mateus Leme, município que junto com Igarapé faz parte da APA.

<sup>45</sup> Trata-se do capítulo 6 que aborda os valores culturais e o trabalho dos entrevistados do território.

<sup>46</sup> O papel do roteiro é conduzir a narrativa sem grandes interferências. As pessoas ao narrarem sobre uma determinada pergunta podem trazer elementos que respondem as perguntas seguintes. Cabe ao

uma sequência lógica. O roteiro utilizado para entrevista livre consistiu em investigar a história de vida do agricultor familiar, os valores ligados a terra, a relação de trabalho familiar e a interação rural-urbana.

À medida que aconteciam as entrevistas com os agricultores familiares, pude testar a clareza ou não de algumas questões, fato que propiciou um aprimoramento do roteiro para as próximas entrevistas. Desse modo, a metodologia utilizada foi sendo aprimorada dentro da pesquisa.

Considereei os agricultores familiares do ramo da floricultura, meus entrevistados privilegiados porque a partir do depoimento deles, obtive elementos para repensar minhas hipóteses, como por exemplo: o processo de especulação da terra em desenvolvimento no território como decorrente de um processo de mudança social, em que um determinado modo de produção interfere no trabalho dos diferentes segmentos que compõem a sociedade.

### **2.2.2 Os sujeitos**

Temos acesso ao modo como as pessoas interpretam a vida, o mundo através da entrevista. A análise dessas interpretações representa nosso ponto de vista sobre o ponto de vista do entrevistado. As percepções captadas nas entrevistas possuem uma natureza múltipla, plural.

Entrevistamos porque os sujeitos são reflexivos. Eles possuem variadas inserções e posições sociais. O entrevistado nessa pesquisa não é apenas um trabalhador rural, ele é um sujeito sociocultural<sup>47</sup> inserido dentro de diferentes clivagens sociais.

As reflexões dos entrevistados são construídas a partir de sua memória e sentimento de identidade. Ambas intrinsecamente associadas, pois a memória do indivíduo seleciona e registra fenômenos para ele significativos. Geralmente, o significado atribuído aos fenômenos está relacionado ao sentimento de identidade individual e coletiva.

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK 1992, p.5)

---

entrevistador avaliar a necessidade de realização dessas questões. Portanto, o roteiro é flexível nesse sentido.

<sup>47</sup> A categoria sujeito sociocultural diz respeito a uma visão integral do sujeito, no sentido de entendê-lo como sujeito em constante formação partir de sua inserção em diferentes práticas sociais, com distintos papéis sociais.

A entrevistada D.I <sup>48</sup> frequentemente lembrava as dificuldades financeiras do passado. Queria ser percebida como uma mulher que conquistou seu patrimônio através de muito trabalho. Além disso, foi possível deduzir que desempenha um importante papel na família no sentido de garantir a segurança financeira dos seus membros.<sup>49</sup>

De acordo com Pollak (1992) os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva surgem de duas maneiras: a primeira, através de acontecimentos vividos pessoalmente e a segunda, por meio de acontecimentos “vividos por tabela”.<sup>50</sup>

Esse último ocorre quando uma pessoa não participa diretamente de um acontecimento, mas ele toma tamanho relevo no seu imaginário por meio da socialização política ou histórica que desencadeia um processo muito forte de identificação da pessoa com o passado. Desse modo, o indivíduo praticamente herda esses elementos do passado para sua memória<sup>51</sup>, logo os vivencia por tabela.

Quando perguntava sobre a história da família para os agricultores familiares japoneses, frequentemente contavam sobre as dificuldades financeiras e as situações de adaptação deles aos costumes locais. Geralmente recontavam casos que os antigos da família falavam. A entonação da voz e a riqueza de detalhes na oralidade deles constituíam indícios de uma memória herdada, construída a partir de uma socialização histórica, tendo como recorte histórico o período entre as duas grandes guerras mundiais.

Para compreender as representações que esses sujeitos construíam a partir de um problema, precisei aprender habilidades importantes para conduzir uma entrevista<sup>52</sup>. Escutar com atenção e paciência; fazer silêncio e perguntar no momento certo<sup>53</sup>; ler o semblante e o tom de voz do depoente. Perceber a entrevista como um acontecimento, um ato mais próximo da delicadeza<sup>54</sup>.

---

<sup>48</sup> Atualmente essa pessoa é a segunda maior produtora de flores de corte de Minas Gerais.

<sup>49</sup> Contou que ajudara financeiramente, por várias vezes, o ex-marido, os filhos e alguns parentes mais distantes.

<sup>50</sup> Michael Pollak (1992) ao fazer uma reflexão teórica sobre o problema da identidade social em situações limites. Entrevistou mulheres sobreviventes de campos de concentração no período da Segunda Guerra Mundial.

<sup>51</sup> A memória é uma conjugação entre o lembrar e o esquecer. Uma construção social que não é fixa no tempo e no espaço. Ela é mutável e processual.

<sup>52</sup> THOMPSON (1992); QUEIROZ(1988); OLIVEIRA, R.C(1996) discutem como a partir de uma observação atenta explorar adequadamente o relato do depoente.

<sup>53</sup> Considero que essa foi uma das habilidades, que ao longo das minhas primeiras entrevistas, fui aperfeiçoando. Ao fazer uma escuta atenta dos relatos gravados, percebi que realizei algumas perguntas diretas, isto é, perguntas que induziam a uma determinada resposta. Isso ocorreu principalmente nos momentos que interferi buscando respostas diretamente relacionadas com as hipóteses do meu projeto.

<sup>54</sup> A socióloga, Inês Assunção de Castro Teixeira, em palestra conferida na Fafich-UFMG em junho de 2008, trouxe reflexões importantes sobre o ato de pesquisar como um processo que propicia a aventura e

Considerarei como representações sociais dos sujeitos entrevistados, as formas de conhecimento prático, construídas a partir do senso comum, isto é de saberes não formalizados. Essas manifestações foram pensadas como construções sociais sujeitas às determinações sócio-históricas de épocas específicas.

SPINK, M. (1993) considera que as representações sociais podem ser interpretadas em relação a dois aspectos de acordo com Jodelet (1989a). O primeiro, “as representações constituem formas de conhecimento prático orientadas para a compreensão do mundo e para a comunicação”. Neste processo o sujeito a partir de sua experiência com o mundo constrói e expressa sua representação do mundo. E por último, as representações surgem como elaborações dos sujeitos sociais a partir da interpretação dos objetos que poderão ou não ser valorizados.

A representação é uma construção do sujeito que não é apenas produto de determinações sociais. Também não é o produtor independente, uma vez que compartilha idéias, pensamentos que são construídos dentro de um grupo, mediante a determinados contextos. Portanto, as representações são sempre elaborações contextualizadas, resultantes das condições de sua origem e circulação.

A realização das entrevistas representou um ótimo aprendizado. A formulação das questões trouxe questionamentos às observações do campo tendo em vista a revisão bibliográfica realizada. As categorias analisadas (território, multifuncionalidade, pluriatividade, etc.) não podiam aparecer diretamente expressas na pergunta da entrevista. Parti de exemplos concretos da experiência de trabalho e de vida dos agricultores familiares, a fim de elaborar questões não-diretivas, simples e curtas. Assim, pude interpretar com maior confiabilidade os fatos sociais do quais tomei contato.

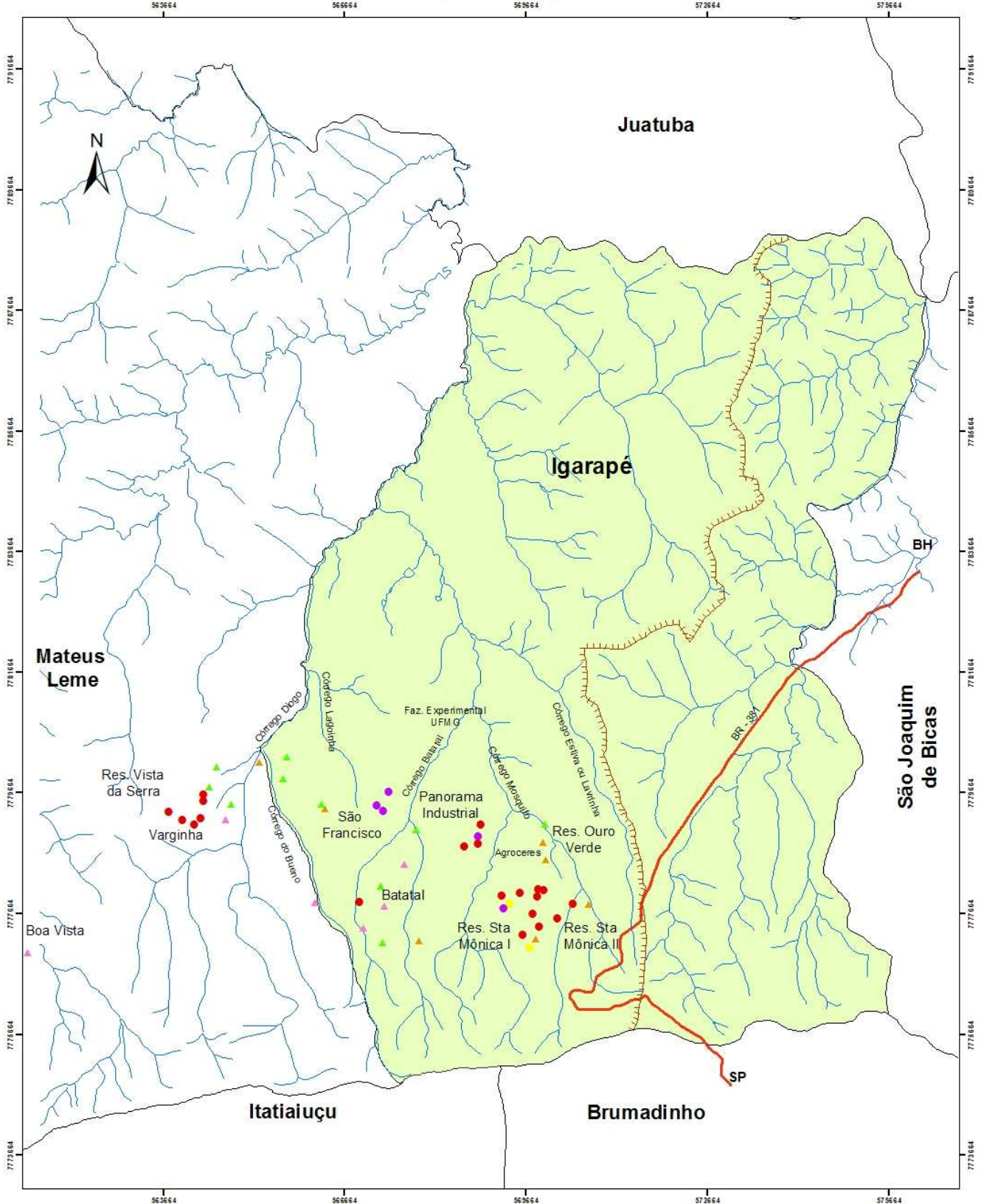
### **2.3 Seleção e distribuição dos entrevistados no território estudado**

A maioria dos pontos coletados está distribuída na porção sudoeste de Igarapé, havendo uma continuidade desta distribuição no sentido oeste, divisa com Mateus Leme. Os usos do solo identificados como rural nestes municípios foram: horticultura, pecuária e floricultura, sendo que foram encontradas também residências de uso permanente e temporário, bem como pequenos empreendimentos voltados para o atendimento de visitantes da RMBH.

---

a criação. Percebe a utilização da entrevista na pesquisa segundo uma dimensão complexa, tratando-se de fragmentos da experiência humana. E como tais requerem do pesquisador a arte da escuta e da delicadeza.

Pontos coletados nos municípios de Igarapé e Mateus Leme-MG



**Legenda**

- ▲ Uso Rural
- Uso Urbano
- ▲ Horticultura
- Residência Temporária
- ▲ Pecuária
- Residência Permanente
- ▲ Floricultura
- Empreendimentos

- Limite da APA
- BR - 381
- Hidrografia
- Limites Municipais
- Município de Igarapé

0 1.000 2.000 Metros

Escala 1:20.000  
 Projeção Universal de Projeção  
 Transversa de Mercator  
 UTM - SAD 69  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Igarapé  
 Elaboração digital do Plano Diretor  
 por A.U.T.O.V.I.A. - 2008  
 Autora: Alessandra F. Godoy da Silva  
 Colaboradora: Vanessa F. Godoy

**Figura 1-** Pontos coletados nos municípios de Igarapé e Mateus Leme - MG

A distribuição das propriedades rurais deu-se associada às áreas de várzea dos córregos Mosquito e Batatal, em Igarapé, Diogo e Boa Vista, em Mateus Leme. Os residenciais Santa Mônica I e II, em Igarapé e o Residencial Vista da Serra, em Mateus Leme, apresentaram o predomínio de residências de uso temporário. O contrário ocorreu nos loteamentos dos bairros São Francisco e Panorama Industrial, que apresentaram residências de uso permanente.

O córrego Mosquito apresentou menor oferta de água quando comparado com os córregos Batatal e Diogo. Tal córrego abastece os residenciais Santa Mônica I e II, Res. Ouro Verde e o loteamento do bairro Panorama Industrial, além de propriedades rurais de horticultura e pecuária, os outros córregos (Batatal e Diogo) manifestaram um menor número de ocupações urbanas dentro da amostra, sendo mais significativa a presença de propriedades rurais.

Foi preciso selecionar uma amostra de entrevistas que fosse representativa, do ponto de vista explicativo, para entender quais os aspectos do trabalho e da cultura contribuem para a manutenção ou não da agricultura familiar nesse território com diversas ocupações. Para tanto, dos 25 pontos coletados referentes às ocupações urbanas com moradores permanentes e temporários, foram selecionados três entrevistados nos residenciais Santa Mônica I e II e três entrevistados do loteamento do bairro São Francisco e dois, do loteamento do bairro Panorama Industrial, todos residentes nos locais citados.

Os sujeitos foram escolhidos porque:

- moram de forma permanente a mais de 20 anos no lote ou a menos de 5 anos - o objetivo foi entender que motivos levaram eles a deixarem o local de moradia anterior para morarem em Igarapé.
- desempenham ou desempenharam uma atividade rural concomitante com outras, durante o período de residência no lote - a intenção foi compreender os valores culturais intrínsecos ao interesse e à manutenção do trabalho rural;
- relataram mudanças associadas a água - o objetivo foi identificar possíveis conflitos e opiniões sobre as causas do problema da escassez de água.

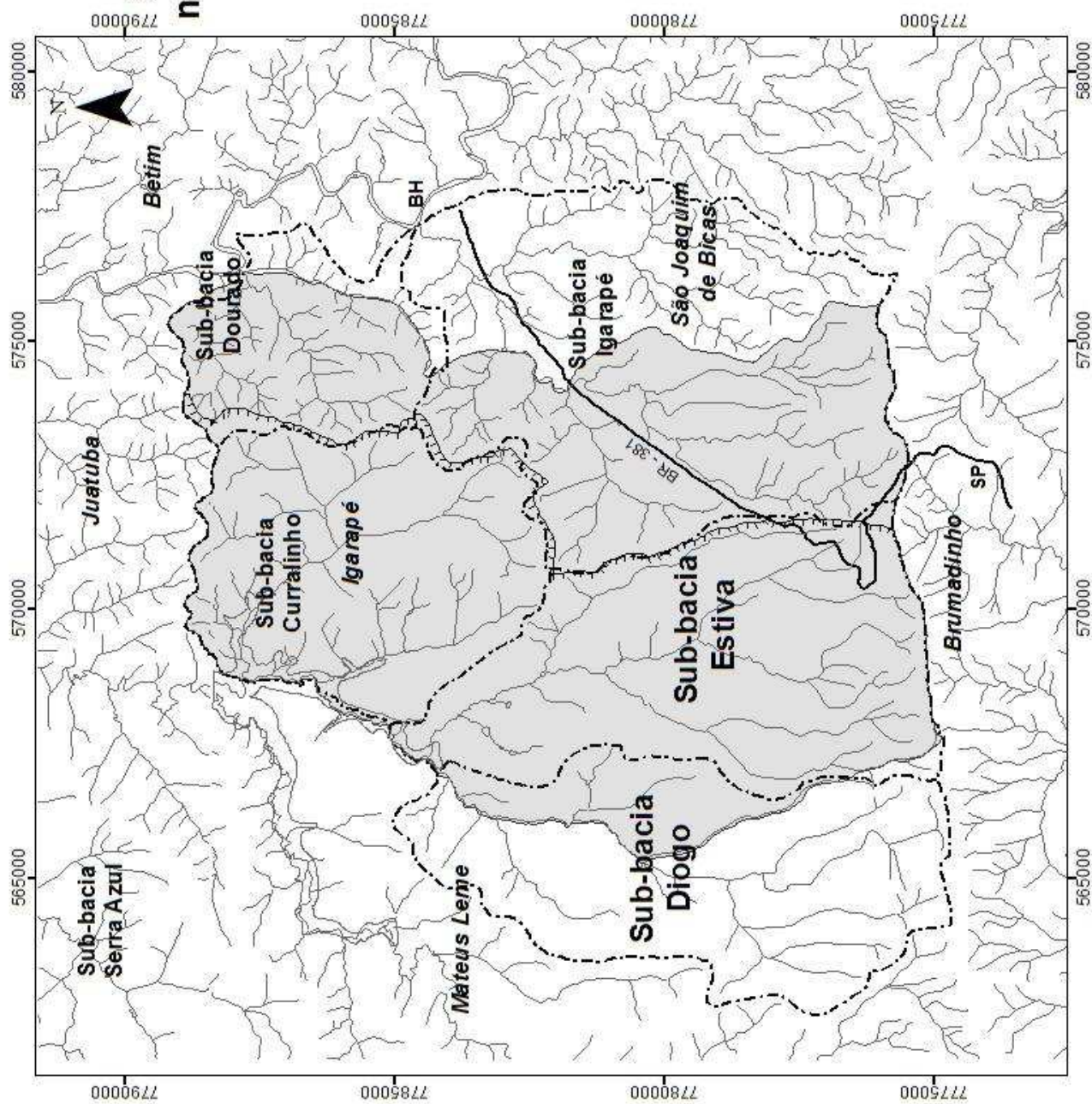
Com relação às ocupações urbanas, de moradores temporários, foram realizadas 17 entrevistas (5) no residencial Ouro Verde, (6) no residencial Santa Mônica

I e (6) no Residencial Vista da Serra. Os dois primeiros residenciais foram selecionados porque fizeram parte das entrevistas realizadas em Igarapé em 2003, durante o projeto PAD, assim foi possível comparar os conflitos e interações mencionadas pelos diversos entrevistados em diferentes momentos do tempo. O último residencial foi escolhido, porque foi mencionado nas entrevistas pelos agricultores familiares ao abordarem os problemas de escassez de água. Os questionários de perguntas fechadas foram escolhidos por atenderem ao tipo de informação (perguntas objetivas) que eu necessitava levantar junto aos moradores temporários. Optei por esse tipo de questionário, pois não se tratavam de sujeitos centrais na minha investigação (agricultores familiares). As perguntas elaboradas no questionário tratavam dos seguintes aspectos:

- características do morador e de como este representa o lugar em que frequenta;
- interação dos moradores com os agricultores familiares em Igarapé e Mateus Leme-MG, estando estes próximos ou não da residência daqueles.
- atrativos e problemas locais que mobilizam o interesse do morador.

Os 23 pontos coletados correspondem aos agricultores familiares entrevistados, os quais estão distribuídos em três das oito sub-bacias que compõem o sistema de abastecimento Serra Azul. São estas as sub-bacias com seus respectivos agricultores entrevistados: Estiva (17), sub-bacia Diogo (5) e Serra Azul (1). Os pontos coletados próximo aos córregos Batatal e Mosquito fizeram parte da amostra referente à sub-bacia Estiva; os pontos identificados próximo ao córrego Diogo é a sub-bacia Diogo e o ponto próximo ao córrego Boa Vista, a sub-bacia Serra Azul.

## Sub-bacias Diogo e Estiva na divisa entre Mateus Leme e Igarapé - MG



**Figura 2-** Sub-bacias Diogo e Estiva na divisa entre Mateus Leme e Igarapé – MG



Os córregos dessas propriedades são contribuintes do Sistema de Abastecimento Serra Azul e, em razão disso, estão inseridos no território de ação da COPASA-MG (Companhia de Saneamento de Minas Gerais).

A maioria das propriedades dos agricultores familiares entrevistados está distribuída ao longo dos córregos da sub-bacia Estiva no município de Igarapé e do córrego Diogo no município de Mateus Leme. Trata-se de áreas de várzea, mais férteis e por isso, tradicionalmente escolhidas pelos agricultores familiares para as práticas agrícolas.

Foram entrevistados 23 agricultores familiares integrados a rede de comercialização de produtos para RMBH, sendo 6 deles trabalhadores no ramo da floricultura (plantas ornamentais e flores de corte), 7 no ramo da pecuária e 10 no ramo de horticultura. A agricultora familiar japonesa D.I da Sub-bacia Serra Azul foi incluída nesse total de entrevistas, mesmo sua propriedade não estando na área de influência dos córregos Estiva e Diogo porque o córrego Boa Vista é que abastece tal propriedade. Contudo, isso não impediu a comparação de sua exploração com as demais investigadas, uma vez que todas estão sujeitas ao mesmo problema: a escassez de água pode afetar a continuidade do trabalho.

Outro aspecto importante a ser considerado é a forte interação da agricultora D.I com as famílias japonesas de Igarapé e Mateus Leme, o que auxiliou no estudo dos aspectos relacionados ao trabalho e à cultura, contribuindo para a manutenção do uso rural da terra nos municípios já citados.

Nas entrevistas com agricultores, optou-se por uma entrevista narrativa com produtores de flores de corte e plantas ornamentais, por considerá-los centrais na discussão do tema a ser dissertado, pois se apresentam muito integrados ao mercado e ao mesmo tempo, possuem características culturais que fazem com que suas explorações sejam mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e socioeconômico. O roteiro que serviu de eixo condutor para essas entrevistas possuía as seguintes perguntas:

- Conte como sua família veio para cá?
- Quando foi isso?
- O que eles esperavam encontrar?
- Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas?
- Fale um pouco sobre seu envolvimento nessa atividade?
- Explique um pouco da sua atividade?
- O que acha da diversificação das atividades?

- Como é a participação da família no trabalho da propriedade?
- Como você vê a continuidade da sua atividade pelos seus filhos?
- Conte sobre a participação da sua família na comunidade?
- Como você avalia a relação entre os agricultores familiares na região?
- Como você avalia a chegada de pessoas de fora na região?
- Fale um pouco sobre a segurança na sua propriedade?

Algumas dessas perguntas estimularam os agricultores familiares a tratarem do problema da água, visto num primeiro momento da pesquisa como um elemento importante, mas não central.

Na ocasião da entrevista com os agricultores familiares, duas das questões citadas acima motivaram os agricultores a tratar do uso da água. Ei-las:

- Explique um pouco da sua atividade?
- Como você vê a continuidade da sua atividade pelos seus filhos?

Mais de 80% dos agricultores familiares entrevistados disseram que o agravamento da escassez de água deixava-os inseguros quanto à manutenção de suas atividades.

Quando perguntados sobre as expectativas de manutenção da atividade pelos filhos, os agricultores familiares associavam primeiro a ideia de existência de água a continuidade de trabalho para os mais jovens. Em razão disso, vislumbrou-se a construção de um capítulo chamado Impasses na Relação Homem-Natureza a fim de dar relevância ao problema vivenciado por essas pessoas.

A utilização da observação participante na Campanha de Regularização dos Uso dos Recursos Hídricos de Minas Gerais no município de Igarapé em outubro de 2008, possibilitou a compreensão do problema da água a partir dos pontos de vista dos moradores e das instituições, Prefeitura de Igarapé, IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas), COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), IEF (Instituto Estadual de Florestas), IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) e dos agricultores familiares da sub-bacia Estiva.

Desse modo, os córregos são elementos fundamentais na distribuição do trabalho rural pelo território, e claro, aliados a outros aspectos como a fertilidade do solo e a cultura das pessoas que nele trabalham. Estes aspectos juntos proporcionam semelhanças em relação ao uso rural da terra que se estende para além dos limites de Igarapé em direção ao município de Mateus Leme.

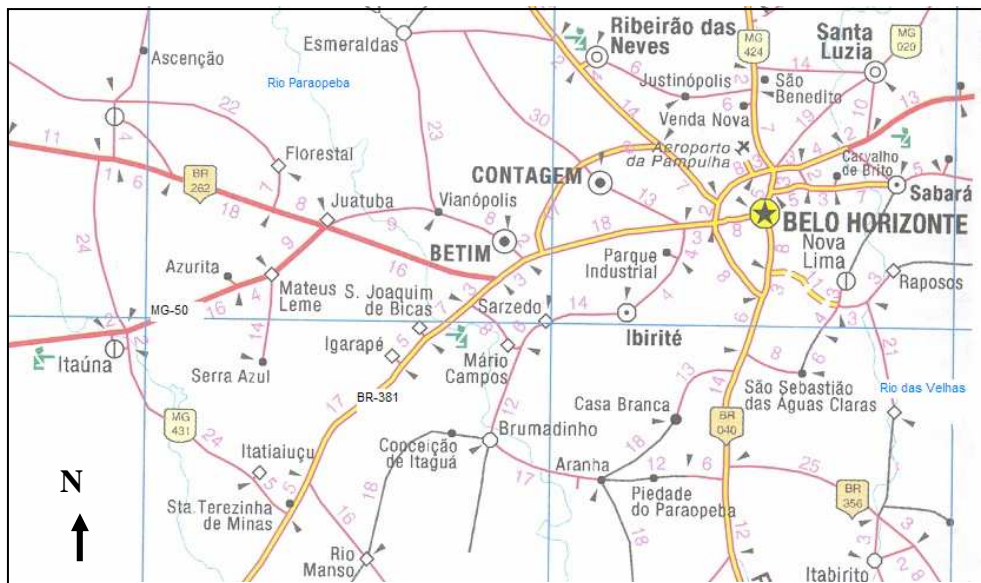
### 3 - A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO PARA DEMANDA METROPOLITANA

*Com a barriga na costa  
e uma penca de filhos a criar,  
Faço do meu sonho uma aposta,  
Vou à cidade prosperar.  
Deixo pra trás minha roça,  
Com muita dor no coração,  
E espero que em breve eu possa,  
Voltar pro meu natalino chão.  
Com minha situação financeira resolvida,  
Fazer o que mais amo na vida  
que é plantar arroz, milho e feijão.  
( Paulo de Carvalho Fragoso)*

As mudanças sociais que se processam no território de Igarapé e Mateus Leme são manifestações locais de um processo global de industrialização das Regiões Metropolitanas, que marcou a década de 70. Momento em que o Estado assumiu conjuntamente com os capitais privados o papel de fortalecer a competitividade da capital mineira na economia regional.

Na década de 70, a Fiat Automóveis, consolidou sua estrutura produtiva no município de Betim, desencadeando a partir desse processo a concentração de capitais e o adensamento populacional no município e adjacências. Como Igarapé e Mateus Leme, estão a sudoeste de Betim, sofreram também os reflexos do movimento do capital e da força de trabalho nos seus territórios.

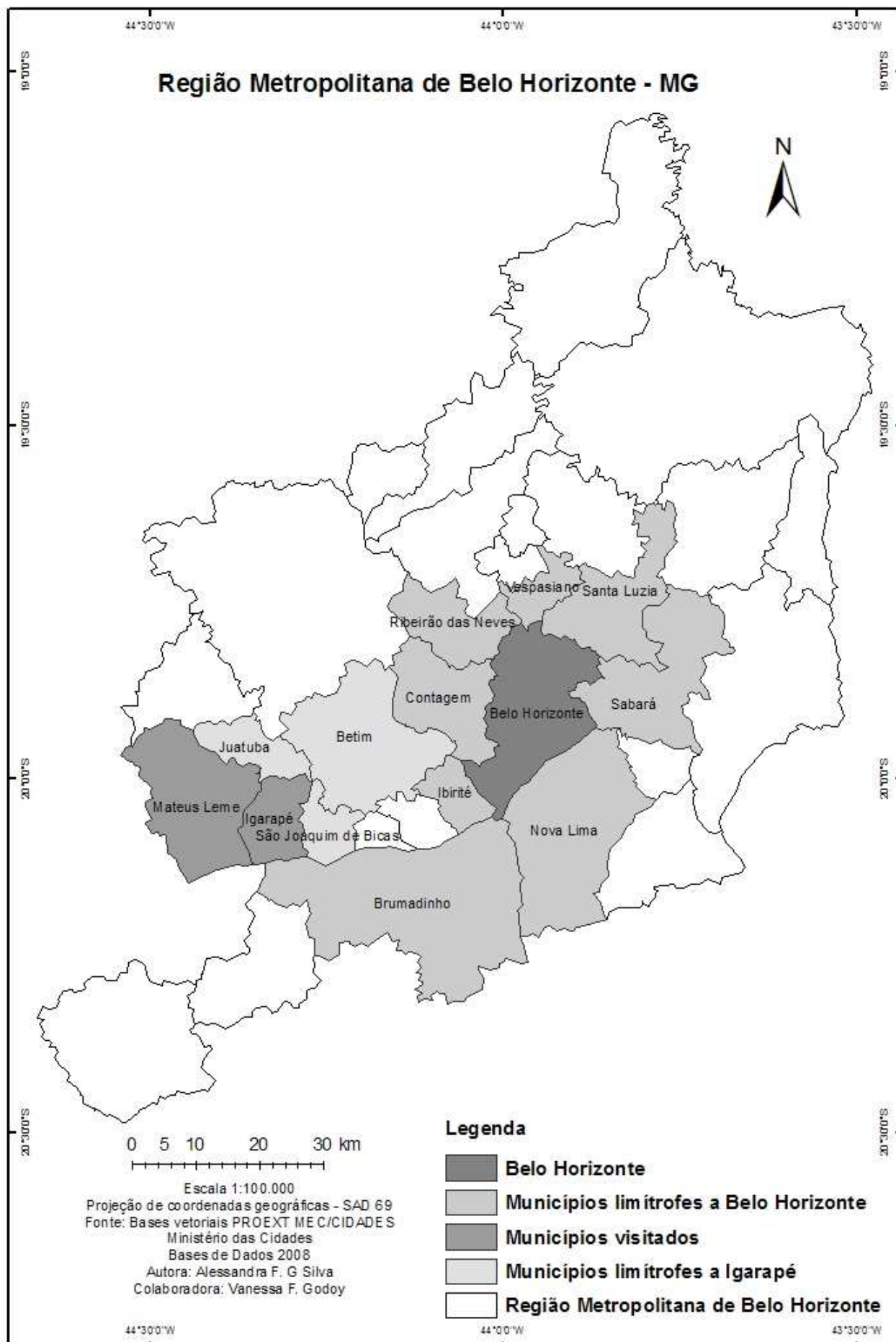
A área de estudo está entre dois eixos de transporte importantes: a BR-381 e a MG-50 que conferem maior mobilidade aos deslocamentos nos municípios estudados, e isto está refletindo no trabalho dos agricultores familiares e no uso da terra, a facilidade de acesso colabora com o crescimento populacional e também com a expansão de empreendimentos voltados para o público urbano, aumentando assim a demanda por água e terras.



Fonte: Guia Quatro Rodas: Estradas 2007. São Paulo: Editora Abril, 2007, p. 17 / Escala: 1:2.000.000

**Figura 3** - Principais vias de acesso aos municípios de Igarapé e Mateus Leme-MG

A expansão das atividades econômicas de Belo Horizonte para o vetor oeste, sobretudo Contagem e Betim levou a um progressivo adensamento populacional nos municípios a sudoeste (**FIG. 4**). Os deslocamentos de trabalhadores para os municípios, então chamados de “dormitório” tornaram-se mais frequentes.



**Figura 4 - Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG**

Desde a 1970, a população urbana dos municípios de Igarapé e Mateus Leme têm aumentado em relação à população rural, seguindo a tendência nacional engendrada pelo processo de industrialização. Esses municípios possuem características semelhantes com relação à distribuição da população no território. (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição da população de Igarapé e Mateus Leme, de 1970 a 2000

Anos	Igarapé			Mateus Leme		
	urbana	rural	Total	urbana	rural	Total
1970	3.490	4.185	7.675	6.012	5.917	11.929
1980	11.028	5.535	16.563	12.108	6.549	18.657
1991	19.909	7.491	27.400	19.580	7.453	27.033
2000	22.450	1.819	24.269	20.382	3.742	24.124
2007(1)			31.135			25.627

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(1) Dados preliminares

Ocorreu um acréscimo de população urbana e rural, nesses municípios, de 1980 a 1991 desencadeado pelo processo migratório de pessoas residentes em Belo Horizonte, Contagem e Betim para esses municípios. Na década de 90, a população rural dos municípios reduziu acentuadamente e a urbana aumentou comparada com os outros períodos, sobretudo em Igarapé. Esses dados nos levam a conclusão de que o êxodo rural foi mais intenso na década de 90. Tal constatação não se confirma nos estudos sobre a dinâmica populacional no Brasil.

O que se tem é uma mudança de áreas rurais em urbanas na classificação municipal de um censo para outro. Igarapé e Mateus Leme fazem parte desse processo. O IBGE realizou de 1991 a 2000 uma atualização cartográfica das zonas rurais e urbanas levando em consideração o perímetro urbano definido por esses municípios, portanto somente as áreas fora desse perímetro foram classificadas como rurais. Sendo assim, não houve uma mudança da localização dos domicílios em função dos deslocamentos, mas uma conversão de áreas antes rurais em urbanas. Em razão disso, ocorreu uma “urbanização” das pessoas que no censo anterior estavam classificadas dentro da zona rural.

### 3.1 O território de estudo

Igarapé e Mateus Leme fazem parte do vetor sudoeste de expansão da metrópole Belo Horizonte. O município de Igarapé possui uma área de 181 km<sup>2</sup> e está a 45 km de Belo Horizonte. Os municípios limítrofes a Igarapé são Brumadinho, São Joaquim de Bicas, Juatuba e Mateus Leme.<sup>55</sup> Mateus Leme apresenta uma área maior que Igarapé (302,6 km<sup>2</sup>), sendo menos povoado.

O Ribeirão Serra Azul, principal rio da bacia Serra Azul, é afluente do Rio Paraopeba, que está inserido na bacia do Rio São Francisco. Três das oito sub-bacias do Ribeirão Serra Azul são mencionadas neste trabalho (Estiva, Diogo e Serra Azul) para efeito de localização dos entrevistados, agricultores familiares, no município de Igarapé e Mateus Leme<sup>56</sup>.

As sub-bacias Estiva, Diogo e Serra Azul contribuem com o abastecimento de água para Represa Serra Azul cuja área abrange parte dos municípios: Juatuba, Igarapé e Mateus Leme (**FIG.5**).

---

<sup>55</sup> Figura 4- Região Metropolitana de Belo Horizonte- MG, p.53

<sup>56</sup> Figura 2-Localização das sub-bacias Diogo e Estiva na divisa entre Mateus Leme e Igarapé – MG, p.48

# Localização da Represa Serra Azul na RMBH

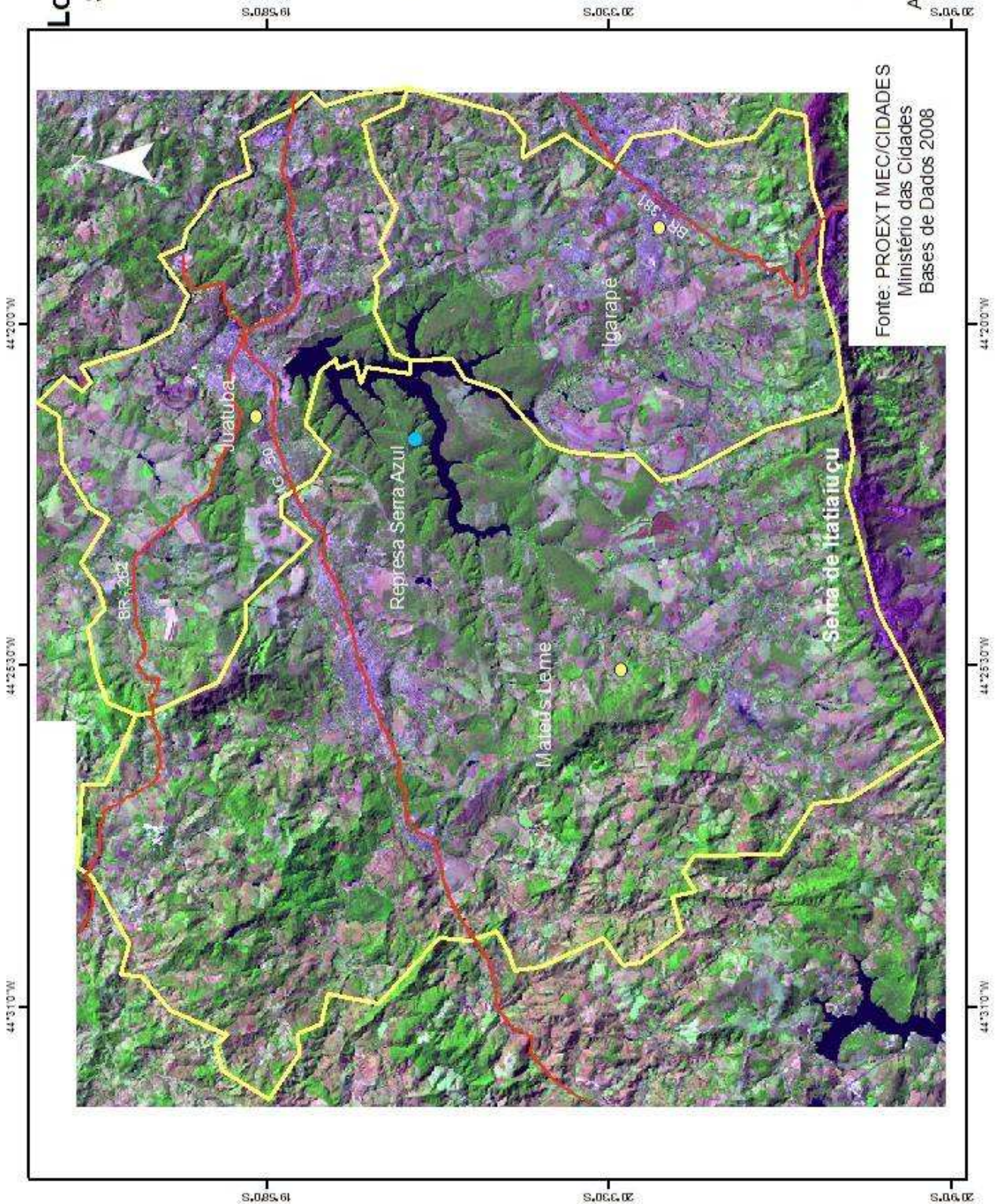


Figura 5 - Localização da Represa Serra Azul na RMBH



Ao sul dos municípios de Igarapé e Mateus Leme localiza-se a serra de Itatiaiuçu, importante divisor de águas na região (**FIG.5**). Várias nascentes dos córregos das sub-bacias Estiva e Diogo estão localizadas nesta serra<sup>57</sup>.

A Represa Serra Azul apresenta-se cercada por ocupações urbanas, sobretudo ao norte da represa, os maiores adensamentos urbanos estão distribuídos ao longo da MG-50 e da BR-262 (**FIG.5**).

Na porção sul em relação à represa predominam diversos usos do solo, tais como: loteamentos, pastagens, áreas de cultivo e exploração mineral. Essa multiplicidade de usos desencadeia conflitos em torno do uso da água ao longo dos córregos das sub-bacias (Estiva, Diogo e Serra Azul).

Na porção oeste do município de Igarapé, ao sul da represa Serra Azul, predomina um relevo mais plano com menores altitudes (**FIG.5**), onde diversas propriedades agrícolas estão distribuídas ao longo dos córregos<sup>58</sup>. As áreas com maiores altitudes estão localizadas na porção nordeste do município de Igarapé (**FIG.5**), correspondente a sub-bacia Dourados<sup>59</sup>.

À medida que adentramos, a noroeste do município de Igarapé em direção ao Sistema Serra Azul encontramos áreas de cerrado (**FIG.5**). Nas sub-bacias Dourados e Curralinho, ao norte de Igarapé e na sub-bacia do Ribeirão Diogo em Mateus Leme verifica-se esse mesmo tipo de vegetação. As áreas de cerrado mais preservadas fazem parte da área da represa Serra Azul, na porção noroeste do município de Igarapé, divisa com Mateus Leme (**FIG.5**). A sub-bacia Curralinho tem mais da metade de sua área ocupada pela área de mata da represa<sup>60</sup>.

Na sub-bacia Estiva predominam solos mais avermelhados, mais ricos em óxido de Fe, tendem a ter maiores teores de fósforo, sendo um solo recomendável para a prática agrícola. ANDRADE (1997, p.64)

As propriedades de horticultura, pecuária e plantas ornamentais, visitadas em 2008, estão localizadas, próximas aos limites da sub-bacia Estiva com a sub-bacia Ribeirão do Diogo, área que corresponde aos solos de maior fertilidade, adequados à prática agrícola.<sup>61</sup>

---

<sup>57</sup> Figura 2-Localização das sub-bacias Diogo e Estiva na divisa entre Mateus Leme e Igarapé – MG, p.48

<sup>58</sup> Figura 1- Distribuição dos pontos coletados nos municípios de Igarapé e Mateus Leme - MG, p. 45

<sup>59</sup> Figura 2-Localização das sub-bacias Diogo e Estiva na divisa entre Mateus Leme e Igarapé – MG, p.48

<sup>60</sup> Compare Figura 5, p.56 e Figura 2, p. 48.

<sup>61</sup> Compare Figura 1, p.45 e Figura 2, p. 48.

O estudo de Andrade (1997) chega à conclusão de que as sub-bacias Currealinho e Dourados são menos recomendáveis para o uso agrícola em comparação com a Sub-bacia Estiva, uma vez que possuem relevo com maiores declividades e solos mais suscetíveis à erosão.

A Sub-bacia Estiva possui terrenos mais férteis e planos, mas vem sofrendo, na época de seca, com a escassez de água que inclusive tem contribuído para redução da área plantada em algumas propriedades rurais. Em decorrência disso, a (COPASA) e as escolas municipais tem firmado parcerias no sentido de promover projetos de educação ambiental para proteger as nascentes. Os desmatamentos intensificaram-se com o crescimento populacional favorecido pelo fácil acesso da rodovia (BR-381) para áreas da sub-bacia Estiva e Diogo.

### **3.2 Os múltiplos usos do solo**

Na década de 1970, as condições naturais favoráveis a prática agrícola na sub-bacia Estiva, colaboraram para o surgimento de uma agricultura metropolitana, que se desenvolveu a partir de uma vantagem locacional, pois as propriedades estavam relativamente próximas, em torno de 60 km, do seu grande comprador, o mercado urbano de Belo Horizonte.

A produção de hortaliças, leite e flores de Igarapé e Mateus Leme integram um mercado de curto alcance da região metropolitana de Belo Horizonte, porém não está restrita apenas a esta, como é caso da produção de plantas e flores que são vendidas para Teófilo Otoni, Monlevade, Divinópolis, dentre outros municípios.

Alguns estudiosos<sup>62</sup> definem a agricultura metropolitana como uma produção agrícola situada numa área de 80 a 100 quilômetros do centro metropolitano, em que se estabelece uma forte interação entre o rural e o urbano; existindo um mosaico de diferentes usos do solo no rural para atender a demanda urbana.

Neste estudo podemos dizer que existe um mosaico de diferentes usos do solo, agrícola e não-agrícola, na zona considerada urbana pelo plano diretor do município. A partir desse ponto de vista do urbano, o que se tem é uma agricultura urbana, embora em alguns momentos, quando observamos a paisagem, tem-se a impressão de que se trata de uma agricultura típica do meio rural (FIG 6).

---

<sup>62</sup> Bryant, C. R. et al (1982), Bicalho (1992) e Tubaldini (2001) utilizam essa definição em seus trabalhos.



**Figura 6** - Plantação de pimentão e tomate, Igarapé - MG  
Fonte: Foto da autora, abr.2008

Para este estudo foi adotado o conceito de agricultura metropolitana, ao invés de agricultura urbana, pois se levou em consideração o destino da produção rural e não a localização desta produção dentro ou fora do perímetro urbano do município.

A agricultura metropolitana na área de estudo tem se desenvolvido no vale da Pedra Grande (Serra de Itatiaiuçu), logo depende dela, pois é nela que estão localizadas algumas das nascentes dos córregos que abastecem as propriedades. Como a mineração tem explorado a serra, foi perguntada a representante da Secretaria de Cultura como a prefeitura tem atuado junto às empresas mineradoras a fim de preservar a Pedra Grande. Segundo as suas declarações, as ações ocorrem na base de um acordo com as mineradoras. Contudo, o cumprimento deste tem sido difícil, uma vez que a mudança de proprietário dessas empresas tem dificultado a manutenção desses acordos, e até mesmo das ações da prefeitura.

Dependendo da posição que se está em relação a Serra de Itatiaiuçu percebem-se os efeitos do impacto ambiental provocado pela mineração (FIG.7).



**Figura 7** - Estufas para plantio de flores, Mateus Leme – MG  
Fonte: foto da autora, abr.2008

Alguns moradores dos residenciais Santa Mônica I e II apontaram que a serra é um atrativo que confere beleza ao lugar. E quando perguntados sobre os cultivos agrícolas que se desenvolvem no vale, demonstraram gostar dessa atividade no local, uma vez que ficam preservadas a tranquilidade, a paisagem “natural” e a sua segurança. Outro aspecto mencionado é que esse tipo de uso impede a “favelização”. Portanto, o crescimento de loteamentos de baixa renda é percebido pelos moradores, que passam apenas o final de semana no residencial, como locais de proliferação da pobreza, responsáveis em certa medida pelos roubos nas casas, no decorrer da semana.

No Residencial Santa Mônica I e II, algumas intervenções dos moradores puderam ser constatadas: o calçamento de pedra em diversas vias locais, fechamento de rua e aumento do número de casas com sofisticado padrão de acabamento (**FIG 8**).



**Figura 8** – Imóvel do Residencial Santa Mônica II, Igarapé -MG  
Fonte: foto da autora, jun.2008

Em 2003 já existia o desejo por parte de alguns moradores do Residencial Santa Mônica I e II de transformar a área em um condomínio fechado. Naquela época, tanto proprietários residentes ou não, teriam que arcar com os custos inerentes as obras de implantação do condomínio o que representou um empecilho as ações. Em 2008 houve, o fechamento de uma rua no Residencial Santa Mônica I; é um indicativo que o sentimento de insegurança ou segregação aumentou entre os moradores. Criou-se também uma Associação de Moradores a fim de arrecadar fundos para construção de uma portaria. Tal organização não tem sido de acordo com a criação de animais dentro do residencial, contudo isso não é consenso entre todos os moradores.

Durante a semana no Residencial Santa Mônica II, algumas vacas e cavalos podem ser vistos pastando nos lotes vagos. O vaqueiro atento acompanha o rebanho, a fim dos animais não subirem para BR-381 (**FIG.9**).



**Figura 9** - A prática do pastoreio no Residencial Santa Mônica II, Igarapé-MG  
Fonte: Foto da autora, jun.2008

O vaqueiro A.N contou que atualmente está aposentado<sup>63</sup>. Trabalhou muitos anos como caminhoneiro. Possui casa no bairro Tropical em Contagem, onde criava suas “vaquinhas”, como o itinerário do ônibus coletivo passou a ser feito na sua rua, precisou mudar de local, de vez enquanto visita o bairro, onde a esposa e os filhos continuam morando. Resolveu comprar três lotes no total de 6000 m<sup>2</sup> no residencial, a fim de continuar com a criação e fazer o queijo que sua filha vende na escola. Contudo, não estava confiante com relação a sua permanência no local.

É A.N que conta:

*Tô sentindo que vou ter que sair daqui, procurar outro lugar pra cuidar das minhas vaquinhas.*

Ainda dentro do residencial, em sua porção de ocupação mais antiga, o Residencial Santa Mônica I possui diversas casas de fim-de-semana, além de um pequeno empreendimento urbano voltado para locação. Trata-se da casa de campo Tô-atoa. O proprietário, no momento da visita, estava realizando obras de melhoria na casa. Parecia satisfeito com a atividade. Fez questão de mostrar o estabelecimento, formado por uma área construída com dormitórios, piscina, churrasqueira e capela. Vários beliches estavam dispostos dentro dos dormitórios, além disso, barracas para camping ficavam guardadas na “igrejinha”. O local possuía freezer, churrasqueira e quadra de futebol. Ressaltou por diversas vezes que o local comportava 80 pessoas para dormir.

---

<sup>63</sup> O termo vaqueiro foi usado, uma vez que o entrevistado se denominou como tal.



**Figura 10** - Locação de imóvel para eventos no Res. Santa Mônica I, Igarapé -MG  
Fonte: foto da autora, jun.2008

No Centro Madre Clarice, dentro do Residencial Ouro Verde, vizinho ao Residencial Sta. Mônica I, foi possível perceber uma “energização” diferente. Local silencioso, por todo lado que olhávamos tinha uma mensagem bonita para se ler<sup>64</sup>, na arquitetura das construções privilegiava-se a forma redonda (dentro da filosofia holística a forma perfeita). Desde 2003 várias obras de ampliação foram realizadas no retiro a fim de atender aos clientes. Vários Kigeme, construção em forma de torre, foram construídos para atendimento individual dos pacientes (**FIG11**).



**Figura 11** - Local para atendimento no Centro Madre Clarice, Igarapé-MG  
Fonte: foto da autora, jun.2008

---

<sup>64</sup> Na figura 6 tem-se uma placa do lado esquerdo do Kigeme. A mensagem valoriza o ser humano, como um ser espiritual. “Tu és imortal porque és eterno. E o que é sempre tem que ser agora.”

Esta construção em forma de torre possui uma mesa para o paciente receber as massagens. Adotou-se essa palavra da cultura indígena que segundo a irmã do retiro trata-se do local em que o pajé presta atendimento no momento da pajelança.

Segundo a irmã o retiro existe há 12 anos. O trabalho com a comunidade restringe-se ao auxílio na catequese e nos encontros da Paróquia. Recebem grupos de 23 pessoas. Até agora já passaram por ali 160 grupos. O retiro tem uma duração de 10 dias acontecendo sempre da primeira à segunda semana de cada mês. O valor do serviço é de R\$ 2.350,00 podendo ser dividido em algumas prestações. Cobra-se um sinal de R\$ 500,00 para reservar a vaga. A irmã ressaltou que esse valor é alto, em função de um grande número de profissionais envolvidos como psicólogos, terapeutas, professores, nutricionistas, etc.

Os alimentos são comprados da Ceasa, apenas as hortaliças e chás são produzidos na propriedade. Usa-se bastante o carvão de bambu por causa de seu poder desintoxicante e a argila. Caminhada ecologia e celebrações na Pedra Grande fazem parte do roteiro. Recebem pessoas de vários estados brasileiros e de outros países: bolivianos, canadenses, africanos, etc. Segundo a irmã atendem a pessoas de diferentes classes sociais, existindo um trabalho de análise do perfil socioeconômico e dos problemas da pessoa, a fim dela poder pagar um valor menor pelo tratamento. Comparando a infraestrutura atual com aquela existente em 2003, bem como a diversidade dos serviços oferecidos esse empreendimento tem obtido sucesso. Como outras atividades, dentre elas os orquidários em Mateus Leme.

Algumas casas de moradores que residem de fato no local foram encontradas no residencial Santa Mônica I e II, mas ainda representam a minoria. Cabe destacar que as pessoas que moram nos lotes, exercem alguma atividade rural geralmente conciliam (o econômico, o lazer e a identidade cultural). Temos como exemplos os vaqueiros que pastoreiam nos lotes vagos, e que moram no local. Geralmente estão aposentados e exercem essa atividade por prazer obtendo um complemento de renda através de um trabalho que realizavam quando eram jovens na roça.

As residências de moradores do bairro São Francisco e Panorama Industrial, estão a noroeste dos residenciais Santa Mônica I e II. Durante as entrevistas, foi possível perceber que as ruas não são asfaltadas e que os lotes estão servidos com a luz elétrica, água encanada e fossa séptica. A renda familiar dos entrevistados girava em torno de R\$ 200 a R\$ 800,00. Grande parte deles nasceu em municípios mineiros menos



desenvolvidos economicamente: Desterro entre Rios, Santo Antonio de Jacinto, Januária, etc.

O padrão de construção das casas nos residenciais variava um pouco, parece que os empreendimentos buscaram atrair tanto a classe média quanto a classe média baixa. Talvez a valorização dos terrenos tenha sido responsável pela seleção do público comprador. Os loteamentos de baixa renda surgiram de um processo de “transbordamento” da metrópole, assim como os residenciais. O que os diferencia está relacionado aos objetivos da ocupação e da permanência no lote. Os moradores de baixa renda residem no lote, trabalham nas indústrias locais, na mineração ou prestando serviços nos condomínios e residenciais, como: pedreiros, faxineiros, caseiros, vigias, etc.

Os variados usos do solo apresentados fazem parte da zona considerada urbana pelo plano diretor de Igarapé. As atividades agrárias convivem com as atividades urbanas, numa relação tanto complementar quanto conflitante.

## 4 IMPASSES NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

*Tudo que a gente  
Faz contra natureza,  
Volta infelizmente  
Contra nós... com certeza!*  
(Paulo de Carvalho Fragoso)

### 4.1 A escassez de água

A implantação do Sistema Serra Azul, na segunda metade da década de 80, para abastecimento de água de Belo Horizonte trouxe mudanças significativas em relação à disponibilidade desse recurso para agricultura. O volume de água reduziu nos córregos. Agricultores acostumados com a abundância de água tiveram que se adaptar. Alguns construíram reservatórios para garantir a continuidade da oferta de água na propriedade ou realizaram empréstimos junto ao Banco do Brasil para financiamento do sistema de irrigação por gotejamento.

Os agricultores familiares que não construíram reservatórios ficaram dependentes da conduta correta dos vizinhos. Quando um agricultor ou morador de residencial localizado à montante do córrego desviava ou represava água, pouquíssima quantidade chegava às propriedades situadas à jusante. Os conflitos tornaram-se mais frequentes de 2003 a 2008.

Os problemas ambientais relacionados ao uso da água foram investigados em 2003 com bolsa no projeto PAD (Programa de Aprimoramento do Discente) com objetivo de diagnosticar os impactos ambientais sofridos pelo Ribeirão do Diogo, na divisa entre os municípios de Igarapé e Mateus Leme. A continuidade e agravamento dessa situação na sub-bacia Estiva foram confirmadas durante o encontro da Campanha de Regularização do Uso dos Recursos Hídricos de MG em 25 out. 2008, em Igarapé. Nessa ocasião o representante da COPASA, mencionou que chegou a receber em média três ligações por dia de reclamações referentes a desvios de água na sub-bacia Estiva.

Esse evento foi organizado na forma de palestras para os agricultores familiares e a comunidade em geral. Esta programação teve como objetivo discutir a utilização sustentável dos recursos naturais da região, sobretudo da água e das matas. Os organizadores faziam parte da Secretaria de Meio Ambiente de Igarapé, da Escola Municipal Amélia Amaral e Silva, FEAM, IMA, IGAM, COPASA, e IEF.

O assoreamento dos córregos da sub-bacia Ribeirão do Diogo e Estiva já se manifestava como um sério problema em 2003. A disponibilidade de água tornou-se mais crítica em 2008, como pode ser constatado na conversa com os agricultores familiares. Quando foram convidados, em suas propriedades, a contarem sobre as

transformações ocorridas no local, a questão da escassez de água apareceu em mais de 90% das respostas.

Esse problema tem tomado conta da vida dessas pessoas, porque a escassez do recurso inviabiliza a permanência de qualquer relação de produção nesse território. No caso das ocupações urbanas, acaba sendo um fator de desvalorização imobiliária, de encarecimento dos custos com água e de redução do conforto, ou mesmo da possibilidade do uso da água para o lazer (banhos de piscina e pesca, por exemplo).

A escassez do recurso reflete as contradições engendradas no território pela multiplicidade de usos que faz da água nas diferentes relações de produção, além é claro da demanda crescente do recurso, uma vez que o adensamento populacional tem aumentado nos territórios. Somam-se a esta situação: o desperdício de água nas residências e a irrigação por declividade nos cultivos.

Os danos causados pela mineração podem ser visualizados de diferentes pontos do território. A figura 7 possibilita perceber as alterações nas feições da serra de Itatiaiuçu, estando na bacia do Ribeirão Serra Azul, na porção sudeste do município de Mateus Leme.



**Figura 12** - A degradação da Serra de Itatiaiuçu, Mateus Leme – MG.  
Fonte: foto da autora, abr. 2008

A figura 7 trata da alteração da paisagem que pode ser visualizada de uma propriedade rural que cultivava flores de corte. A agricultora familiar D.I mostra indignada à degradação da serra causada pela exploração da mineradora. Contou também que toda vez que pega a BR-381 para visitar os parentes em São Paulo, sente muita tristeza de ver o que estão fazendo com a serra.

A alteração da paisagem é algo que incomoda principalmente os moradores mais tradicionais do território, os agricultores familiares. Eles percebem a serra com suas árvores como a mantenedora da água no território. Os moradores dos residenciais também ficam incomodados com a degradação, pois a serra é vista como um símbolo da paisagem, um patrimônio do município, um ponto turístico, ou ainda, um local de encontro para as práticas socioculturais.

Através do relato de um agricultor familiar, nascido no Japão, é possível perceber a incompreensão dele sobre a política de proteção ambiental praticada no Brasil. Para ele fazer um depósito de água é essencial para a manutenção de sua atividade, caso contrário não teria condições de ofertar seu produto no mercado. Esse processo de represamento da água tem afetado muitos agricultores mais a jusante no rio, Este agricultor japonês considera a mineração a principal culpada do problema, inclusive relaciona problemas de ordem global, como a “mudança climática” a atuação local da mineradora.

*O clima mudou e a água também diminuiu, porque estão acabando com a montanha retirando pedra. Para resolver o problema não adianta iniciativas particulares, é preciso o envolvimento dos governos. Em outro país, o governo ajuda a fazer depósito de água e lugar que tem mina ajuda a fechar. O pessoal que trabalha lá ganha bem e tem muito depósito de água. Aqui o IBAMA chega e diz que não pode fazer depósito de água; logo, a cabeça do governo é totalmente diferente de outros países. Já fiz um poço artesiano e não deu certo, porque no lugar que tem montanha, tem muita pedra maciça ruim para furar e não tem água. E não consegue arrebentar. Por aqui tinha pouca água de chuva, mas tinha muita água de córrego. Agora se não faz depósito de água fica sem.*

O entrevistado percebe que o problema ambiental envolve uma participação ampla da sociedade, orientada principalmente pelo poder público. Compara a orientação política do governo brasileiro com a do seu país de origem. Compreende muito bem a dinâmica da natureza no seu território “*porque lugar que tem montanha tem muita pedra maciça ruim para furar e não tem água*” essa leitura de mundo, da materialidade que o rodeia, foi construída a partir das condições materiais desse território para desenvolvimento do seu trabalho. Um aprendizado que ele obteve por meio de tentativas de acerto e erro para solucionar o problema “*já fiz um poço artesiano e não deu certo*”. As transformações ambientais, de escassez de água, são avaliadas remetendo-se as condições passadas “*Por aqui tinha pouca água de chuva, mas tinha muita água de córrego*”.

A exploração mineral desenvolvida na Serra de Itatiaçu pelas empresas Agrofilito, Jota Mendes e COSIPA têm agravado o problema de abastecimento da água

prejudicando, sobretudo, o córrego Estiva, alterando o nível do lençol freático. Esse córrego é muito importante, pois é dele que se faz o abastecimento para consumo humano da cidade de Igarapé.

Os agricultores familiares localizados nas imediações do córrego Batatal, Diogo e Alto da Boa Vistam demonstram maior conhecimento do trabalho e das intenções das mineradoras da região, sendo capazes de explicar com clareza como o território tem sido palco da disputa pela água entre agricultores e mineradoras. Segundo os agricultores familiares, as mineradoras têm comprado propriedades de agricultores mais antigos da região, cujas terras estão no alto curso dos rios. Os embates entre as relações de produção agrícola e mineração são reforçados “*eles meio que estão limpando a área*”, em outras palavras, utilizando a compra de terras como forma de desocupação de outros usos do solo que competem pela água.

Foi recorrente na fala dos agricultores familiares que a mineradora é a principal responsável pela escassez de água. Os representantes da COPASA e do IEF mantiveram uma postura no encontro de mediadores do conflito, ponderaram tal convicção, afirmando que “*todos nós somos responsáveis pela existência da água no planeta*”. Eles deram exemplos de sua prática profissional em relação às fiscalizações feitas nas áreas de exploração da mineradora.

Tanto o representante da COPASA quanto da polícia florestal esclareceram que os cuidados previstos nas leis do meio ambiente estão sendo tomados pelas mineradoras. Logo, por meio das visitas de fiscalização realizadas não foi possível impedir as explorações, além disso, as mineradoras dispõem da documentação exigida pela lei que resguarda a continuidade da exploração. Os documentos estavam em dia de acordo com os guardas florestais. O representante da COPASA acrescentou que os cuidados técnicos inerentes aos barramentos estavam sendo feitos. Inclusive a COPASA tem livre acesso junto a FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente) nas visitas de fiscalização da mineração, a intenção é auxiliar na parte técnica. Ele acredita que a postura da mineradora está relacionada à redução dos riscos dos acidentes quando a fiscalização incorpora esse apoio técnico.

O relato desses sujeitos enfatizou dois aspectos. Ei-los:

- primeiro que o poder público, a nível estadual, tem cumprido o papel de agente regulador e controlador do território, por meio de suas instituições cobrando as exigências da lei ;

- segundo que a exploração executada pela mineradora tem sido feita dentro de um padrão de racionalidade técnica, a fim de gerar menos impactos na natureza e no homem.

O fato de a COPASA participar das visitas acaba sendo uma forma de acompanhar a execução da aplicação dessa racionalidade técnica em relação ao meio de produção necessário ao trabalho da COPASA.

Os discursos foram elaborados para aquele acontecimento, visando aquele público, no intuito de minimizar a situação de conflito existente entre os trabalhos da mineração e os trabalhos da agricultura metropolitana. Os participantes mostraram-se irredutíveis em apontar a mineradora como principal responsável pela escassez de água, embora a fala dos policiais tenha contribuído para que os agricultores assumissem em parte sua responsabilidade na preservação do recurso.

Conversando com uma entrevistada num momento fora da presença de outros atores sociais, ela explicou que algumas empresas mineradoras têm funcionado de forma clandestina à noite, contrariando as determinações da justiça. Existem situações em que certas empresas de posse do protocolo de entrada da licença começam suas atividades, sem dar satisfação ao município. Qualquer prefeitura apenas oferece uma declaração dizendo o local a ser explorado; o que é um problema, pois não levam em conta as particularidades do município no que diz respeito ao uso sustentável dos recursos. A entrevistada finalizou o discurso afirmando “O jogo político é muito grande”.

Os agricultores familiares concordaram no sentido de assumir uma parcela da culpa em relação à escassez de água. Afirmaram que alguns deles não têm feito a sua parte com relação à captação da água do rio. Os desvios clandestinos têm causado conflitos entre os usuários da água, uma vez que as propriedades a montante do rio estão captando água acima de 30% do volume disponível, logo ficam sem água as propriedades a jusante do rio.

A grande demanda por água também gira em torno das ocupações urbanas e da irrigação de hortaliças e legumes. O plantio intensivo de vagem, tomate e ervilha em terrenos arrendados tem intensificado os processos erosivos. Esses produtos necessitam de irrigação apenas na raiz. Necessidade que contribui para uma ampla utilização da irrigação por declividade entre os agricultores. Nesse modelo são feitos sulcos no terreno, canais por onde a água escoar sem controle adequado de seu volume e velocidade (FIG.13).



**Figura 13** - Irrigação por declividade, Fazenda Mosquito, Igarapé - MG.  
Fonte: foto da autora, out. 2008

Esse tipo de irrigação acarreta a intensificação dos processos erosivos, desencadeando uma perda significativa de solos e água. Na figura 8 é possível perceber que o cano a direita conduz água para uma extensa área plantada, cortada por canais horizontais. A disposição dos volumes de sedimentos nesses canais revela a ação erosiva da água nesse processo. A horticultura, mesmo convivendo com essa prática insustentável, ainda se mantém, porque os solos possuem boa aptidão agrícola e fazem parte da sub-bacia Estiva.

Na época da seca, de junho a agosto, a água fica mais escassa, algumas propriedades rurais situadas no vale dos córregos Mosquito e Estiva, reduziram áreas de plantio de hortaliças em função da carência do recurso, contribuíram também para isso, os baixos preços oferecidos pelo mercado aos hortigranjeiros. A falta de água tende a se agravar em função da expansão das ocupações urbanas, dos desvios clandestinos de água e da aceleração dos processos erosivos, por dois motivos: decorrente da irrigação por declividade nos cultivos e em função do pisoteio do gado em algumas áreas de pastagem, plantadas com baqueara.

Cabe ressaltar que os processos erosivos aumentam a proporção de material em suspensão na água prejudicando sua qualidade para o abastecimento humano. Os residenciais Santa Mônica I e II utilizam as águas dos córregos para abastecer as casas; um representante desses residenciais é responsável pelo controle do abastecimento, alternando a disponibilidade do recurso para esses residenciais em horários diferenciados, manhã e tarde. Também existem casos de moradores que fazem poço

artesiano e fornecem água para o vizinho, cobrando uma taxa mensal. No loteamento de baixa renda no bairro São Francisco, a água é fornecida pela COPASA. Em todos os casos, utiliza-se fossa séptica.

Como o local oferece a água para satisfação de uma necessidade básica, que é o abastecimento humano, diversas ações têm se desenrolado na sub-bacia Estiva no sentido de proteger essa condição material, necessária a reprodução da vida e do capital, tanto em Igarapé, quanto na região metropolitana.

O Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais (SIPAM) foi criado em 1990 pela COPASA e implantado na sub-bacia Estiva em 2005. Segundo o representante desta companhia tiveram bons resultados na época, melhorou o volume de água disponível nos córregos, graças à conscientização dos agricultores sobre a preservação das nascentes, o público alvo eram as escolas municipais e os agricultores familiares do município.

A COPASA ofereceu treinamento aos professores para atuarem com a educação ambiental nas propriedades rurais da sub-bacia Estiva. Após a permissão do proprietário da terra, foi feita a revitalização das nascentes, tendo como base as visitas técnicas na propriedade, além da elaboração de um plano de ação.

O projeto propiciou a formação de crianças e jovens engajados com a preservação das nascentes, bem como realizou o cercamento e o plantio das árvores nessas áreas, sem custos para o produtor. Tal iniciativa buscou aumentar a disponibilidade de água para captação feita pelo Sistema Serra Azul, que abastece a RMBH, seguindo o princípio de “pensar globalmente e agir localmente”.

Desde 2007, segundo o representante da COPASA, tem melhorado a conscientização dos produtores da sub-bacia Estiva. Muitos têm mudado sua técnica de irrigação, a fim de reduzir o consumo de água, para não ter que parar com a produção. A irrigação por canais tem cedido lugar à microaspersão e o gotejamento.

Contudo, dependendo das características do cultivo, pode ser complicada a implantação de um único sistema de irrigação na propriedade. Os agricultores que produzem plantas ornamentais explicaram que cada planta exige um determinado espaçamento o que dificulta a adoção do método de irrigação por gotejamento. Portanto, determinado modo de trabalho exigirá determinadas técnicas.

O representante da COPASA relatou: *“ainda temos muito que fazer e existe uma resistência muito grande dos proprietários de terra em relação ao cercamento das nascentes”*. Segundo ele, os agricultores acreditam que a área quando cercada deixa de lhes pertencer. Outro problema destacado foi o surgimento de chacreamentos



clandestinos que tem provocado uma urbanização desordenada, e conseqüentemente, o aumento da demanda de água.

Não existe um plano da prefeitura para a manutenção do uso agrícola da terra no território de estudo. A questão da água é muito séria podendo inviabilizar o uso agrícola, pois alguns agricultores captam até 80% da água do córrego. Tendo em vista a lei de outorga da água essa captação seria de no máximo de 30%. Segundo a representante da Secretaria do Meio Ambiente existem propriedades rurais que não se sustentam com esse percentual de captação. Isso gerou um susto muito grande nos agricultores familiares<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> Informação obtida junto à secretária de meio ambiente de Igarapé em outubro de 2008.

## 4.2 A percepção dos sujeitos

A ampliação da participação dos diversos segmentos sociais com relação à questão da água foi um objetivo da Secretaria de Meio Ambiente de Igarapé, juntamente com seus colaboradores<sup>66</sup> em outubro de 2008. Foram realizadas palestras com os agricultores familiares e a comunidade em geral, a fim de discutir sobre a utilização sustentável das águas e das matas. Estas aconteceram na Escola Municipal Amélia Amaral e Silva numa sala bem pequena de educação infantil nos turnos da manhã e da tarde; tendo baixa frequência dos agricultores familiares na parte da manhã – apenas cinco– e à tarde teve a participação de quinze. Junto a estes havia presença de professores e de duas representantes do Comitê da Bacia do Rio Paraopeba.

Os produtores rurais reclamaram da falta de informação e que muitos não estão sabendo do cadastramento dos usuários da água. Sugeriram que deveria ser feita uma visita nas propriedades rurais convocando o pessoal. A representante da Secretaria do Meio Ambiente, em tom de desabafo, disse que foi feita uma grande mobilização na comunidade. E que 1000 convites foram distribuídos na bacia do córrego Estiva. Foi feita uma campanha na escola com os meninos. Distribuição de cartilhas. E mesmo assim o pessoal não veio. A prefeitura e qualquer outra instituição não têm recurso suficiente para ir de casa em casa chamar as pessoas. Tem saído iniciativas dos gabinetes para mobilizar as pessoas. A diretora da escola, C.E, confirmou isso ressaltando a convocação da comunidade para a divulgação do plano diretor do município, que foi feita por carro de som e propaganda boca-a-boca.

A representante da secretaria afirmou *“mesmo assim a participação dos agricultores familiares foi muito pequena”*. Um produtor rural, em tom de brincadeira, disse: *“Nosso povo é atacado por duas bombas, uma bomba D e uma bomba P. A bomba da desinformação e a bomba da preguiça.”*

O agricultor familiar E.L esclareceu que devido os preços baixos das hortaliças, muitos agricultores familiares não podem abrir mão de uma manhã de serviço, encaixotando produtos para o Ceasa. Segundo ele, está presente no encontro pela manhã, porque sua renda não depende exclusivamente disso. E acrescentou: os produtores reclamam de “perder” uma manhã, porque a reunião só fica no “blá, blá, blá” e isso não resolve o problema deles.

---

<sup>66</sup> Os organizadores faziam parte da Secretaria de Meio Ambiente de Igarapé, da Escola Municipal Amélia Amaral e Silva, IMA, IGAM, COPASA, e IEF.

Foi possível perceber que os produtores querem resolver os problemas em curto prazo. Grande parte deles não está disposta a perder tempo com palestras, por considerá-las somente “blá-blá-blá”. Desejam ações mais concretas dessas instituições, contudo eles não se preocupam em buscar as informações e ignoram que estas palestras teriam um efeito em longo prazo, auxiliando-os na tomada de decisão sobre os rumos da produção, tendo em vista o conhecimento adquirido nas palestras dos seus direitos e obrigações com relação ao uso da água, do solo, dos agrotóxicos e das matas.

O produtor E.L reclamou da escassez de água e que parou a produção. Não foi só por isso. O preço baixo do produto e o preço alto do agrotóxico influenciaram também. Outras pessoas desestimulam sua continuidade na agricultura. Segundo ele, ainda permanece por causa da idade, pois seria muito difícil entrar no mercado de trabalho.

A palestrante da FEAM incentivou a formação de um comitê local de agricultores para fazerem parte do Comitê de Bacias do Rio Paraopeba. A representante do comitê explicou que eles teriam que fazer isso por meio de uma Associação, elegendo um representante, através do voto. Os produtores não demonstraram interesse de fazerem parte da atual associação do produtor rural que já atua na região. Segundo a representante do comitê isso não impede a participação deles nas reuniões, uma vez que a opinião deles pode influenciar na opinião dos votantes.

O número reduzido de participantes não significou um empobrecimento do debate. As pessoas que ali estavam se mostravam interessadas em discutir sobre o conflito já existente em relação ao uso da água na bacia do córrego Estiva.

Os agricultores familiares ouvidos trataram do uso da água levantando os seguintes aspectos comuns:

- as mineradoras foram apontadas como as principais responsáveis pela escassez de água, em alguns momentos mencionaram as ocupações urbanas e raramente falaram da irrigação e da destruição de nascentes;
- a continuidade do trabalho de seus filhos na terra depende da disponibilidade de água;
- o uso de reservatório e de bomba são inevitáveis caso contrário a produção paralisa;
- o uso da irrigação por gotejamento não é considerada uma solução ideal entre os agricultores familiares que trabalham com plantas ornamentais, por causa que cada tipo de planta exige um tamanho de espaçamento;

- A incorporação da irrigação por gotejamento foi considerada uma boa alternativa entre os horticultores que já fizeram a conversão, pois abaixou custos com água e energia, contudo os deixaram dependentes do insumo químico;

Nesse campo de forças formado por diferentes percepções em relação à água, manifestam-se determinadas formas de apropriação do território, ora complementares, ora conflitantes. Cabe ao Estado, por meio de suas instituições, cumprir o papel de mediador dos interesses sociais através de planejamentos que incorporem as singularidades do território (meio natural e relações de produção).

## 5- O PLANO DIRETOR DE IGARAPÉ E O USO DO TERRITÓRIO

*Eu lhe imploro seu doutor  
me deixa criar o meu gado  
mesmo que esse tal plano diretor  
diga que estou bem errado  
de criar em zona urbana  
animais assim... largado!*  
( *Paulo de Carvalho Fragoso*)

### 5.1 As propostas gerais do plano diretor de Igarapé

O plano diretor do município é um instrumento básico da política de desenvolvimento territorial<sup>67</sup>. Orienta as ações do Poder Público e da iniciativa privada, a fim de promover o direito a uma cidade sustentável sob os aspectos físico, ambiental, social e econômico. As diretrizes deste documento dizem respeito aos setores econômico, social e ambiental, com destaque para educação, saúde, lazer, habitação, segurança, saneamento ambiental, entre outros.

O objetivo deste capítulo é identificar as propostas de ordenamento do território para os bairros onde estão localizadas as propriedades visitadas: Santa Mônica I e II, São Francisco, Vista Alegre e Batatal.<sup>68</sup> Nesses locais foram identificados os seguintes usos da terra, respectivamente: residências de fim-de-semana e pequenos empreendimentos agrários e urbanos; loteamentos populares; horticultura e pecuária, e por último, plantas ornamentais. Na zona rural de Varginha povoado de Mateus Leme, foram visitadas propriedades de horticultura, pecuária, flores e cachaça.

As diretrizes do plano diretor de Igarapé baseiam-se na utilização socialmente justa do solo e na sua ocupação e ordenamento segundo os pressupostos do desenvolvimento sustentável. O documento destaca também a importância de fomentar projetos de acesso à moradia e aos equipamentos urbanos, coibindo o uso

---

<sup>67</sup> A Câmara Municipal de Igarapé aprovou a lei complementar n.º 03 de janeiro de 2007, criando o Plano Diretor do Município em atendimento às disposições do Artigo 182 da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade - e do Título VII, Capítulo I, Inciso I do Art. 161 da Lei Orgânica do Município de Igarapé

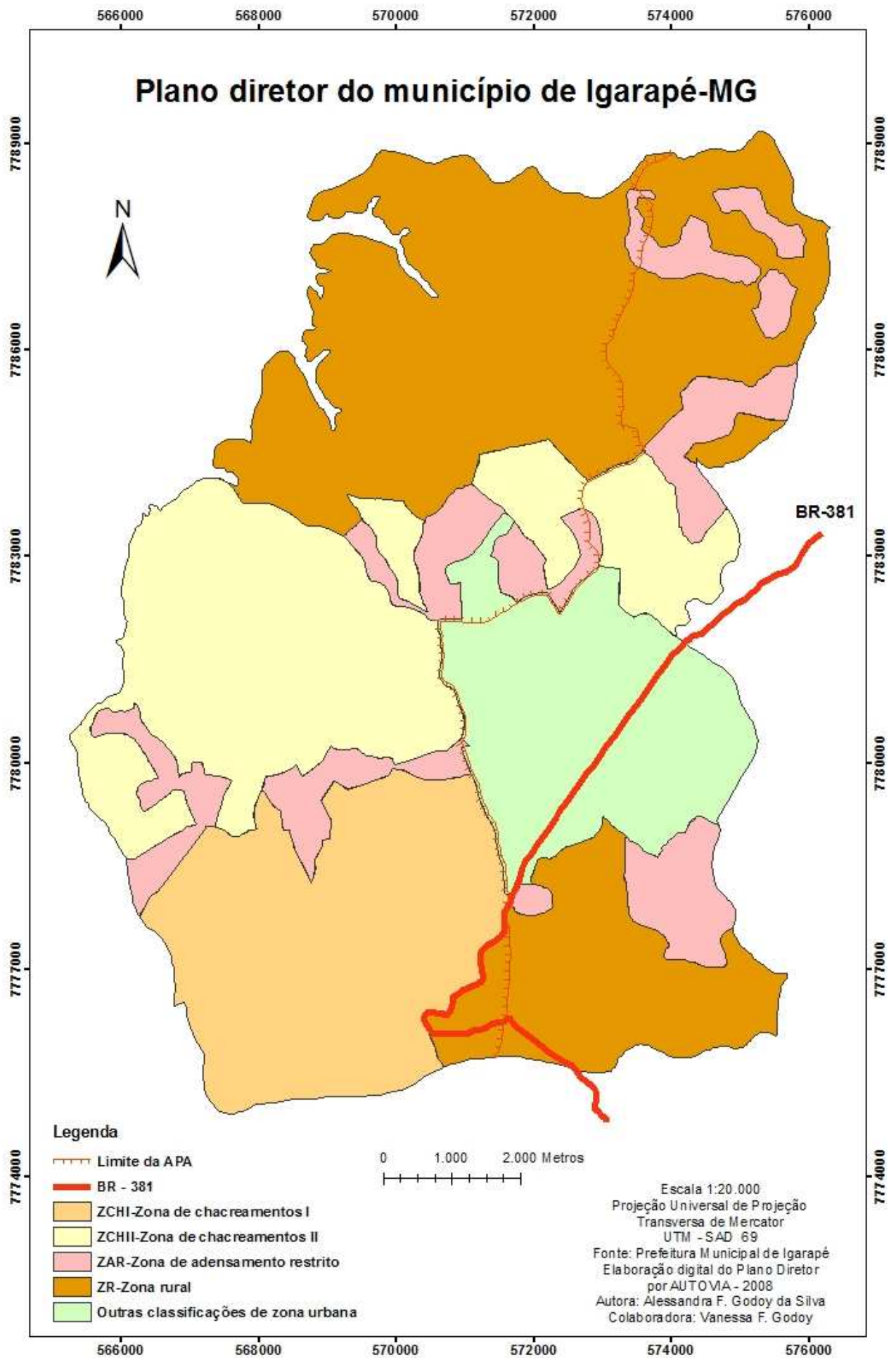
<sup>68</sup> As propriedades localizadas em Mateus Leme não foram identificadas dentro do macrozoneamento do município segundo o Plano Diretor. De acordo com informações de funcionários da prefeitura esse macrozoneamento ainda não foi feito. O que se tem são as metas do Plano Diretor de Mateus Leme, mais detalhadas quando comparadas com as do Plano Diretor de Igarapé. Contudo, Mateus Leme não definiu no documento as zonas que farão parte do macrozoneamento do município.

especulativo de imóveis urbanos, promovendo a qualidade de vida de modo a assegurar a inclusão e equidade entre sua população.

O macrozoneamento municipal, um dos itens do plano diretor, utiliza uma classificação que procura ordenar e controlar a utilização do território. Cabe ressaltar a importância desse ordenamento para o controle do adensamento populacional, uma vez que mais da metade do município de Igarapé, sua porção oeste, faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA).

## **5.2 O ordenamento do uso do solo para as áreas visitadas**

No mapeamento do plano diretor que consta o macrozoneamento municipal estão delimitadas as seguintes zonas: Zona Adensamento Restrito (ZAR), Zona de Chacreamento (ZCH), Zona Rural (ZR), Zona de Atividades Econômicas (ZAE), Zona de Expansão Urbana (ZEU), Área de interesse ambiental (AIA), entre outras (**FIG.14**).



**Figura 14-**Uso do solo no plano diretor do município de Igarapé - MG

Os residenciais Santa Mônica I e Santa Mônica II estão localizados na Zona de Chacreamento. Os lotes têm área mínima de 2000m<sup>2</sup>. Os loteamentos populares com lotes de 360m<sup>2</sup> fazem parte dos bairros São Francisco, Panorama Industrial, Pindorama, todos situados na Zona de Adensamento Restrito.<sup>69</sup>

O perímetro urbano definido no plano diretor, não inclui toda a área do município de Igarapé<sup>70</sup>. A zona rural esta delimitada ao norte e a sudeste do município (**FIG.14**). As propriedades visitadas, com usos agrícolas e urbanos, estão localizadas dentro do perímetro urbano (**FIG.15**).

---

<sup>69</sup> Compare (FIG.1, p.45) e (FIG.14, p.79).

<sup>70</sup> As áreas definidas nos mapas anteriores a versão que tive acesso, consideravam todo o município como área urbana. Informação obtida com um colaborador que participou da revisão dos mapas do plano diretor. Segundo ele a prefeitura optou por uma redefinição das áreas, incluindo na classificação as áreas rurais, pois o município deixaria de receber do governo, por exemplo, o dinheiro para o transporte escolar em áreas rurais.



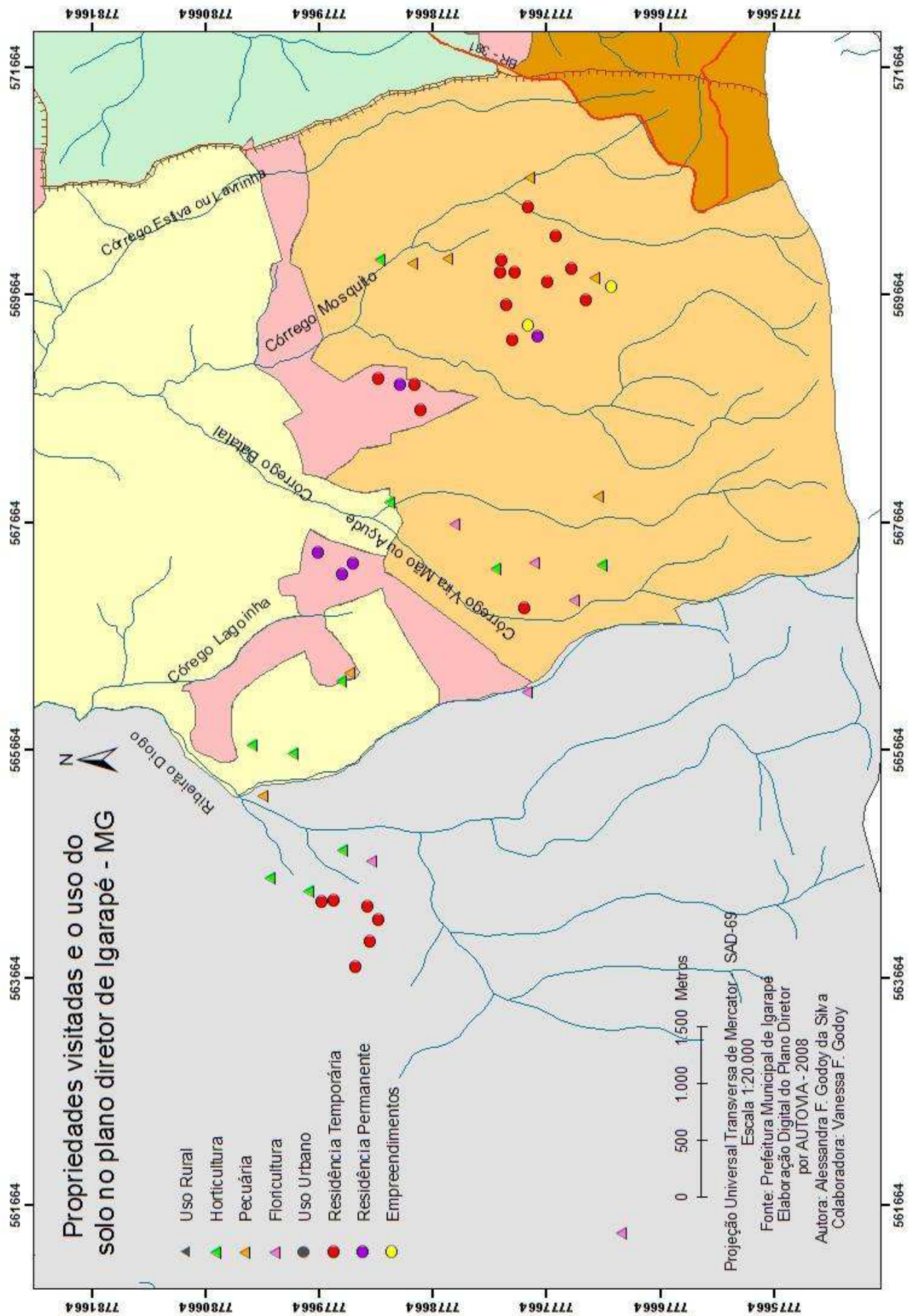


Figura 15 - Propriedades visitadas e o uso do solo no plano diretor de Igarapé - MG.

De acordo com o plano diretor é de interesse do município que essas áreas rurais sejam convertidas ao uso urbano, segundo os critérios de ocupação definidos para a zona em questão.

No inciso primeiro do Art. 52 do capítulo I, macrozoneamento municipal, aparece à intenção de desenvolver esforços em parceria com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a fim de criar procedimentos de alteração do uso rural para urbano de propriedades rurais situadas dentro da zona urbana. As propriedades rurais visitadas em Igarapé estão localizadas na zona urbana.

Não é interessante do ponto de vista dos recursos municipais que Igarapé não possua uma zona rural, pois alguns recursos destinados à população rural deixariam de ser obtidos junto ao governo federal como, por exemplo, o transporte escolar para zona rural. Sendo assim, a zona rural de Igarapé delimitada ao norte e a sudeste do município cumpre uma finalidade política de manter os recursos municipais relativos ao transporte escolar para as pessoas da zona rural. Estes recursos são investidos em áreas consideradas urbanas pelo plano diretor, pois os estudantes residem em sua maioria nas áreas de Chacreamento e nos loteamentos populares.

A capacidade de arrecadação tributária do município acaba sendo um elemento importante para o exercício do poder das prefeituras nos territórios. Acaba que nos mapeamentos as zonas urbanas nem sempre correspondem ao uso urbano, como foi verificado no trabalho de campo. Isto se deve por dois motivos: os critérios adotados no plano diretor para definição da zona urbana, e o interesse da prefeitura em recolher o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), uma vez que o município é muito dependente do Fundo de Participação dos Municípios.

É o plano diretor que afirma:

*II - Zona Urbana – corresponde às áreas incluídas no perímetro urbano do município, já ocupadas pelos usos urbanos e aquelas comprometidas com esses usos em função dos processos de ocupação do solo instalados no município, assim como aquelas isoladamente ocupadas por parcelamento do solo em módulos menores que o permitido em áreas rurais. (Art.50 do capítulo I, macrozoneamento municipal)*

No inciso 4º do artigo 53 do plano diretor é colocada uma medida de incentivo – redução do imposto territorial - para situações de remembramento de lotes, em parcelamentos não ocupados, quando comprovado que tal alteração visa à implantação de atividades rurais em ZAR. Trata-se provavelmente de uma estratégia da

prefeitura de manter baixo o adensamento populacional nessa zona, minimizando as pressões populares em relação à implantação da infraestrutura local.

O item V do Art.3, Princípios e Objetivos Fundamentais do Plano Diretor, apresenta como objetivo preservar as atividades do meio rural no município, sobretudo com relação à produção de hortigranjeiros. Aponta como diretriz do desenvolvimento econômico a prática do turismo com ênfase ecológica rural. Considera a diversidade da economia rural como uma estratégia de trabalho para se evitar o desemprego estrutural.

A zona localizada ao norte do município destinada ao uso rural pelo plano diretor corresponde as sub-bacias Currallinho e Dourados<sup>71</sup>. As condições ambientais dessas sub-bacias não propiciam o desenvolvimento da prática agrícola<sup>72</sup>. As condições do solo, a presença da área de mata da represa e as declividades dos terrenos dificultariam o uso agrícola da terra, uma vez que tal prática levaria a intensificação dos processos erosivos e o aumento dos desmatamentos na área de reserva da represa. Outro problema é que a porção leste dessa zona rural que já se encontra densamente ocupada por loteamentos (**FIG. 14**). O que já compromete a disponibilidade de água para a prática agrícola.

Os desmatamentos na APA relativos à expansão urbana poderão ser evitados, já que no art.52 do plano diretor a Zona Rural, destinada a usos rurais, afirma que não será permitida a aprovação de loteamentos ou condomínios imobiliários urbanos.

O estudo de Andrade (1997) identifica nas sub-bacias de Igarapé e São Joaquim de Bicas os usos do solo, as áreas de aptidão agrícola, o domínio de declividades, entre outros aspectos oferecendo elementos importantes para um estudo comparativo entre uso racional da terra e o uso idealizado pelo plano diretor.

A combinação de certos elementos, como a bela paisagem de vale, terrenos férteis e mais planos tornam a sub-bacia Estiva um território valorizado tanto para as atividades rurais quanto urbanas. No plano diretor de Igarapé a sub-bacia Estiva está delimitada dentro do perímetro urbano do município, enquanto as sub-bacias Currallinho e Dourados correspondem à zona rural<sup>73</sup>. As condições dos solos dessas últimas sub-

---

<sup>71</sup> Compare Figura 2, p.48 e Figura 14, p.79.

<sup>72</sup> De acordo com o Art. 51 do Plano Diretor na Zona Rural (ZR) serão permitidas atividades destinadas à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal e mineral, além de agro e ecoturismo. 13

<sup>73</sup> Compare Figura 2, p.48 e Figura 14, p.79.

bacias, solos suscetíveis a erosão, não foram levadas em consideração para classificação de suas áreas para uso rural pelo plano diretor.<sup>74</sup>

As propriedades para serem consideradas rurais de acordo com o plano diretor de Igarapé devem satisfazer a FMP - Fração Mínima de Parcelamento estabelecida pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. As propriedades que não atendem a FMP, mesmo localizadas em zona rural, serão computadas como área urbana. Sendo a zona urbana, as áreas contidas dentro do perímetro urbano, somadas as propriedades que não satisfazem a FMP.

Essa classificação omite a existência do uso rural da terra em zona urbana. O tamanho da propriedade em relação à Fração Mínima de Parcelamento (FMP) é que define seu pertencimento a zona rural ou urbana. No caso do município de Igarapé, o INCRA estabeleceu a FMP = 2 ha e seu módulo rural = 20 ha. O critério adotado pelo plano diretor desconsidera o uso rural da terra em propriedades menores de 2 ha, por consequência, as áreas de uso rural ficam subvalorizadas na representação cartográfica.

Existem nas ZCH 1 e ZCH 2 várias propriedades com uso agrícola, que pelo plano diretor não estão conforme o uso proposto para zona urbana. No inciso primeiro do art. 56 que trata do uso e ocupação do solo demonstra que o processo de alteração do uso, será um processo gradual, pois o próprio poder público reconhece:

*§ 1º. A ocupação e o uso já existentes à época da aprovação do plano diretor de construções situadas em áreas impróprias ou que não se enquadram nas definições estabelecidas, podem permanecer no local como uso não conforme, adotando medidas que amenizem os impactos causados e sendo vedada sua expansão, permitindo-se apenas as obras necessárias à sua manutenção.*

No residencial Santa Mônica I e II foram visitadas duas propriedades com currais onde o gado fica confinado no final da tarde, mas durante o dia transita nos lotes vagos ainda não cercados. Essas construções são anteriores a aprovação do plano diretor e estão situadas dentro da Zona Urbana. Segundo um entrevistado, a prefeitura permitiu a manutenção dessa atividade, desde que o gado fosse criado confinado. Contudo, tal medida inviabilizaria a pequena produção leiteira, já que os custos com ração representariam um grande peso no orçamento dos vaqueiros.

A prefeitura tem procurado conter a expansão urbana desordenada, utilizando como instrumento a lei federal 6766 de 1979 que rege o parcelamento do solo

---

<sup>74</sup> A Prefeitura de Mateus Leme possui plano diretor, mas ainda não realizou o macrozoneamento municipal para que pudesse ser identificada a classificação de uso atribuída a sub-bacia do Ribeirão Diogo.

para fins urbanos. Por meio dos dispositivos dessa lei, a prefeitura não se responsabiliza pela criação da infraestrutura básica<sup>75</sup> para os lotes<sup>76</sup>. A empresa loteadora deverá arcar com todas essas despesas.

Algumas empresas loteadoras buscaram a prefeitura em 2008, a fim de iniciar legalmente o processo de criação de loteamentos, mas desistiram em função de considerarem que tais custos seriam de grande magnitude inviabilizando a lucratividade do empreendimento.<sup>77</sup>

O proprietário da terra que decide parcelar a propriedade em lotes de 2000 m<sup>2</sup> nas Zonas de Chacreamento (ZCH) deverá oferecer a infraestrutura básica, senão terá que vender os lotes para prefeitura a preços mais baixos daqueles oferecidos pelo mercado, por não ter cumprido com as determinações da lei federal 6766 de 1979, que trata dos critérios de parcelamento do solo urbano. Tal regra prevista nessa lei tem contido o desenvolvimento da atividade imobiliária e o adensamento urbano na APA.

O plano diretor prevê apenas a construção de residências unifamiliares e de comércio de âmbito local para as Zonas de Chacreamento (ZCH). Essa medida visa conter o adensamento populacional nessa zona localizada na APA.

Nos loteamentos populares situados na Zona de Adensamento Restrito (ZAR), com lotes de 360 m<sup>2</sup>, não estão previstas melhorias de infraestrutura a curto e médio prazo, até porque não se deseja estimular o adensamento populacional e muito menos a função do município de cidade dormitório<sup>78</sup>.

No plano diretor de Igarapé a BR-381 é concebida como um eixo de desenvolvimento, uma vez que ao longo desta estão situadas às zonas de atividades econômicas e empreendimentos de porte. Tal configuração confirma as colocações de Moraes (1999, p.112) de que “as formas espaciais criadas por uma sociedade exprimem o condicionamento da estrutura econômica que ali domina”.

O plano diretor de Igarapé não traz uma discussão específica para zona rural em relação ao uso da água, algo essencial para manutenção da atividade hortigranjeira

---

<sup>75</sup> A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

<sup>76</sup> De acordo com a lei 6766 Art 2, seção 1- considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. A seção 4º desse mesmo artigo acrescenta: considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

<sup>77</sup> Essa informação foi obtida junto ao secretário de obras da prefeitura em outubro de 2008.

<sup>78</sup> A prefeitura considera uma situação ideal quando o proprietário do lote em (ZAR) compra o lote vizinho, isso combate o adensamento local, já que o lote aumenta de tamanho, sem ocorrer o aumento do número de moradores.

do município. Trata do assunto de maneira geral, isto é, não indica as medidas possíveis de resolver o conflito da água a partir dos sujeitos e dos recursos locais.

O documento expõe os princípios de desenvolvimento sustentável, menciona a importância da gestão democrática como meta, além da criação de unidades de conservação, planos de manejo e parques urbanos. Contudo, não apresenta propostas práticas operacionalizando esses princípios. Não menciona que instrumentos de participação poderiam ser utilizados junto aos usuários da água para efetivação, por exemplo, do parque urbano no bairro Santa Mônica. Considerado um projeto importante no sentido de resguardar uma área verde no bairro. Esta proposta do plano diretor de Igarapé aponta este caminho, mas não conecta esta ideia com os recursos disponíveis no local (escolas, postos de saúde, diversidade da economia rural e urbana).

A prefeitura de Igarapé aposta na promoção de parcerias com a sociedade civil na gestão ambiental e na administração das áreas protegidas do município. No entanto, não menciona outras parcerias importantes além da COPASA, tais como: a EMATER e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE IGARAPÉ.

O plano apresenta uma concepção preservacionista dos recursos naturais, tem como diretriz promover o desenvolvimento socioeconômico tendo em vista a necessidade de preservação desses recursos para as gerações futuras. Alguns dilemas podem ser percebidos ao longo do documento.

- Como promover o desenvolvimento sustentável do território compatibilizando crescimento da produtividade do trabalho e exploração sustentável dos recursos?
- Como planejar o desenvolvimento social do território estando o município inserido num modo de produção excludente?
- Como estimular a ocupação urbana, gerando emprego e renda para população, numa área de proteção ambiental sem que isso resulte numa ocupação desordenada do território?

Os planos diretores representam um conjunto de propostas a respeito do uso do território e de seus recursos, que evidencia determinadas posturas político-ideológicas, que caminham ora em direção a uma equidade social, ora em relação aos interesses dos grupos sociais hegemônicos.

## 6- OS SUJEITOS PRODUZINDO O TERRITÓRIO

*Sou feliz quando trabalho!  
Sinto-me útil à sociedade,  
fico confuso e me atrapalho  
quando estou na ociosidade.  
Não quero ser o borralho,  
mas a brasa em atividade  
(Paulo de Carvalho Fragoso)*

### 6.1 Os residenciais Santa Mônica I e II

#### *Os moradores permanentes*

O múltiplos usos do solo é uma característica marcante no Residencial Santa Mônica I e II. As ações dos indivíduos que vivem e trabalham nesse solo visam suprir além das necessidades básicas (moradia e alimentação) outras necessidades secundárias: lazer e qualidade de vida.

Os moradores desse residencial almejam usufruir de uma qualidade de vida que acreditam ter perdido na metrópole. Portanto, possuem um conjunto de representações do lugar que lhes direciona a usar de determinada maneira o solo. Essas diferentes formas de apropriações, bem como os conflitos e as interações decorrentes da relação rural-urbana, poderão ser compreendidas a partir das entrevistas realizadas com os moradores desses residenciais. No total foram abordados 25 residentes, porém foram selecionadas três, por serem moradores permanentes do local e que desempenham trabalhos rurais dentro dos citados residenciais. O objetivo foi levantar os seguintes pontos:

- como esses trabalhadores rurais resistem às pressões urbanas;
- os aspectos relacionados ao trabalho e a cultura de suas origens;
- a manutenção deles na zona urbana consoante ao plano diretor de Igarapé

As entrevistas foram organizadas com questões que norteavam a história de vida do indivíduo - levando em consideração a origem familiar deles, seus trabalhos anteriores; o porquê a escolha do trabalho rural, o que os motivou a comprar o lote, o relacionamento com os vizinhos, e a realização satisfatória com este tipo de trabalho e a segurança do local.

Os relatos mostraram-se preciosos para compreensão de quais aspectos venham justificar a resistência do trabalhador rural em relação aos processos de especulação e valorização das terras inerentes a urbanização em Igarapé.

Os três entrevistados selecionados possuem alguns traços em comum:

- a família é originária do meio rural;
- contam com um rendimento fixo mensal oriundo de uma aposentadoria ou então outros tipos de trabalho;
- moram a menos de 5 anos no lote;
- nasceram em municípios mineiros menos desenvolvidos economicamente e tiveram uma trajetória de vida na zona rural.
- O trabalho com as criações tem significado para eles uma ocupação prazerosa, bem como uma forma de obter um complemento à renda.

O primeiro entrevistado foi o vaqueiro A.N. A sua trajetória de trabalho em busca de qualidade de vida começou na década de 60, coincidindo com o início do processo de industrialização da agricultura brasileira. A seguir o relato de como foi sua migração de trabalho até vir residir em Igarapé.

*Eu sou de Araçuaí (município mineiro). A minha família sempre foi uma família pobre. Trabalhava em fazenda pro zôtro. Tinha um senhor de idade lá. A gente o tratava de tio e toda minha infância foi trabalhando com ele lá. Depois que eu completei 18 anos fui para São Paulo. Fiquei uns tempos mexendo com colheita de algodão. Aí eu voltei pra lá de novo (Araçuaí). Foi quando eu casei e fui morar na capital (São Paulo). Porque antes disso morei no interior, lá em Presidente Venceslau, SP. Fui pra São Paulo já casado. Fiquei um bom tempo. Aí depois eu vim pra Belo Horizonte, porque eu já tinha uma irmã que morava aqui. Sai de São Paulo. Vim trabalhar numas empresas aí. E tô até hoje aqui (MG).*

A trajetória de trabalho do vaqueiro A.N é marcada por freqüentes deslocamentos, os quais estiveram sob influência da economia, num primeiro momento de São Paulo e, posteriormente de Belo Horizonte. A cidade de São Paulo no final da década de 80, já não oferecia como no passado as mesmas oportunidades de trabalho. O alto custo de vida da capital paulista dificultou a sobrevivência dos migrantes. Muitos deles, como o vaqueiro A.N, foram tentar a sorte em outros estados, onde puderam contar com apoio de parentes ou amigos.

De forma semelhante é o segundo entrevistado, vaqueiro A.D, morador da zona rural de Tarumirim, MG, que através da migração vislumbrou conseguir melhores condições de vida, porém deslocou-se apenas dentro de Minas Gerais, fazendo a



seguinte rota: cidades de Contagem, Ibirité e Igarapé, residindo atualmente nesta última. Assim como o vaqueiro, A.N, também exerceu durante a vida atividades agrícolas e não-agrícolas. A pluriatividade do trabalho foi uma forma encontrada por ele de se adaptar ao processo capitalista que promove a redução de salários e o trabalho temporário.

É o vaqueiro A.D que conta:

*Minha família é da roça Tarumirim, fica pra lá de Caratinga, MG. Eles eram tudo lavrador na roça. O terreno era deles, um terreno “piquitito”. Eu mexia com boi carreiro, já ouviu falar em carro de boi? É aquele boi. Vaca leiteira, eu ainda não mexia. Em 1971 cheguei em Ibirité. Já rodei isso aqui tudo! Morei em Contagem muito tempo, depois fui para Ibirité e fiquei bastante tempo. Agora fico direto aqui (Igarapé). Fiz isso após a aposentadoria, mas teve uma época que trabalhei em Água Branca numa indústria mecânica. Eu ia e voltava, fiz isso porque tinha um carro muito econômico.*

No caso dos dois vaqueiros, a relação do trabalho com a terra era marcada pela instabilidade, uma vez que a família do vaqueiro A.N não era dona da terra, e trabalhava em “fazenda pro zôtro”, portanto não eram donos dos meios de produção, estando sujeitos as contratações temporárias. Quando o vaqueiro A.D menciona que a família tinha a posse da terra, mas o terreno era “piquitito”, a manutenção da família no meio rural, dava-se pela intensificação do trabalho por área, a fim de obter uma alta produtividade capaz de suprir as bocas a serem alimentadas.

A.D, o vaqueiro, trabalhou como carreador de boi. Uma ocupação muito antiga, obsoleta para os moldes da agricultura do final da década de 60, comprovando que a agricultura brasileira não se manifestava de forma homogênia nas diferentes localidades. Antigas práticas de exploração como o carro de boi, baseado na tração animal, ainda podiam ser vistos no interior de Minas na segunda metade da década de 60. Foi um período que coincidiu com o avanço da mecanização no campo, decorrente da industrialização da agricultura brasileira.

Em relação à origem familiar, ambos os vaqueiros fazem parte de família camponesa. Vivenciaram condições precárias em relação à posse ou a manutenção da terra, fato que contribuiu para os deslocamentos em direção as metrópoles. O Vaqueiro A.N conta como foi o seu percurso em busca de trabalho em São Paulo:

*Trabalhei com caminhão, mas antes de tirar habilitação, trabalhei no Hospital de São Paulo, na empresa serviço especial de guarda que inclusive eu perdi a carteira com mais de 8 anos de tempo nela, que agora eu precisava pra aposentar. Aí depois eu fui trabalhar numa empresa de transporte, trabalhei na Granero. A maioria foi*

*com transporte de carga. Só no Hospital São Paulo eu trabalhei como servente de pedreiro. Fui trabalhar num clube, Raxaia Clube, na Rodrigues Alves. Fiquei lá de faxineiro por um bom tempo. Trabalhei num prédio lá no Barão de Limeira, de faxineiro e depois passei de vigia à noite. Daí depois dessa época que eu consegui tirar carteira e que fui trabalhar com transporte. (Vaqueiro, A.N, Res. Santa Mônica II)*

Atualmente, o vaqueiro, A.N denomina-se ocupado na agricultura e sendo sua profissão motorista na carteira. Sua trajetória de trabalho tem demonstrado como a agropecuária, mais precisamente a criação de vacas, não perdeu importância dentro das suas escolhas ocupacionais, apesar de ter trabalhado com isso apenas na sua juventude.

A opção pelo trabalho rural significou uma escolha consciente do vaqueiro A.N, calcada nas comparações entre as condições de trabalho no rural e no urbano. Ele não desconsiderou a necessidade do dinheiro, avaliou também as condições dos tipos de trabalho, valorizando o trabalho rural em função dos seguintes aspectos:

- maior autonomia para decidir sobre as práticas produtivas;
- prazer pelo que faz
- a possibilidade de reviver os tempos da roça,
- ter uma vida com mais qualidade.

Afirma ainda mais A.N

*Em toda minha vida eu gostei de mexer com criação. Uma que eu preciso. Uma que eu gosto. Eu me sinto melhor mexendo com as vacas que fichado trabalhando pra ganhar um salário mínimo. Eu prefiro assim. Eu vendo um esterco, vendo leite, num espaço de um ano pra outro tenho uns dois ou três bizerrinhos pra vender. E assim, a gente vai levando.*

A cultura caipira aparece no discurso do vaqueiro A.N quando compara o trabalho fichado ao trabalho rural. Ele não trabalha no intuito de acumular dinheiro. Encara seu trabalho como uma combinação entre prazer e necessidade. Trabalha-se para obter o mínimo necessário, a fim de garantir a sobrevivência da família. Ocorre também um ajustamento do trabalho em termos de diversidade na oferta de produtos (esterco, leite e venda de bezeros) a fim de permanecer com o seu rendimento ao longo do ano.

Na ocupação agrícola, o vaqueiro A.N assume o papel de patrão, ou seja, dono dos meios de produção, podendo organizar ao seu modo o tempo e o trabalho. A opção por esse modo de vida rural - mantido através do trabalho e da terra - encontra-se ameaçado pelo embate com as forças urbanas, representadas pelas ações dos moradores de fim-de-semana e da prefeitura de Igarapé.

Quando os vaqueiros foram perguntados sobre os motivos que os levaram a comprar o lote no residencial Santa Mônica I e II, eles comentaram sobre os

argumentos do corretor para convencê-los a comprar o lote. Em ambos os casos, a oferta por condomínios fechados ou por loteamentos que virão a sê-lo, são apresentados pelos corretores como as primeiras opções de venda, provavelmente grande parte do público que mora na RMBH e busca comprar uma chácara em Igarapé tem interesse por esse tipo de empreendimento.

É o vaqueiro A.N quem conta:

*Disseram que isso aqui seria condomínio fechado. Achando que ia me agradar. Eu falei: - Então pra mim isso não serve. Eu quero pra mexer com criação. O vendedor disse: - Ah, então eu vou te levar em outra chácara que eu tenho, mas lá só vendo as duas chácaras. Eu disse: - Não tem problema. Se eu gostar. Ele me trouxe aqui. Eu gostei das duas chácaras. Aí comprei.*

Os atrativos do lugar são percebidos por esses vaqueiros, segundo suas práticas sócio-culturais que remetem a uma vida passada no campo. A visão do vaqueiro A.D sobre o “lugar ideal” incorpora noções de oposição campo/cidade. Quando diz um lugar “mais verde”, opõem-se ao cinza representado pelo concreto da cidade, efeito colateral da aglomeração de construções da urbe. Tanto os termos “aberto” e “espaçoso” são entendidos como ideais para o lugar no qual se pretende trabalhar.

O vaqueiro A.D afirma:

*Olha, já tinha bem tempo que eu tinha pretensão de comprar um terreno, num lugar que tenha mais verde, mais bonito, mais aberto. Aí num belo dia, eu ia trabalhar passei na imobiliária vi um cartaz, uma propaganda. Ai o corretor falou assim: - Lá em Igarapé tem um loteamento. Ele me mostrou o Novo Igarapé. Mas aí eu disse que eu queria um terreno donde fosse mais espaçoso, pra plantação, pra eu ficar mais a vontade. Disse o corretor: - Ah então esquece esse aí, eu vou te mostrar outro terreno. Aí ele me mostrou esse aqui (Res. Sta Mônica1). Comprei esse terreno em 100 prestações, já paguei 67, agora falta 33, logo tem mais ou menos uns 4 anos que moro aqui, e já faz uns 5 anos que comprei lá na Imobiliária Três Irmãos, fica próximo à Praça dos Trabalhadores, no bairro Cidade Industrial em Contagem*

As formas de financiamento em até 100 vezes, demonstra o interesse das imobiliárias a cinco anos atrás de conquistarem compradores com menores rendimentos. Parte desse público, formado por antigos migrantes da roça, agora aposentados dos trabalhos urbanos, vão em busca de uma qualidade de vida que acreditam ter perdido quando foram morar nas grandes cidades e/ou adjacência. Os atrativos do lugar estão relacionados a uma paisagem que remonta a uma natureza original, mais bonita, menos modificada pelo trabalho social.

O vaqueiro, A.D, explica porque gosta de morar no residencial.

*Gosto demais da conta daqui! Sossego e muito verde! Você olha, só tem montanha. Pro outro lado também, aí se avista muito longe, aí quando sol começa a sair já tá batendo aqui. Lá nos lugar que eu morei pra olhar pro céu tem que olhar pra cima. Aqui não, né!  
(risos)*

Sobre os atrativos do local, pode ser destacado, o predomínio de terrenos mais planos, uma vez que de qualquer ponto que se está, avista-se a Serra de Itatiaiuçu. A existência de vários lotes desocupados, grandes áreas de pastagens, dando a sensação de lugar aberto e espaçoso se deve pelo fato de que antigamente essa área pertencia a uma fazenda, e esta fora loteada à construção dos residenciais Santa Mônica I e II. Do ponto de vista imobiliário é um local interessante, pela beleza de sua paisagem e que teve seu acesso facilitado com a construção da BR-381.

A apropriação do solo mesmo após a existência do residencial dava-se de maneira comunal, consoante o vaqueiro A.D.

Os donos de poucas cabeças de gado do bairro Batatal levavam o gado para essa área, a fim de ser contado. Provavelmente as características físicas do local facilitavam o trabalho deles por ser um espaço quase vazio, com poucas casas, com antigas pastagens, relevo quase plano. Dava a todos o entendimento de que se tratava de uma terra *comunal*. Casos desse tipo podem ser encontrados em algumas áreas de chapada, cerrado, ou até mesmo no vale do Jequitinhonha.

É bem provável que as áreas consideradas de chacreamento pela população, antes de serem ocupadas pelas construções, são áreas de uso da pecuária que se mantêm através do comércio de leite de porta em porta entre pequenos produtores e vizinhos (compradores). À medida que os lotes vão sendo ocupados, as áreas de pasto reduzem, levando a uma expulsão deste tipo de trabalhadores já que fica comprometido o uso do solo para manutenção das atividades pecuárias, pois são as pastagens que garantem a sustentabilidade da atividade dos produtores rurais com baixa capacidade de investimento na produção.

O vaqueiro, A.D conta como seu trabalho é conduzido no residencial, apontando aspectos que podem ter contribuído para uma ação mais drástica do Estado no sentido de proibir o pastoreio no residencial.

*Eu acho bom que os moradores estão aumentando. Embora meu pasto dependa da chácara vazia, mas não é por causa disso que eu não vou querer que tenha vizinho. As vacas vão ter um tempo que eu não vou poder ter elas mais. À medida que os pastos forem acabando, eu vou ter que ir desfazendo das minhas criações. Num dá pra manter elas presas. Vou ter que ir vendendo até ter duas ou uma,*

*isso se um vizinho não reclamar, né?! Senão vou ter que desfazer de tudo. A prefeitura chegou a me notificar pra eu tirar do loteamento, mas isso aconteceu porque havia um gadão aqui, pessoal do Batatal trazia gado pra cá, mas apenas pra contar o gado deles, ai dava bagunça. O gado ia pra BR e eles nem ligava. Talvez foi isso. Alguém aqui deve ter denunciado. Ai deram 10 dias pra gente tirar a criação. Fui na prefeitura, fiz um documento pedindo um prazo maior, depois eles não vieram mais, aí eu fui deixando. Agora, há pouco tempo, eles pegaram umas éguas, uns cavalos, mas aí o pessoal conseguiu chegar nos cara pra pegar de volta. Eles (polícia florestal) já estavam levando embora.*

O embate entre as forças rurais e urbanas discutidas acima demonstra que a ação da prefeitura de Igarapé tende a se intensificar no controle e ordenamento do território para uso urbano à medida que o adensamento populacional vai aumentando. A ocupação dos lotes não chega a ser vista pelo vaqueiro como negativa, mostrando-se consciente de que seu trabalho não terá condições de se sustentar à medida que aumenta a população no residencial.

Do mesmo modo acontece com o vaqueiro A.N. Ele permanece com a criação de animais no residencial porque gosta do seu trabalho, demonstrando resistência em não abandoná-lo, pois já fora expulso de outro bairro em Contagem por criar vacas.

O uso agropecuário da terra tem se deslocado de bairros da RMBH devido ao processo de urbanização para outras áreas mais distantes do periurbano. Como exemplificação desta realidade, ouçamos novamente o vaqueiro A.N do residencial Santa Mônica II.

*Tem mais ou menos uns quatro anos que mexo com vacas. Porque no Tropical (bairro de Contagem) fiquei mexendo mais ou menos um ano. Lá tinha que pastorear as vacas que nem aqui. Lá tinha muito espaço. Tem gente que mexe ainda com isso lá. Agora eu (...). Eu prendia lá na rua 50. Eles colocaram ônibus na rua. Criação não pode ficar transitando, aí foi onde eu comprei esse terreninho aqui e já tá crescendo. E já, já vou ter que daqui mudar pra outro lugar.*

A integração dos locais com as vias de acesso urbanas como aconteceu no bairro Tropical, contribuiu para uma mudança das práticas sociais locais, conforme o relato acima. O convívio entre as práticas rurais e urbanas acontecia num contexto de menor população no bairro. A partir do momento em que se alteraram as condições de acesso para a prática do trabalho rural, devido agora a maior dinamismo do lugar com circulação de pessoas, carros; deveria favorecer a produtividade do trabalho, porém torna incompatível as relações de produção que se desenvolveram em diferenciados

ritmos de tempo. Tal processo reforçou a lógica de apropriação urbana no bairro, levando a migração do trabalho rural que ali se desenvolvia para outro município próximo, no caso, Igarapé.

De maneira semelhante, o processo de expulsão da atividade agropecuária já vem acontecendo no residencial Santa Mônica I.

O morador A.M desse residencial, que é também um trabalhador pluriativo, atuante no setor industrial e na agricultura, deslocou seu gado desse residencial para as terras no bairro Batatal, localizado na porção sudoeste de Igarapé, divisa com Mateus Leme. Arrendou terras no bairro Batatal para dar prosseguimento com a atividade agropecuária que se desenvolvia no residencial, uma vez que foi notificado pela prefeitura de Igarapé, avisando-o que não poderia deixar as vacas soltas no pasto dentro do residencial. Esta atitude da prefeitura local coloca em cheque as atividades agropecuárias de moradores desses residenciais onde a mesma pode vir a ocupar as terras, inclusive as de cultivo de hortaliças no Batatal por se tratar de arrendamentos. A chegada de pessoas do urbano em terras de uso rural não implicará necessariamente na conversão do uso da terra agrícola em urbano.

A transferência do gado do residencial Sta Mônica I para terras no bairro Batatal segue a tendência falada anteriormente, de expulsão da atividade agrícola para áreas mais distantes do periurbano em decorrência da urbanização.

Em defesa de seu trabalho, o vaqueiro A.D explica o percurso que suas vacas fazem no residencial, a fim de justificar que seu trabalho não atrapalha a vida local. A ideia de espaço vazio para ele é de uma área não cercada e sem plantação, que por esse motivo pode ser utilizada por todos. O entendimento de propriedade privada para ele se faz mediante ao uso efetivo da terra ou de seu cercamento.

*As vacas andam nessa redondeza aqui. Elas não vão muito longe. Aqui para trás e na rotatória ali. Não deixo entrar no terreno dos outros se tiver cercado ou plantado. Não deixo entrar porque não quero confusão. Quero que elas pastem num terreno que esteja vazio.*

Os conflitos entre os modos de pensar o uso da terra no residencial pela prefeitura de Igarapé e os trabalhadores rurais estão colocados no discurso do vaqueiro A.D, morador do Residencial Santa Mônica I. o vaqueiro preocupa-se com a permanência do seu trabalho no local. É ele que conta:

*A denúncia contra criação de bicho partiu lá do Novo Igarapé. Muita gente falou comigo, não esquenta a cabeça com isso não que aqui é área de chacreamento. Vocês não precisam ficar preocupados não, é só num deixar o gado ir pra BR. As vacas aqui não vão muito longe*

*porque os bezerros ficam presos, elas só vão por essa redondeza aqui.*

O vaqueiro preocupa-se com a permanência do seu trabalho no local. Alguns elementos importantes aparecem para a reflexão desse conflito. Ei-los:

- a ocorrência de pessoas com criação em áreas consideradas urbanas pelo plano diretor, não deve ser algo particular do Residencial Santa Mônica, porque a denúncia partiu de outro residencial chamado Novo Igarapé;
- muitas pessoas conhecidas do vaqueiro acreditam que o termo chacreamento, usado no plano diretor para classificar a área correspondente ao residencial, legitima o uso rural da terra;
- ao falar do problema inclui outros que estão na mesma situação - “Vocês não precisam ficar preocupados não” - ele repete o não duas vezes, oferecendo indícios de que é improvável na opinião dos outros que seu trabalho seja interrompido;
- defende a manutenção do seu trabalho por meio de uma particularidade que envolve seu modo de trabalhar com as vacas em “os bezerros ficam presos”;
- tal conduta citada no item anterior faz com que as vacas não se afastem das “redondezas”, comprometendo o desenvolvimento de outras relações de produção no território, como os serviços dos operários das construções e dos caseiros que tomam conta das casas, bem como os trabalhos da casa-de-campo alugada para eventos.

A Associação de Moradores do residencial pretende transformá-lo em um condomínio fechado e para isso já está sendo cobrada uma taxa mensal dos associados. O vaqueiro A.D, contrário a essa ideia, admite que comprou o terreno para viver em liberdade e que chácara, na visão dele, não é incompatível com os usos da agropecuária.

*Comprei isso aqui porque é livre, como um camarada falou é área de chacreamento. Isso num é área de condomínio fechado não. Eu entendi assim! Lugar que é chácara é que pode fazer plantação, ter criação. Você não vai ter criação em condomínio fechado... num vai poder!*

Transformar o residencial em condomínio é ir contra uma representação do rural compartilhada por alguns que residem de fato no local e que de alguma forma a “roça” fez parte de suas vidas. O vaqueiro A.D e o morador A.M, ambos do residencial

Santa Mônica I, afirmaram por diversas vezes em momentos da entrevista que a palavra “liberdade” é algo inerente ao residencial que se assemelha a roça. Construir uma portaria no residencial significa impor um modo de viver da cidade no residencial, negando o que de fato lhes atraiu para lá: a liberdade de uma vida como na roça.

*A gente veio pra cá pra ter liberdade, se é pra fechar é melhor voltar pra cidade - AM, morador do Res. Santa Mônica I.*

As reclamações dos moradores do residencial não se restringem a segurança do local e a circulação das vacas nos lotes. Existem conflitos relacionados às diferentes representações que cada morador tem de lazer em relação ao residencial. Uma moradora E.M não chega a explicar porque considera bom o aumento de vizinhos no residencial, acaba revelando conflitos em relação ao modo de pensar dos vizinhos.

É a moradora E.M que afirma:

*O bairro quanto mais populoso melhor, quanto mais vizinho melhor. Na verdade têm uns que vem aqui pra descansar outros pra fazer “arruaça”. Aqui já deu até policia!*

Nem todos os moradores que passam o final de semana no local, demonstram insatisfação com a criação de animais, pelo contrário, valorizam o modo de vida rural, inclusive participando de suas práticas sociais, interagindo com os vizinhos.

*Nunca tive problema com vizinho. Meu vizinho fica aí uma vez ou outra e quando vem, pega leite aqui comigo, inclusive de vez em quando tem criança que vem olhar a criação. Então eles aqui não incomodam não. De vez em quando ele traz um caminhão de esterco e joga ali. Se ele importasse com cheiro de curral não fazia isso. Aqui embaixo tem o Hélio que cria animal - cavalo, égua - normalmente é só pra fazer uma “cavalgadinha”.(Vaqueiro A.D, Res. Santa Mônica I)*

As relações sociais no residencial não se caracterizam apenas pelo embate de concepções sobre o uso da terra no residencial, existem relações de colaboração e amizade entre aqueles que desempenham atividades agrárias, como a criação de boi e aqueles que buscam lazer no final de semana. O que se tem é uma trama de relações envolvendo interações ora conflituosas, ora de amizade e solidariedade entre estes moradores. As relações sociais de colaboração refletem uma organização desses homens e mulheres, em torno da satisfação de suas necessidades, que extrapolam a dimensão da subsistência, necessidades relacionadas à vida comunitária, como por exemplo, ter um vizinho na ausência de um deles que possa vigiar a casa, a propriedade privada e tomar conta dos cachorros.



Ainda sobre o trabalho desenvolvido pelos vaqueiros, existem diferenças entre eles em relação à capacidade de investimento na produção, a saber: na compra de ração, no tipo de vaca utilizada e nos meios de produção existentes na propriedade.

O vaqueiro A.D explica como organiza e vende sua produção:

*É no A.M que fica o freezer (outro criador de vacas), vendo o leite quando o pessoal procura antes de eu levar pra lá. Na seca chego a produzir de 20 a 25 litros, mas isso depende das vacas, né? Como deu uma chuvinha aí, o pasto melhorou, cheguei a produzir de 30 a 34 litros, isso com 4 vacas dando leite e uma 1 prenha. Da agora pra frente à produção deve ficar assim mesmo (de outubro em diante).*

E ainda acrescenta:

*No “leite de porta” cobro R\$1,50 por litro e vendendo pra cooperativa é R\$0,60 o litro. Vendo para Cooperativa Rio Manso. Antes a cooperativa chegou a oferecer R\$0,75 o litro, falei com o pessoal, mas ninguém quis só eu e o AM. Falaram que era muito pouco dinheiro. O pessoal da cooperativa passa um dia sim e outro não, pegando o leite. Não faço queijo porque dá muito trabalho e gasta muito leite, 10 litros para afazer 1 queijo ou então de 6 a 7 um queijinho mais ou menos. Se você faz direitinho gasta muito leite e o pessoal acha caro, num valoriza.*

Entre os vaqueiros existem uma relação de solidariedade, com relação a compartilhar os meios de produção, no caso o “freezer”. A relação de competição não se manifesta na relação entre eles, havendo um interesse de colaboração no coletivo, como a sugestão da venda para Cooperativa Rio Manso. Nem todos os vaqueiros produzem queijo, sobretudo aqueles que produzem mais leite e destina sua produção quase toda para venda. Eles consideram a produção “trabalhosa” e pouco lucrativa, uma vez que um queijo de boa qualidade é mais caro e mais difícil para ser vendido, o que revela a necessidade de se criar um mercado consumidor que valorize os produtos de qualidade, feitos a partir de um saber-fazer local.

A sustentabilidade do trabalho dos vaqueiros está no fato de utilizarem aquilo que a natureza oferece (as pastagens e a água) e de direcionarem seus produtos para mercados de curto alcance - como a comunidade do residencial, a Cooperativa Rio Manso e os locais de trabalho dos membros da família na cidade.

A proibição de pastorear afeta diretamente a continuidade desse trabalho rural. O vaqueiro, A.N explica:

*Eles já me disseram que não querem criação aqui (prefeitura). Aqui pode ter a criação, porém fechado dentro do terreno. Agora a senhora imagina, eu com essas vaquinhas, eu guento comprar ração pra tratar*

*delas.? Então eu tenho que mudar de novo ou então acabar com o gado. Inclusive o seguinte, eles (associação de moradores) já foram à prefeitura. A prefeitura já veio aqui conversou comigo. Falou que dentro do terreno eu posso criar, mas vai chegar um tempo que na rua eu não posso soltar. Eu solto as vacas aí, mas tem gente que solta e deixa e é até perigoso de gado subir pra BR. No meu caso eu solto as vacas, mas tô sempre com elas, agora elas estão ali na frente, mas se saí da minha vista eu pego meu cavalo e vou atrás, porque quando é cinco horas da tarde, eu prendo.*

Sobre a produção de leite, acrescenta:

*Eu tenho pouca vaca de leite, agora mesmo eu preciso de quatro vacas pra dar 10 litros de leite. Praticamente na época da seca quase não tem leite, nas águas aumenta um pouquinho. Tem gente aí (no caso o vaqueiro, A.D) que tem vaca que dá uns 30 litros de leite. Minha vaca nas águas quando tá com bizerro novo dá uns 5 litros de leite. É vaca de pobre. (Risos). Dá R\$800,00 ou R\$1.000,00 numa vaquinha dessas. Quem tem dinheiro dá uns R\$3.000,00 numa vaca que produz uns 25 litros de leite.*

O vaqueiro A.N tem uma capacidade de investimento menor comparado com o vaqueiro A.D. Essa distinção está assentada no tipo de vaca e como se integram ao mercado. O vaqueiro A.N vende leite e queijo, principalmente na época das águas, tendo sua filha e o genro como colaboradores; eles levam os queijos para serem vendidos. Já o vaqueiro A.D tem uma produção de leite que tende a ter menos perdas na época da seca devido ao tipo de vaca que empregada na produção. No caso do vaqueiro A.D, o esterco é usado para adubar a terra, onde é plantada a capineira. Já o vaqueiro A.N, além de fazer isso, vende o esterco para os vizinhos em sacos de ração de 50 Kg, a um preço de R\$3,00, o que lhe ajuda na época da seca em que sua produção do leite declina.

A produção de leite do Vaqueiro A.N é de 10 litros por dia, na época da seca, bem inferior a do vaqueiro A.D de 20 a 25 litros. Segundo A.N são necessários 10 litros de leite para produzir um queijo. O volume de leite aumenta na época das águas, chegando a triplicar a produção de queijo. A família trabalha como parceira na venda do queijo. Vendem para pessoas de Betim, Contagem e Belo Horizonte. O local de trabalho dos membros da família – no urbano - acaba servindo para comercialização do queijo. O vaqueiro, A.N disse:

*Eu tenho uma filha que é professora que trabalha na escola. Um genro que trabalha na Orteng. sempre levam queijo. Eu não tô fazendo porque o leite diminuiu na seca. Agora que o pasto vai voltar pode ser! Eu já cheguei a fazer semana aqui 30 queijos. É o que me ajuda na sobrevivência. No momento, minha renda é só obtida com as vacas. Eu tô pelejando pra aposentar. A senhora acha que se sair minha aposentadoria eu vou ficar mexendo com vaca aqui? Vou*

*nada! Vou vender tudo e voltar lá pra casa. Só vinha aqui final de semana. Já trabalhei demais. Não vou dizer que eu vou parar esperando a morte chegar. Eu não tenho condições de comprar um terreno bem grande para deixar o gado só preso, então eu vou ter que vender o pouquinho que tenho e mexer com outras coisas pra lá.*

Na época dessa entrevista, o vaqueiro A.N ainda não havia se aposentado, posteriormente conseguiu realizar seu desejo. A aposentadoria significa para ele um rendimento mensal estável. A condição de aposentado não é percebida como término da trajetória de trabalho, mas como condição de autonomia para escolher outra ocupação, de preferência prazerosa. Ele considera como possibilidades o retorno para Contagem e o abandono da atividade agrícola. Contudo em outras entrevistas, após ter obtido a aposentadoria, deixou transparecer que seu apego aos animais dificulta essa tomada de decisão. Sua família não reclama da atividade rural, mas do tempo dedicado a ela, porque os encontros familiares ficam restritos aos finais de semana, já que o vaqueiro é um morador permanente do residencial.

A prática do pastoreio possibilita que o vaqueiro A.N acompanhe, no decorrer do dia, o movimento no local; sendo mais fácil para ele identificar as casas que tem sido alvo das investidas dos ladrões, bem como os bens roubados. As casas sem morador e caseiro é que são atacadas no decorrer da semana e os roubos envolvem pequenas somas de dinheiro, alimentos, aparelhos eletrônicos, etc. Ele considera que esse tipo de roubo é realizado por pessoas que transitam a pé ou de bicicleta pelo residencial. Em razão disso, considera que a associação de moradores está equivocada acreditando que construindo portarias nos acessos do residencial irá conter os roubos, pois aqueles que roubam não trafegam de carro não podendo ser identificados pelos porteiros.

A ideia de fechamento do residencial ainda não é consenso entre os moradores, pois isso causaria gastos com serviços de manutenção e alteração do itinerário de ônibus escolar e coletivo. Os custos teriam que ser assumidos por todos os proprietários dos lotes, com ou sem área construída. O vaqueiro A.N explica o motivo de não ter se associado.

*Os associados fazem uma reunião de 15 em 15 dias. Reúne bastante gente. A senhora pode ver toda casa que a senhora passar tem uma plaquinha amarela pregada, é um associado. Eu não quis associar. Vou explicar a senhora porquê. Eu estou aqui 24 horas. A minha casa se é que pode chamar de casa. Eu tô aqui dia e noite, nem a minha casa em Contagem tenho ido, quando tenho que ir, eu pego o carro. Vou ligeiro e volto. Eu acho que é bobeira eu pagar. Aqui eles começaram com R\$35,00 e agora tá em R\$50,00. E só vai aumentando. E quem começa não pode parar. Olha, eu não vou começar agora pagar isso aí que eu nem sei se vou ficar aqui!*

O dinheiro recolhido no residencial pela associação de moradores tem como objetivo criar um fundo para construir portarias no residencial, além de arcar com o pagamento dos “rondas”, vigia que passa apitando a noite pelo residencial. Segundo o vaqueiro A.D “*Quando não tinha ronda toda semana a gente ouvia falar que uma casa tinha sido arrombada.*” Essa forma de vigilância retrata uma tentativa de controle da comunidade em relação ao movimento dentro do residencial, sendo mais viável economicamente a contratação dos “rondas” para a comunidade do que a contratação de um vigilante ou caseiro exclusivo para cada casa.

Sendo assim podemos concluir que os moradores permanentes, que se ocupam das atividades agropecuárias, trabalham tanto por necessidade quanto por prazer. A manutenção do trabalho se dá pela combinação de fatores econômicos e culturais, não sendo o lucro definidor da continuidade do trabalho e sim a possibilidade de trabalhar tendo mais qualidade de vida. Eles têm um traço em comum: sua origem familiar remete a um passado de vivência na roça se não vivido pessoalmente, pelo menos experimentado por seus pais. Geralmente esses sujeitos, descendentes de agricultores familiares, têm uma maior predisposição para o exercício de funções tanto rurais quanto urbanas.

Essa pluriatividade se manifesta como resposta desses trabalhadores as transformações desencadeadas pelo capitalismo no mundo, levando-os ao trabalho temporário e a redução dos salários. As pessoas, geralmente descendentes de agricultores familiares, diversificam suas fontes de renda e vão encontrar no trabalho rural uma forma re (viver) sua identidade através da lida com a terra, do seu efetivo uso demarcando uma ligação com os animais e a terra distinta daqueles que usufruem do lugar de maneira transitória.

Os conflitos acontecem em decorrência das representações que os moradores do residencial possuem do que seja área de chacreamento, uma das sub-denominações dada a zona urbana pelo plano diretor. Além dos embates entre as forças rurais e urbanas, nessa questão do uso têm-se conflitos em razão do que os moradores consideram como comportamento adequado para o lugar, uma vez que o lazer é pensado de diferentes formas, como momento de silêncio e contemplação da natureza ou como momento de encontro, de festividade.

O trabalho agrário se desenvolve integrado às relações de cooperação e amizade entre os moradores do residencial. Os pequenos produtores apresentam diferentes estratégias para desenvolvimento do trabalho, arrendando terras, utilizando os

lotes vagos como pastagem, vendendo leite, queijo e esterco para a comunidade, bem como para um mercado de curto alcance da RMBH.

O embate entre os usos do solo tende a se tornar maiores à medida que cresce o adensamento populacional no residencial, de modo que a prefeitura de Igarapé é acionada para mediar os conflitos, com isto a administração pública de Igarapé faz valer o que consta no plano diretor que considera a área do residencial como parte da zona urbana, não estando os usos rurais permitidos para esta zona urbana

A convivência desses diferentes usos é possível dentro de um contexto em que haja cooperação entre os moradores, no sentido de valorizarem o saber-fazer local, tornando-os consumidores conscientes dos produtos destes trabalhos, dentro de uma economia solidária, capaz de melhorar as condições de vida do trabalhador local, contribuindo para fixação dele a terra, com melhores rendimentos que podem ser investidos numa exploração intensiva no lote, em acordo com as condutas necessárias para o bem-estar urbano, além de ser uma forma de conter o adensamento populacional, por que a área do residencial está inserida na Área de Proteção Ambiental do município.

### *Os Moradores Temporários*

A média de idade dos moradores temporários entrevistados gira em torno de 51 anos. Mais da metade deles são casados (60%) e sua faixa de renda varia em função de seu nível de instrução. Aqueles que recebem mais de 15 salários mínimos geralmente possuem nível superior, ao passo que a faixa de 5 a 10 salários mínimos correspondem aos que possuem o ensino fundamental e médio (prevalecendo este último em relação ao total das entrevistas). A idade dos filhos destes entrevistados é representativa na faixa de 20 a 30 anos. Dos entrevistados apenas dois moram em Betim, oito em Belo Horizonte e dois em Contagem. Todos têm carro de passeio.

A propriedade é considerada um patrimônio da família. Nesse aspecto, demonstraram o desejo de fazer benfeitorias nas suas casas, mas declararam preocupados que isso estimule possíveis arrombamentos. Na opinião deles, a segurança melhorou depois que a associação de moradores contratou os vigias noturnos. Quando comentaram das relações com os vizinhos, disseram que alguns destes não iniciaram as construções, pois estão aguardando o crescimento das ocupações dos lotes e a criação de portaria nos principais acessos do residencial.

Comentaram sobre a tentativa da associação junto à prefeitura de Igarapé para transformar a área do residencial em condomínio. Segundo eles, a prefeitura de

Igarapé alegou, há um tempo, que muitas ruas seriam fechadas, complicando a vida de pessoas que trafegam pelo local para ter acesso ao transporte coletivo e a outras áreas. Apesar disso, a associação não desistiu, tendo encaminhado outro pedido. Algumas reuniões quinzenais têm sido providenciadas pela associação a fim de colocar em prática tal projeto.

Metade dos entrevistados não considera ruim a criação de animais no residencial, mas acreditam que essa atividade está com seus dias contados, à medida que a população do residencial aumenta. A outra metade é formada por dois grupos de opiniões: um grupo considera que o local não comporta esse tipo de atividade, tornando constante o risco de graves acidentes nas vias locais, principalmente na BR-381; e o outro grupo gosta da existência desse tipo de atividade no local, acha bonito vê o gado pastando, além de poderem comprar leite e queijo fresquinhos.

O relato de outro morador M.R ilustra que essa relação de compra dos produtos locais não se manifesta de maneira geral entre moradores do residencial e agricultores:

*O pessoal daqui, quando vem de Igarapé para cá, já passa no supermercado e já leva a verdura, a carne e a cervejinha. E não estabelece um contato com os vizinhos.*

O relato do caseiro B.C ilustra bem a impessoalidade nas relações de alguns moradores temporários com a comunidade da região:

*Agora tem pessoas que entram na cidade passando pelo trevo de carro fechado. Atravessa a cidade sem olhar para os lados. Vai para casa dele. Fica o final de semana. Entra no carro e vai embora. Acaba que ninguém conhece essa pessoa e se esta desvia um pouco de sua rota é capaz de ficar perdida na região. Existem casos de pessoas que não são assim, que conhecem a região, os serviços e os moradores, mais são poucas.*

Culturalmente o modo de vida local tem sido modificado, pois parte dos moradores dos residenciais adotam a impessoalidade nas relações, escutam som alto nos fins de semana, e acabam fazendo “arruaça”, não respeitando o lazer dos vizinhos que vieram buscar a tranquilidade oferecida pela bonita paisagem da Pedra Grande.

#### *O pequeno empreendedor*

No residencial Santa Mônica I existem lotes com vários usos do solo, os quais estão destinados tanto para atividades agrícolas quanto não-agrícolas. A casa de

campo Tô-à-Toa é um destes usos não-agrícolas que visa atender os visitantes da RMBH.

A ideia da construção desta casa, destinada a locação para festas, surgiu de seu proprietário R.O, segundo ele o empreendimento representou uma forma de investimento para suas economias. Ele disse ter obtido o capital através do trabalho como jogador de futebol profissional nos Estados Unidos da América. Esta profissão exige muito esforço físico, e em razão disto, teve problemas de saúde. Abandonou a profissão e o país, que lhe recebeu, para tentar uma nova vida no Brasil.

Escolheu Igarapé como sede do seu empreendimento, porque considerou o lugar maravilhoso. A paisagem da Pedra Grande e a tranquilidade do local fizeram com que ele tomasse essa decisão. Segundo R.O, não estava mais aguentando o barulho e os engarrafamentos vivenciados em Belo Horizonte. Devido a isto, decidiu morar definitivamente em Igarapé; inclusive colocando sua casa à venda no bairro Alvorada em Belo Horizonte.

O lote referente à casa de campo havia sido comprado há 9 anos por R.O, mas apenas nos últimos dois anos que o proprietário resolveu construí-la, porque antes ele não tinha capital suficiente e não era sua intenção voltar para o Brasil. Outros lotes dos residenciais Santa Mônica I e II estão desocupados e alguns imóveis destes residenciais têm sido construídos para locação, ou até mesmo para revenda.

## **6.2 O loteamento do bairro São Francisco**

### *Moradores permanentes*

Na década de 80, um loteamento de baixa renda iniciou sua ocupação no Bairro São Francisco em Igarapé. Na época as condições de saneamento básico - água tratada, esgoto e energia - eram precárias, pois o baixo adensamento populacional tornava inviável a oferta destes serviços. Os aspectos mencionados não impediram a chegada da população migrante de Belo Horizonte neste bairro. Estes novos moradores almejavam a conquista da propriedade privada, aproveitando o fato desses terrenos serem mais baratos, comparados àqueles existentes em Betim, Contagem e Belo Horizonte.

O crescimento deste bairro, em conjunto com outros, foi responsável pelo aprofundamento da função dormitório do município de Igarapé. Muitas pessoas que optaram pela casa própria no loteamento, tiveram que se sujeitar aos grandes

deslocamentos da residência para o trabalho e vice-versa. Pensando nesse aspecto, entre outros e pelo fato do bairro está localizado numa Área de Proteção Ambiental, a prefeitura de Igarapé classificou em 2007 a zona ocupada por esse loteamento no plano diretor, como zona de adensamento restrito, estando o Estado desobrigado a oferecer as condições de saneamento básico e de infraestrutura.

As entrevistas auxiliam na compreensão dos diferentes contextos de mudança social vivenciada por Igarapé nos últimos trinta anos. Para isso, foram realizadas 5 entrevistas com moradores permanentes desse loteamento. Quatro destas com moradores que estão a menos de 5 anos no lote e uma entrevista com o morador mais antigo. O objetivo foi identificar nos relatos os seguintes aspectos:

- a interferência do modo de produção capitalista na relação homem-natureza;
- a influência da história de vida na percepção das mudanças sociais do local;
- os conflitos e interações na relação rural-urbana.

A maioria dos entrevistados eram homens com mais de 50 anos, exceto uma entrevistada com 33 anos. Dentro do grupo entrevistado, existe um morador, mais antigo, que reside há 30 anos no lote e outros quatro que moram a menos de 5 anos

O grupo com mais de 50 anos apresentou baixa escolaridade de 1 a 6 anos de estudo. Mostraram-se satisfeitos em morar no bairro, por causa das melhorias das condições de saneamento e transporte, conquistadas ao longo dos anos, através da gestão de diferentes prefeitos.

Os primeiros entrevistados, o casal PE e ZE, revelam importantes aspectos em relação: ao serviço público de saúde; ao papel da mulher na família e às condições de trabalho, alimentação e recursos naturais locais. Este último serviu como substrato material necessário à satisfação das necessidades primeiras desse grupo familiar, tal como: moradia, comida e água.

É P.E. que conta:

*Nós somos de Santo Antônio do Jacinto. Nós morávamos mesmo na Bahia. Era divisa com Minas. Quando ele fez operação no hospital, teve dias que ele ficou sentado no chão, arrastava no chão. E nós vei a sofrer né!! Aí nós saímos de Belo Horizonte para vir pra aqui. Aqui nós criamos os cinco filhos. Ele ficava uns dois meses em casa, uns dois meses no hospital. Ficou poucos dias na firma, uns 6 meses e internava. E eu ficava aqui. Eu era o homem e a mulher. Trabalhava de dia, em horta e quando de noite eu vinha. Minha comida era feijão de vagem com abobrinha. Fazia aquela misturada. Dava pros meninos e vinha pra roça. A gente ficava no hospital. A gente não*



*tinha essa coisa de ficar pedindo aos outros, a gente só tinha o que comer o que tinha dentro de casa. Quando ele voltava. Nós trabalhávamos de dia, ele ajudava o tanto que ele agüentava, nós íamos trabalhar como diarista nas hortas. E de noite a gente ia para beira da Lagoa. Pegar peixe pra almoçar no outro dia. Ele falava: - PE, Deus vai ajudar que a gente vai vencer e nós fomos vencendo, e quando, penso que não, meus filhos começaram a trabalhar pra um e para outro. Minhas meninas também. Quando penso que não nós tudo tava indo trabalhar, só ficavam duas ou três meninas.*

Nessa história de luta pela sobrevivência ficam evidentes como as condições naturais do bairro São Francisco e imediações, há trinta anos, foram determinantes para reprodução da vida dessas pessoas. O trabalho nas hortas ocupava quase todo o tempo dos adultos e nas horas livres, à noite, a pesca era praticada a fim de enriquecer a alimentação da família. É recorrente na fala desses sujeitos a preocupação de não fazer dos filhos pedintes de esmola. A vinda deles de Belo Horizonte para Igarapé significou a possibilidade de reproduzirem seu modo de vida rural e seus valores.

O morador Z.E, quando questionado sobre os motivos que lhe atraiu para viver naquele local, responde:

*Foi só o mato mesmo que me atraiu. Toda vida eu fui acostumado a trabalhar em fazenda. Minha mãe morava na cidade, mas eu sempre morei em fazenda. Então aquilo eu fui acostumando, na cidade pra mim era inabitável. Lá na minha cidade mesmo. Eu fiquei na cidade lá. Fui criado sem pai. Meu pai foi embora eu tinha 9 anos de idade. Aí eu fui ajudar. Se eu for contar minha vida desde o principio dá um livro! Consegui botar uma banca na feira todo sábado, lá na cidade onde nasci. Quando os meninos ficaram maiorzinho, eu parti pra roça trabalhar nas fazendas. Aí eu gostei. Cheguei pra aqui eu vi as fazendas... de um lado tinha uma roça de vagem. Eu nem sabia o que era horta. Horta lá pra casa a gente falava aqueles canteirinhos assim. E aqui horta é em geral. Eu vi a roça carregadinha de vagem e pensei: nossa esse terreno é bom demais! Invoquei com o terreno. Olha esse feijão como tá! Vou comprar. Quando cheguei e plantei, que nada! Aí fui descobrir porque lá era horta, já tinha adubado. E lá pra nós não existia isso era só capinar, plantar sem adubo, sem nada. E aqui se não for cultivar a terra não se não botar esterco, adubo não sai nada. Aí fui compreendendo. Se plantar mandioca e batata dá. Colhi muita mandioca.*

O entrevistado ZE atribuiu valor a terra segundo uma consciência construída a partir de sua práxis. Segundo Karl Marx, práxis é uma atividade livre, auto-criativa, por meio da qual o homem produz e transforma seu mundo humano e histórico; transformando a si mesmo a partir da interação trabalho – natureza, homem- sociedade.

Seu ZE encontrou no local um modo de vida mais próximo daquele deixado para trás em Santo Antônio do Jacinto. Seu papel de filho primogênito foi exercido dentro da família, revelando seu compromisso em relação à sobrevivência de

seus irmãos. ZE faz parte de uma família camponesa cujos participantes estão ligados através da cooperação no trabalho e é através da intensificação desse trabalho, que eles obtêm a quantidade de produção necessária ao sustento da família.

A produção camponesa praticada pelo casal PE e ZE, em Santo Antônio de Jacinto-MG, caracterizava-se pelo baixo emprego de técnicas de cultivo. Logo, a produção ficava sujeita às condições naturais do terreno, podendo resultar num desequilíbrio entre a oferta de alimentos e as bocas para alimentar, gerando uma situação de necessidade da intensificação do trabalho, através do aumento de sua jornada e dos braços disponíveis para produzir.

ZE, impressionado com a paisagem agrícola de Igarapé, associou a beleza das hortas às condições naturais de fertilidade do solo. Seu desconhecimento advém de sua prática produtiva rudimentar, logo ao se deparar com um modelo de produção agrícola diferente do seu, não foi capaz de julgar corretamente as condições do solo. A aquisição dessa terra obrigou-lhe a uma mudança no manejo. Ele precisou incorporar o plantio de tubérculos (batata e mandioca) para recompor o solo, disso resultou o aumento de produção constatado por ele.

Os acontecimentos narrados ocorreram no início da década de 80, momento em que a economia do município dependia mais do capital obtido com os hortigranjeiros.

O estudo de Ferreira (2002), aponta que no Brasil, nesse mesmo período, ocorreu um crescimento de pesquisas que privilegiaram os temas referentes à agricultura capitalista, produção agrícola e a questão da terra. Trata-se de uma preocupação dos geógrafos em relação aos efeitos de um modelo de produção agrícola altamente concentrador de terras e capital, cuja prioridade é a produção em larga escala. Esse processo acarretou sérios problemas sócioambientais no campo e nas cidades como o aumento dos processos erosivos, a utilização inadequada de agrotóxico, a escassez de água e o aumento do êxodo rural.

O entrevistado Z.E relembra como era sua relação com o local, o atendimento feito pelo transporte coletivo, bem como a própria dinâmica do bairro que girava em torno do dia da Ceasa.

*Aqui não tinha conforto nenhum. Tudo tinha que ir em Igarapé. E linha de ônibus, só tinha três. O ônibus passava lá na Fazenda da Veterinária. passava apenas duas vezes por dia. Se você perdesse já era. Ia a Igarapé e voltava. Saía daqui eu e mais um de madrugada e pegava o caminhão lá no clube, perto da rodoviária, aquela entrada da pousada. Ia cedo e descia de tarde, mais de noite. Às vezes a gente ficava em Igarapé, quando de noite não tinha ônibus. Às vezes eu saía correndo. Gastava menos de uma hora. Hoje gasta por que*

*tem que ficar desviando dos carros. Muitas vezes saía daqui, quando não era dia de Ceasa, saía e voltava e num topava com nenhum carro. Num passava nenhum carro por você. Agora se fosse dia de Ceasa tinha caminhão.*

P.E acrescenta:

*Aqui foi muito bom pra nos viver. Tinha muita água. Hoje as águas tão secando muito. A gente buscava água lá embaixo na choupana. Buscava água na cabeça. Aqui era bom demais.*

É possível perceber que a família teve sua sobrevivência garantida por causa das condições locais existentes há três décadas (água, peixe e terra). Eram poucos os moradores do bairro e do seu entorno. A vida das pessoas girava em torno do trabalho nas hortas – preparar a terra, plantar e colher e do dia de abastecer os caminhões para a feira da Ceasa.

É Z.E que conta:

*A gente andava despreocupado. Podia andar pra lá e pra cá que não tinha nada. Dos moradores aqui eu sou o mais velho. Não tem 30 anos completo que moro aqui, porque antes fui para Belo Horizonte. Cheguei lá em 1978. Fiquei muito tempo sem luz. Agora qualquer canto que você chegava tinha serviço pra trabalhar nessas roças, de horta. Tinha muita verdura. O pessoal não ligava de a gente trazer. Plantava milho e feijão nessas roças. Eu trabalhava fichado na roça e nos dias de folga plantava minhas coisas. Quando tava encostado também fazia minha hortinha. Aproveitava um canteiro que eles tiravam e davam pra mim pra plantar feijão, mandioca. Ai no feriado, domingo aproveitava pra colher o feijão.*

As fazendas, provavelmente grandes propriedades, produziam grandes quantidades de hortifrutigranjeiros. As sobras de produção eram repassadas para seus funcionários, além disso, praticavam o pousio como forma de manejo. Enquanto a terra descansava, era permitido aos trabalhadores, nas horas livres, plantarem nessas áreas leguminosas e tubérculos. Dessa maneira, o fazendeiro tratava da terra sem pagar pelas horas de trabalho do funcionário. A compensação dada ao trabalhador era o acesso a terra e aos alimentos provenientes dela.

A principal diferença constatada nas entrevistas diz respeito aos momentos de mudanças vivenciadas por esses moradores em Igarapé. Os moradores mais antigos trabalhavam nas fazendas no cultivo de hortaliças. Eles lembravam como os córregos eram cheios de água e reclamavam da precariedade da infraestrutura e do transporte naquela época, década de 80.

Os moradores mais recentes, com menos de 5 anos no lote, trabalham como prestadores de serviços na região, assumindo funções de: pedreiros, faxineiras, caseiros,

vendedores etc. Eles trabalham em Igarapé<sup>79</sup>, São Joaquim de Bicas, Betim, Contagem, Belo Horizonte, enfim, na região da grande BH

O morador mais antigo entrevistado vivenciou um momento, década de 80, que a horticultura representava a principal fonte de renda dos trabalhos desenvolvidos em Igarapé. A produção destinava-se a RMBH.

Os moradores mais recentes experimentam um processo, de expansão das atividades urbanas de Igarapé, em especial dos serviços e comércios voltados para o público dos condomínios e residenciais. A mão-de-obra alfabetizada disponível no local tem sido alvo da competição entre agricultores, mineradoras e condomínios; sendo difícil para atividade agrícola competir com os salários oferecidos nas atividades urbanas citadas.

Esse processo de descentralização das fontes empregadoras e de diversificação econômica é resultante de um movimento em que cada vez mais o território assume múltiplos usos do solo em resposta as mudanças provocadas no trabalho pelo modo capitalista de produção.

### **6.3 Áreas de uso rural**

#### *Agricultores familiares*

Os agricultores familiares entrevistados atuam em diferentes ramos da agricultura: floricultura, horticultura e pecuária. Dentro do grupo de agricultores que trabalha com flores de corte temos dois japoneses, cujas propriedades estão localizadas nos bairros Boa Vista e Varginha, no município de Mateus Leme. No grupo referente às plantas ornamentais destaca dois brasileiros e dois japoneses, cujas propriedades estão localizadas no bairro Batatal, município de Igarapé.

A utilização das entrevistas neste estudo tem o intuito de analisar os aspectos referentes ao trabalho e à cultura que contribuem para manutenção do trabalho rural na zona urbana. Em virtude disto foram feitas comparações entre os diferentes agricultores, levando-se em conta:

- as suas histórias de vida, a fim de identificar os valores e relações familiares, bem como a existência de uma cultura transmitida de uma geração para outra;

---

<sup>79</sup> De acordo com as informações dos entrevistados muitas pessoas trabalham no comércio da cidade, nos condomínios fechados ou prestando serviços nos residenciais.

- às representações do lugar para entender as diferentes maneira de apropriação do solo;
- os motivos da escolha do tipo de trabalho, da organização dele, da produção e da venda para analisar a sustentabilidade da exploração a longo prazo;
- o nível de incorporação da técnica na produção e sua integração ao mercado;
- às relações com a comunidade para identificar a presença da cooperação, solidariedade, impessoalidade, entre outros aspectos;

Praticamente todos os agricultores familiares tiveram suas histórias construídas no meio rural, trabalhavam com seus pais, aprendendo por meio da prática - com a terra - formas de obter sua sobrevivência. Muitas vezes o valor do trabalho era transmitido de pai para filho. Os agricultores demonstraram em diversos momentos que os exemplos são dados pela família. É a família que educa e ensina trabalhar.

É agricultor Z.L que conta:

*(...) Papai mexia com café. Fui mexendo. Gostei. E graças ao meu pai me apertar no serviço, que hoje eu tenho o que tenho. É a força de trabalhar que eu tenho. Papai me deu todo apoio pra fazer o curso, apesar de na época não poder pagar. Lá na escola, às vezes eu fazia um plantio de feijão, milho, uma coisinha para eu arrecadar, porque ele não tinha condições de me dar dinheiro. Tudo isso eu fiz. Tô muito satisfeito!*

Nesse relato, o aprendizado do entrevistado foi construído a partir das condições materiais da sua existência, do trabalho com a terra e os cultivos de café que o direcionaram para as conquistas dos bens que hoje possui. Quando Z.L afirma que seu pai não tinha condições financeiras para lhe ajudar, deixa claro que a maior herança foi tê-lo ensinado a trabalhar, o que contribuiu para o sucesso de Z.L na vida. Essa ideia é reforçada no trecho “foi graças ao meu pai me apertar no serviço, que hoje eu tenho o que tenho”. A aplicação prática do que ele aprendeu está clara “Lá na escola, às vezes eu fazia um plantio de feijão, milho, uma coisinha para eu arrecadar”; desde cedo, o saber obtido durante sua vida em família lhe conferiu os ensinamentos que a todo o momento foram acionados frente as adversidades da vida.

Nem sempre o saber é obtido daquilo que os pais contam. Geralmente são experiências inerentes ao trabalho em família que ficam gravados na memória dos filhos. Os pais desses agricultores não têm o costume de contar as experiências de vida,

muitas vezes por se tratar de momentos difíceis. Isto é até um fato preocupante, porque muitas histórias e ensinamentos acabam morrendo com os mais velhos.

O segundo entrevistado CH, agricultor familiar, conta um pouco a trajetória da sua família durante o trabalho na propriedade.

*Começou do avô, passou pro pai e agora pra eu e meus irmão, nascido e criado nesse terreno. Antigamente cultivavam banana, mandioca... na época era mais troca. Não tinha dinheiro na época. Devia ser 1950 (começou aqui). Lembro que meu pai e meu tio mexiam com gado. O pai vendia horta, mexia com gado. Comprou caminhão pra fazer um fretinho pra Ceasa. Antes vendia pro mercado. Coisas da época do meu pai e avô eu quase num guardo. Eles não eram de comentar de um pro outro. Os pais nem gostam de comentar pra lembrar coisa difícil... O pai comprou a parte dos irmãos. Só sobrou meu pai e minha tia na roça, o resto está na cidade em Igarapé e Mateus Leme.*

As relações de produção da família de CH eram, no princípio, realizadas através de escambo, passando depois para aquisição de capital. Os alimentos selecionados (mandioca e banana) atendiam a subsistência da família. Os momentos de dificuldade na roça fizeram com que seu pai realizasse tanto trabalhos agrícolas quanto trabalhos não-agrícolas.

Com os agricultores familiares japoneses, alguns aspectos de sua cultura, também acabam sendo esquecidos, principalmente quando os filhos precisam se afastar dos pais para estudarem. Neste caso houve a tentativa paterna de manter pequenas tradições e a língua nipônica. A cultura para ser mantida tem que ser vivida no cotidiano do lar, bem como por meio do trabalho em família.

O agricultor familiar C.L afirma:

*Eles (pais do CL) conservam a tradição de umas coisas mais básicas, como por exemplo, dar bom dia em japonês. Até mesmo a gente perde o contato quando vai estudar. Quando eu era pequenininho conversava em japonês com meus pais. E depois que a gente foi pra escola, só visitava os pais no final de semana. Perdia o contato diário com os pais.*

A união do grupo é outro aspecto importante para discutir o trabalho familiar. Cada um tem seu papel definido na produção. Em caso de erros o ônus será assumido por todos, e não apenas por aquele que os cometeu.

O agricultor familiar C.H conta:

*A família toda trabalha junto. Cada um faz sua parte. Algum erro senta e conversa. Se um faz o erro, todos assumem. Ninguém deixa se virar sozinho.*

Na lógica do trabalho familiar há uma divisão das tarefas onde as funções estão distribuídas de acordo com a hierarquia presente no grupo. O trabalho exercido na propriedade de CH está distribuído da seguinte maneira: CH trabalha na flora, o irmão, com o gado e o trator, a mãe produz o queijo e o pai gerencia a produção.

Na agricultura metropolitana, quanto mais próxima estiver a exploração agrícola da metrópole, maior a probabilidade desta assumir um menor tamanho, pelo fato do valor da terra ser muito alto. Sendo assim, o agricultor para realizar investimentos precisa ter cautela, porque em caso de perdas na produção não tem como compensá-la com plantios em outras áreas.

O agricultor Z.L relata a seguir sua resposta a uma crítica feita por sua mulher ao fato dele não ter construído um escritório maior:

*Ò minha fia, eu comecei debaixo de um pé de limão. Com caixote de baixo do pé de limão. Eu cheguei no ponto de ter esse escritório aqui. Tá muito bom!*

ZL não vê a importância de ter um escritório maior, pois na sua visão cautelosa, o mesmo só deve ser ampliado se houver necessidade. O pensamento de Z.L traz resquícios de uma cultura camponesa, de um ajustamento do trabalho em termos mínimos à manutenção daquilo que já existe: a sua produção.

Quando os agricultores familiares foram questionados sobre a manutenção da atividade pelos seus filhos e netos, as opiniões ficaram divididas. Um casal de agricultor familiar (descendente de japoneses) bem sucedido no ramo da floricultura afirmou que não gostaria que seus filhos ou netos continuassem com a atividade.

O agricultor explicou que o fato de suas filhas serem meninas, seria melhor elas estudarem e trabalharem na cidade. O trabalho na roça é visto como um trabalho “bruto”. Quando perguntado o porquê optou pelo trabalho na roça, o mesmo respondeu: *na cidade ia demorar eu ter a renda que tenho hoje.* Ele na verdade herdou a flora do pai. Talvez isso tenha colaborado para sua decisão, pois não teria que começar a exploração da estaca zero.

A visão dos pais sobre a continuidade do trabalho rural por seus filhos nem sempre está atrelada à renda obtida na produção. O interesse paterno está assentado nas representações sociais que possuem do tipo de trabalho que exercem. Outro aspecto é a relação do trabalho rural com o gênero, uma vez que as mulheres não são aceitas por seus pais comandando uma propriedade.

A agricultora familiar D.I mostra-se desmotivada em relação à continuidade da atividade pelos netos porque há um choque cultural em relação à forma que essas diferentes gerações aproveitam o tempo por meio de seu trabalho.

A entrevistada D.I conta:

*Eles não gostam de roça, né!! Meu filho tá aí... mas sei lá! ... Quando é pequenininho... ah, Vó! Vou ficar na roça! Vou ajudar você! Tereré tereré ... aí fica grande, moça igual minha neta, quando vem nem para mexer uma panela, mexe uma roça. Só fica no diabo do computador. Mais nada! Deus me livre! me põe eu doida com aquilo, sabe?!*

A.Z, um morador da cidade de Igarapé, deu um depoimento explicando o pensamento dos pais, que vivem no meio rural deste município, em relação ao trabalho na roça<sup>80</sup>.

*A própria família está levando a criança para fora daqui. A ideia de que eu agricultor trabalhei de sol a sol para me manter... mas para meu filho eu não quero isso para ele. Eu quero que ele seja um médico, advogado ou engenheiro. Isso é - de repente - até um dado preocupante, porque: o que será dessas propriedades daqui a uns vinte anos? Essas pessoas vão querer ficar nos consultórios, escritórios e não comandando uma propriedade rural. E Igarapé até é uma cidade com pequenas propriedades. O latifúndio não prevaleceu em Igarapé. Aqui as maiores propriedades do município são duas. E tem propriedades com 300 hectares, mas que tem, por exemplo, dez herdeiros.*

O desestímulo dos pais na manutenção do trabalho agrícola pelos filhos está ligado ao *status* social que os trabalhos urbanos têm em relação ao rural. Parece que a atividade agrícola carrega o estigma de que “mesmo próspero, o meio rural faz parte dos fracos” Wanderley (2000).

Nas histórias de vida dos agricultores familiares puderam ser percebidos alguns traços comuns:

- As experiências de vida deles no passado estão ligadas ao trabalho com a família no meio rural;
- Possuem uma lógica do trabalho familiar transmitida ao longo das gerações, a qual tem auxiliado na tomada de decisões frente aos rumos da produção;
- São oriundos de famílias camponesas, geralmente ligadas à horticultura e pecuária.
- O respeito pela figura paterna na tomada das decisões sobre o destino da produção;

---

<sup>80</sup> O relato de A.Z foi obtido em novembro de 2003, já os demais foram em outubro de 2008.



- Os pais muitas vezes não contam suas histórias de vida para os filhos por considerá-las “um tempo difícil.”
- As experiências de trabalho fizeram com que tivessem cautela na hora de fazer um investimento, aguardando o momento e o tempo certos.

As explorações familiares apresentam-se bem diversas quanto ao tipo de produto produzido (flores, plantas, hortaliças e leite), mesmo assim podem ser comparadas a partir de algumas variáveis comuns:

- a existência de um certo modo de vida;
- a presença de um determinado sistema de valores e de representações;
- o grau de integração à economia de mercado
- a relação com a sociedade de consumo.

O objetivo desta dissertação é discutir através dessas entrevistas:

- o apego da família a seus valores tradicionais;
- o nível familiar nos comportamentos dessas explorações;
- o grau de dependência em relação ao mercado e a tecnologia;
- o projeto da família quanto à sua produção presente e/ou futura.

As explorações familiares dos entrevistados possuem características relacionadas ao trabalho e aos valores familiares que não permitem seu enquadramento em um modelo rígido de produção. O que se tem são aproximações dos modelos definidos por Lamarche (1998, p.68) como: empresa, empresa familiar, agricultura familiar moderna e agricultura camponesa ou de subsistência.

A adoção desses modelos na discussão aqui apresentada, não tem o intuito de considerar que cada exploração será enquadrada em um ou outro modelo, mas sim de que suas lógicas produtivas lhe aproximam destes. A cultura desses entrevistados, as parcerias estabelecidas em torno do seu trabalho, bem como seus objetivos, fazem com que possam participar de um ou mais modelos dependendo da variável considerada mais importante: tipo de trabalho predominante na exploração ou seu objetivo para produção?

Cada modelo de produção apresenta um tipo de trabalho com objetivos específicos. Na agricultura camponesa o trabalho é desempenhado pela família no sentido de garantir sua sobrevivência. Na agricultura familiar o trabalho também é executado pelos membros da família, mas para reprodução de sua qualidade de vida e

de sua exploração. Quando esta produção se aproxima do modelo empresa, passa a incorporar com mais frequência o trabalho contratado ou permanente. No modelo empresa a base do trabalho é assalariado para obtenção de um ganho máximo de produção e lucro.

Nas entrevistas a terra foi percebida como patrimônio da família, independentemente dos seus modelos de produção. Lamarche (1998) considera que a terra assume variadas representações para os agricultores familiares dependendo dos modelos de produção em que estão inseridos. O referido autor também admite que modelos absolutos não existam, o que se tem são aproximações. As explorações familiares que se aproximariam do modelo empresa teriam uma visão que se afastaria da terra como um patrimônio da família, percebendo-a como uma ferramenta de trabalho e um objeto de especulação.

A agricultora familiar e empreendedora DI, do ramo da floricultura, descendente de japoneses menciona a seguir seu objetivo com a terra. Oferece elementos que justificam a importância do equilíbrio entre trabalho social e natureza. Cabe destacar que sua lógica produtiva em relação aos objetivos da produção, venda em larga escala, não contribuíram para uma visão da terra enquanto mercadoria. Sua cultura fez com que pensasse a terra como um patrimônio.

*Se eu pudesse comprava o lado prensado com meu. Eles não querem vender. Eu queria fazer uma reserva lá em cima... tem muita variedade de fruta pros passarinho(na propriedade). Em todo lugar tem banana pendurada pros macaquinho. Quando a gente não dá, eles vêm aqui dentro. Pena que não dá pra cuidar, igual o pessoal da cidade faz. A gente quer fazer pra bunitiza, mas a gente não dá conta.*

No trecho “*Pena que não dá pra cuidar*”, o verbo *cuidar* dá o sentido de zelo e pertencimento, capricho, enfeite, quando acrescenta “*Igual o pessoal da cidade faz*”. DI associa a ideia de *bunitiza* às chácaras de lazer do pessoal da cidade, uma arrumação para bunitiza dos elementos árvores, jardins, flores, construções entre outros, que sua propriedade não possui. DI justifica *mas a gente não dá conta...* isto significa que a prioridade na sua propriedade não é a *bunitiza*, mas o trabalho.

De maneira geral os agricultores entrevistados não se mostraram interessados em adquirir terra, exceto a entrevistada anteriormente citada.

A adoção da lógica empresarial não se reflete diretamente no desapego a terra, no seu tratamento, enquanto mercadoria para atender apenas aos objetivos do

capital; A cultura japonesa da proprietária é mediadora na relação que ela estabelece com a natureza.

Em outro momento da entrevista D.I, menciona seus valores tradicionais, confirmando a ideia de que nem sempre o objetivo da propriedade é a produção, mas sim a preservação de certos valores inerentes a terra. D.I explica que seu filho R.E não a compreende, pois o terreno é pequeno e ela “*dana*” a plantar árvore. A mata ciliar do córrego, que abastece a propriedade, muitas de suas árvores foram plantadas por D.I, que também possui um criatório de peixes com pacu e piau.

Quando indagada o que faz com esses peixes. D.I explica:

*Eu não como não! É só pra “buniteza”! Vem ladrão e leva tudo meus peixes. Agora tem uns 30 peixes grandes de uns 15 a 14 quilos.*

O depoimento de D.I vem confirmar que muitas vezes são os valores culturais do proprietário que criam as singularidades que diferenciam uma propriedade rural das demais. Cândido (1998) lembra que o modo de produção não retrata apenas como ocorre à reprodução da existência física dos indivíduos, mas uma determinada maneira de manifestarem sua vida e o viver deles. Neste caso a propriedade manifesta a forma japonesa de D.I viver; uma sustentabilidade ambiental assegurada pelos valores culturais dela, embora a proximidade de sua produção à metrópole contribua para o aumento da insegurança no local.

O equilíbrio entre meios e relações de produção é fundamental para que continue o trabalho rural. Sendo assim é importante que a exploração agrícola seja sustentável econômico e socialmente, proporcionando a necessidade de práticas de manejos adequadas, dos produtos de qualidades, dos cultivos diversificados. De aproveitar a proximidade da produção junto ao mercado consumidor e de intermediários para a comercialização dos produtos, obtendo assim um melhor preço.

O agricultor familiar Z.L, brasileiro, que trabalha com plantas ornamentais explica o porquê de não diversificar seus pontos de venda, assim como fazem os empreendedores RE e DI, que comercializam na feira de flores de Belo Horizonte.

*É preferível ter a flora aqui e vender e entrar em contato com os fregueses que expor. Aí ele fala: põe empregado, aí ele “dá o cano” na gente também. Tem que tá pagando vários empregados... dá despesa! Aqui você tem o controle tudo da sua produção. Se uma planta não saiu bem a gente já sabe! Vai mantendo o controle.*

O empreendedor Z.L utiliza apenas o trabalho contratado. Contudo isso não significa que o seu raciocínio não se aproxime da lógica de produção familiar, visto que seu objetivo não é expandir para alcançar um lucro máximo; até porque isso geraria mais gastos com a contratação de trabalhadores. Z.L considera que a expansão está atrelada à sua própria capacidade de gerenciamento, assim como pensam os agricultores familiares. Z.L considera que a família deva gerenciar de perto a produção, estando com os trabalhadores no dia-a-dia, colocando a mão na terra. Um grande desejo de ZL era que sua filha assumisse juntamente com ele a produção.

O exemplo a seguir evidencia a lógica empresarial, opondo-se a produção de Z.L na obtenção de um lucro máximo na produção e de como esta se faz dependente do seu mercado consumidor.

O objetivo do empreendedor japonês R.E é alcançar um lucro máximo. A partir dessa ideia explica como seus parceiros, agricultores familiares, estão fazendo para atender as demandas do seu mercado consumidor, ofertando flores de qualidade.

*Eles (família do agricultor japonês C.L) tão correndo atrás de variedade de flores (rosas) que tem produtividade, rusticidade pra aguentar temperaturas e doenças e durabilidade. Então eles procuram essas qualidades e aceitação. Não adianta ter uma coisa super boa e o mercado não consumir. Não consumir por fatores de não ter beleza, de não ter durabilidade e de ser um preço muito caro, mas às vezes o mercado não aceita por causa de cor, durabilidade e vários outros fatores. Você tem que tentar ver o que o consumidor te dá de retorno e passar pra ele. É claro que tem certas variedades que substituímos e o mercado consumia bem: flores extremamente sensíveis à temperatura. Aí que nós fizemos, procuramos uma variedade, substituímos e tivemos que quase que impor essa situação. Explicar pro cliente:-você quer ter o fornecimento de uma mercadoria com regularidade porque a outra mercadoria similar a essa, chega na época do frio, ela não produz pelo menos na nossa região, aí nós impusemos essa situação aí conseguimos mudar esse consumo.*

R.E está muito integrado ao mercado “*Você tem que tentar ver o que o consumidor te dá de retorno e passar pra ele*”. Reconhece as demandas do mercado e procura inclusive revertê-las, convencendo os clientes a consumirem *uma mercadoria com regularidade* – um tipo de flor menos sensível ao inverno. Quando se amplia à escala de produção, menores às possibilidades de diversificação dos produtos, prevalecendo àqueles mais resistentes aos fenômenos da natureza. A incorporação desse empreendimento aos moldes de produção capitalista lhe tornou mais dependente dos recursos tecnológicos, como por exemplo, sementes transgênicas produzidas pela

Holambra<sup>81</sup>. O modo de produção de R.E se aproxima do modelo empresa, à medida que especializa a oferta de flores e adota a compra de sementes transgênicas da Holambra.

O agricultor familiar CL, japonês, explica a dificuldade de adaptar a matéria viva, a rosa, às condições do mercado consumidor. Nas datas comemorativas, há aumento da demanda, uma vez que existe um tempo para crescimento da planta que não corresponde ao tempo imposto pelo capital.

C.L conta:

*A produção é maior em datas especiais como dia dos namorados é o mais complicado do ano, porque o dia das mães antecede essa data. Você tem que fazer a poda pra rosa sair no dia das mães, nesse intervalo não tem como fazer a poda pra sair no dia dos namorados. Então o que consegue é armazenar pra sair na data, por exemplo, a rosa que colheu hoje guardar ela pra semana que vem.*

O controle do processo de crescimento das flores envolve a incorporação uma condição artificial: uso de lâmpadas nos canteiros de flores à noite, a fim de manter o processo de fotossíntese da planta, acelerando o processo citado de crescimento, mas retardando a abertura dos botões de flor.

A agricultora D.I explica seus métodos de trabalho a fim de obter os resultados esperados:

*(...)Por exemplo ,pro dia das Mães a gente corta as lâmpadas. A gente coloca tudo arrumadinho tudo certinho pro dia de sair a flor a gente já conta uma semana antes pro dia das mães. Aí tem vezes que por causa da temperatura assim, ela vai atrasar ai a gente quer que ela adiante e coloca esse produto nos botões aí é “batata”: abre mesmo! Tem vezes que pra atrasar ou pra adiantar a lâmpada, também, a gente põe lâmpada desde as 19:00 até as 4 da manhã, ou então corta essas lâmpadas também quando quer que a flor abra mais rápido. Corta ela uma semana antes, mas o pé fica mais baixo. Já não dá na altura que a gente quer. Mas quando é pra funerária a gente corta a lâmpada rápido pra dar flor rápido. Agora pra loja tem que esperar pra dar altura.*

O modo de produção de D.I procura atender a necessidade do seu mercado consumidor. Para isto, ela cria uma artificialização do ambiente para efeito de controle do tamanho da haste da flor. Uma parcela dos consumidores e das lojas precisa de flores com a haste longa para ornamentação dos vasos, já para as funerárias esta não é uma

---

<sup>81</sup> Holambra é um município do interior de São Paulo, cuja população é constituída por descendentes de holandeses. Destacam-se no ramo de produção de plantas ornamentais e flores. Criaram uma cooperativa que oferece assistência a diversos produtores do Brasil, trabalhando inclusive com a manipulação de sementes transgênicas.

característica importante da flor, pois seu uso fica restrito a coroas de flores, ou outros arranjos que não são de vaso. Essa mudança das condições do ambiente da flor é que permitiu que o tempo de desenvolvimento da flor se aproximasse do tempo imposto pelo capital.

A importância do tamanho da haste da flor não se limita a esses dois tipos de mercado consumidor. A agricultora familiar D.I confecciona arranjos na feira de flores de Belo Horizonte, logo ela utiliza flores de diferentes tamanhos de haste. D.I é uma trabalhadora pluriativa, desempenha tanto atividades ligadas à agricultura quanto ao comércio. Seus arranjos de crisântemos possuem um estilo próprio, uma seleção de cores, que remete a um saber-fazer da cultura japonesa, portanto os tornam especiais em meio a outros arranjos vendidos na feira.



**Figura 16** - Trabalho com flores. Feira de Flores de Belo Horizonte-MG

Foto da autora: abr.2008

D.I também confecciona arranjos de flores Ikebana, típicos da cultura japonesa, que são feitos com flores, folhas, galhos, frutos e plantas secas. D.I explicou que dependendo da disposição dos elementos no arranjo e dos seus tipos de flores, uma determinada mensagem está sendo transmitida a pessoa que irá recebê-lo. Trata-se de um saber-fazer da cultura japonesa que D.I tem utilizado para vender suas flores. No modo de produção capitalista o saber-fazer tem sido incorporado na produção para tornar os produtos mais valorizados em relação à oferta disponível no mercado.

O agricultor familiar C.H, brasileiro, produtor de plantas ornamentais, explica como se dá o encadeamento dos trabalhos necessários até chegar sua produção,

a interdependência dos trabalhos torna sua produção vulnerável à crise, uma vez que seu produto pode ser considerado *supérfluo* em relação aos alimentos.

O agricultor familiar C.H que afirma:

*Isso é uma cadeia, se o da frente parou o resto para. Essa crise mundial afetou meu produto considerando-o supérfluo em relação aos outros, como os alimentos. As grandes construtoras realizaram contratos com pessoal de fora, tudo no valor do dólar. Como o dólar subiu, tiveram que parar com um tanto de obra. Eles parando, os arquiteto para, os paisagistas também e isso reflete na gente, pois acaba que vendemos menos plantas.*

C.H define a rede de distribuição do seu produto a partir de uma lógica em cadeia, em que existe uma interdependência dos trabalhos. Mostra-se muito integrado e consciente dos trabalhos de seus distribuidores, sendo capaz de identificar a causa do declínio das vendas a partir de um fator externo a sua produção (a crise mundial e o aumento do dólar). A exploração rural de C.H aproxima-se do modelo empresa familiar, em função da família participar diretamente da produção em parceria com trabalhadores contratados. E aproxima-se do modelo empresa em função da dependência em relação ao mercado.

O empreendedor japonês R.E conta a seguir como percebe sua produção no contexto nacional. O mercado de flores de São Paulo (ex: Holambra e CEAGESP) aparece no seu discurso ligado às ideias de qualidade dos produtos e competitividade no ramo. Considera essas empresas referência no Brasil como centro de distribuição para outros locais que produzem flores<sup>82</sup>.

R.E avaliou que o mercado de flores mineiro ainda está se desenvolvendo tendo como parâmetro estado de São Paulo. Segundo ele sua produção de flores está organizada para abastecer um mercado consumidor menos exigente, comparado com aquele atendido pela Holambra e CEAGESP no estado paulista.

O entrevistado compreende o funcionamento do seu ramo, as exigências do seu mercado consumidor, bem como em que circuito da economia está inserido, neste caso de abrangência estadual.

Os investimentos na produção da agricultura metropolitana devem acompanhar o tamanho do seu mercado consumidor. A lógica que move as escolhas de R.E em relação à produção é definida a partir das demandas locais (Belo Horizonte) e do contexto global (mercado nacional), tendo como referência o estado de São Paulo. Portanto, as interações entre o local e o global manifestam-se na agricultura

---

<sup>82</sup> A CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - mantém a maior rede pública de armazéns de São Paulo e um complexo atacadista, que asseguram o abastecimento de grande parte do Estado. Nesses armazéns acontecem os varejões e feira de flores.

metropolitana com relação à definição dos investimentos e a inserção da produção no circuito econômico.

A organização da atividade das flores de corte, na propriedade de R.E, visa um lucro máximo, mas as condições ambientais acabam redefinindo a postura de R.E em relação ao futuro do empreendimento. Os custos com adubos e insumos químicos associados a outros problemas de caráter ambiental dificultam a continuidade desse volume de produção por área.

Como explica o empreendedor japonês R.E:

*Num belo dia nos vimos que estávamos trabalhando, trabalhando até então tava indo muito bem, mas daí a pouco começamos a trabalhar no vermelho. Alguma coisa tava errada!*

*[...] Começamos a ver que estávamos gastando muito dinheiro com recuperação de solos. Ai nós demos uma retraída. Nós plantávamos quatro estufas e colhia três. A primeira ficava mais ou menos, a segunda, terceira e quarta também. No final você perdia uma estufa. Não saía flor de qualidade, morria. Vamos parar com essa correria desenfreada de querer manter um padrão de produção. Vamos dar um passo atrás e tentar dar dois pra frente. Diminuímos a produção. Isso acarretou um ganho no final do mês, um ganho não, menos gastos com recuperação de solos. Assim, você acaba tendo dinheiro em caixa.*

À medida que a produção é feita em larga escala, os solos são intensamente utilizados, a terra é adubada várias vezes para repor macro e micro nutrientes para planta. Sendo assim, o solo passa a não responder a produtividade do trabalho, sendo necessário recuar a produção como atesta o relato *Vamos dar um passo atrás e tentar dar dois pra frente. R.E reconhece que o emprego de mais trabalho, em solos “cansados,” não traz lucro, apenas mais gastos; não sendo prudente manter a escala de produção.*

Moraes (1999) explica porque acontece esse declínio:

*A renda obtida com a exploração da terra pode declinar, não compensando sua exploração, pois para obtenção do lucro é preciso um alto investimento de capital para contrabalancear a redução da fertilidade dos solos em exploração. (MORAES 1999, p.117)*

Os solos de exploração ficam mais suscetíveis às pragas como o fungo. Como se trata de uma agricultura metropolitana, o tamanho do terreno acaba sendo um fator limitante na expansão da produção. Mas ao mesmo tempo condiciona o empreendedor a reavaliar a forma de manejo do solo, a fim de manter a fertilidade, mesmo tendo que reduzir a escala de produção.



O surgimento de pragas e doenças nas culturas está relacionado com as condições de manejo do solo. A adição de adubos químicos sintéticos provoca um desequilíbrio no metabolismo vegetal, pois a planta absorve de forma desbalanceada os nutrientes. Sendo assim, este desequilíbrio reduz a imunidade da planta, favorecendo o ataque de organismos que causam danos às culturas.

Dependendo da quantidade de insumos químicos para cada m<sup>2</sup>, isso gerará um custo que inviabiliza a produção, pois a terra enquanto recurso natural tem um tempo de recuperação que não obedece ao tempo do capital. Atualmente R.E e D.I estão praticando a rotação de terras e utilizando feijão em alguns canteiros que estão em pousio.

Existe uma interação que tende a manter o ecossistema em equilíbrio, portanto à medida que esse ecossistema é simplificado, através do plantio de flores, mais instável ele se torna, já que a diversidade mantém a complexidade e resistência do mesmo.

A adoção de uma diversidade de cultivos na propriedade é uma forma de minimizar a simplificação das condições ambientais, impostas por uma produção em larga escala. Na propriedade dos pais de CL, japoneses, foi possível presenciar uma integração da produção em termos de sustentabilidade. A propriedade produz cachaça, cultiva cana e rosas.

Existe um encadeamento dos resíduos na produção. De modo que a água, um recurso em disputa na região, possa ser usada de forma mais racional. O plantio da cana tem uma dupla finalidade na propriedade: tanto abastece o alambique para produção da cachaça, como serve de cobertura para o solo. Esta forração permite que o consumo de água seja mais baixo na propriedade, pois o bagaço da cana retém a umidade do solo. Esta utilização pode ser vista de qualquer ponto da propriedade nos cultivos das rosas, no pé das árvores frutíferas e das plantas ornamentais.



**Figura 17** - O bagaço de cana como cobertura do solo, Mateus Leme-MG.

Foto da autora: jun. 2008

O vinhoto da cana, resíduo da produção cachaça, também é incorporado ao solo. Antes este resíduo era jogado na água. A família percebendo o problema que isto estava causando, procurou o auxílio técnico da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais). A partir das orientações dadas, passaram a usar o vinhoto como adubo no próprio solo onde era plantada a cana.



**Figura 18**- O vinhoto como adubo na área de plantio de cana, Mateus Leme-MG  
.Foto da autora: jun.2008

O pai de C.L, japonês hoje com 70 anos, disse que chegou ao Brasil quando tinha 20 anos, por intermédio da cooperativa Cotia, que no Japão estava recrutando jovens para trabalharem em São Paulo. Na década de 80 esta cooperativa acabou sendo extinta, por causa da crise inflacionária vivida no Brasil. O pai de CL morou um tempo em São Paulo, no Paraná, mas acabou fixando residência em Mateus Leme-MG, local considerado bom por ele devido ao seu clima agradável. Quando S.Y, pai de C.L, veio morar em Mateus Leme ainda não sabia plantar rosa. Aprendeu com um amigo japonês do município de Rio Manso tal serviço. SY produz flores há trinta anos. Estando atualmente aposentado, S.Y passou a propriedade para o comando do filho mais velho.

*O filho mais velho é o herdeiro. Os viajantes falam daquele ar de responsabilidade que o filho mais velho adquire tão cedo no Japão. Ele compartilha em alto grau com as prerrogativas. Antigamente seu irmão mais jovem com o tempo se tornaria inevitavelmente dependente dele. Hoje em dia, especialmente em cidades pequenas e aldeias, é ele quem fica em casa segundo o costume arraigado, enquanto seus irmãos mais jovens poderão talvez progredir, obtendo melhor educação e melhor salário. Mas os velhos hábitos de hierarquia são fortes. (BENEDICT, 2007, p.50)*

Os negócios começaram a declinar pela falta de controle do seu filho mais velho. Mediante a esta situação, a família resolveu dividir as responsabilidades entre os irmãos ficando cada um responsável por seu empreendimento na propriedade. O filho mais velho com a produção de cachaça e o mais novo com o plantio de rosas. Na cultura japonesa apenas o filho mais velho é considerado herdeiro dos bens do pai. O risco de a família perder o patrimônio que há anos vêm sendo construído fez com que o pai S.Y reavaliasse seus valores aceitando a ajuda do filho mais novo no comando da propriedade.

A cooperação entre a comunidade japonesa e esta família, também se fez presente na comercialização das rosas, uma vez que chegam a vendê-las para Brasília, por intermédio de amigos japoneses. Uma forma de manterem um produto diferenciado no mercado, também se dá através das trocas de experiências com amigos japoneses em São Paulo. Desta maneira incorporam gradativamente as tendências do mercado ditadas pelo comércio de flores de São Paulo.

Essa produção se aproxima do modelo empresa familiar em termos de utilizar o trabalho da família associado ao trabalho assalariado. A lógica de produção é familiar, pois as decisões do futuro da exploração são tomadas levando em consideração o bem estar da família, de sua qualidade de vida, a terra é compartilhada entre os

irmãos, mas cada um tem um rendimento decorrente da atividade que está sob sua responsabilidade.

A produção de cachaça começou antes do cultivo de rosas nesta propriedade. Foi o pai S.Y que introduziu a atividade ensinando posteriormente para seu filho R.B. Este saber-fazer passado de pai para filho faz com que a cachaça do japonês tenha um padrão de qualidade que a destaca das outras, uma vez que é produzida em pequena escala e de maneira que parte do processo ainda é artesanal. R.B de forma semelhante a D.I tem utilizado seu saber-fazer para uma inserção diferenciada no mercado, por enquanto de curto alcance, por não ter uma certificação que garanta a qualidade do produto para a venda no grande mercado.

Com relação ao trabalho dos agricultores familiares algumas semelhanças também surgiram:

- As condições naturais (água, solo, clima, topografia) foram consideradas importantes na escolha da terra para o trabalho.
- A aproximação da produção agrícola aos modelos camponês, familiar e empresa não significou, no caso dos empreendimentos, o desapego a terra e ao trabalho rural; são os pequenos empreendimentos que se aproximam do modelo familiar, não visando a um lucro máximo, mas a adequação a capacidade de trabalho da família.
- O trabalho familiar, no ramo da floricultura, tem acontecido associado à contratação de trabalhadores fixos e temporários.
- Todos os agricultores familiares ou empreendedores do ramo da floricultura estão muito integrados ao mercado em relação à venda dos produtos, bem como atentos as demandas do mercado consumidor.
- A maior parte da produção destina-se a Região Metropolitana de Belo Horizonte, todavia não se restringindo a esta região, mas também Divinópolis, João Monlevade, Teófilo Otoni, Ipatinga, entre outros municípios. No caso das rosas, chegam a ser vendidas em Brasília.
- A pluriatividade do trabalho se manifesta no decorrer da vida deles como uma forma de adaptação as dificuldades vivenciadas na agricultura e que são impostas pelo modo de produção capitalista.
- Acreditam que seu trabalho na agricultura é menos valorizado nas prioridades políticas do governo, principalmente quando comparado ao trabalho da mineradora.

- A expansão da produção, independente do modelo familiar ou empresarial, tende está condicionada a capacidade da família ou do empreendedor de gerenciar do plantio até a venda do produto. A contratação de funcionários é pensada como último recurso.

Lamarche (1998a, p.20-22) discute que de acordo com o grau de integração das explorações familiares ao mercado teremos uma escala com dois extremos. O modelo original num extremo e no outro modelo ideal. À medida que a tomada de decisões da família em relação ao futuro da exploração se dá, sobretudo, centrada na memória e na tradição, incorporando muito pouco as tendências do mercado aproxima-se do modelo original. Contudo, quando as decisões se voltam para priorizar a conquista de bens de consumo e a inserção da produção no mercado, aproximam-se do modelo ideal.

[...] quanto mais à exploração estiver próxima a modelos extremos, menos ela poderá acomodar as restrições que se apresentam no âmbito da sociedade, sendo difícil assegurar sua reprodução. (LAMARCHE, 1998<sup>a</sup>, p.21)

As produções familiares dos agricultores entrevistados revelaram que, de fato, à medida que se aproximam de modelos extremos, perdem gradativamente a sustentabilidade socioambiental, sendo necessário redirecionarem seus objetivos com relação ao futuro da produção. Estas explorações têm se mantido em terras de especulação em virtude de não se encaixarem em modelos rígidos de produção, pois a cultura dos agricultores familiares não rompeu por completo com os valores e os saberes tradicionais, constituindo-se, a cultura, como uma força produtiva que tem conduzido a decisões sobre o rumo das explorações, bem como favorecendo uma inserção diferenciada dos seus produtos no mercado, por meio de um saber-fazer local.

Tanto a lógica familiar de trabalho quanto a visão da terra como patrimônio tem prevalecido independentemente do tipo de modelo de exploração. A capacidade de gerenciamento do trabalho desde o plantio até a venda tem sido um fator determinante nas decisões de expansão da produção. Além disso, a terra percebida como patrimônio da família, tem contribuído, com práticas mais racionais de preservação dos recursos naturais locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A evolução do homem se faz no caminho do saber*

*(Paulo Carvalho Fragoso)*

A descentralização da indústria de Belo Horizonte na década de 70 atendeu a necessidade do modo de produção capitalista. O Estado assumiu juntamente com os capitais privados o papel de providenciar as obras de engenharia, o meio técnico-científico necessário para a expansão das atividades econômicas e, com isto, a metrópole de Belo Horizonte tornou-se concentradora dos meios de produção o que repercutiu numa valorização crescente do solo, fazendo com que muitos trabalhadores fixassem residência em locais mais distantes da metrópole. Os municípios de Igarapé e Mateus Leme, nos últimos trinta anos, apresentaram um crescimento de sua população urbana, seguindo a tendência nacional.

Desde a década de 80, a população de baixa renda tem migrado para esses municípios em decorrência da valorização da terra na capital mineira. Estas pessoas buscavam terrenos mais baratos para fixar residência.

Na década de 90, esses deslocamentos envolvendo a população da RMBH intensificaram-se nos referidos municípios. Uma população com melhores condições de renda comprou chácaras em Mateus Leme e Igarapé com o objetivo de nos finais de semana fugir do barulho e da poluição presentes na metrópole. Este crescimento populacional no território de estudo tem levado a um aumento crescente do consumo de água nos referidos municípios, e de iniciativas institucionais/estamentais de controle/educação no uso da água. A chegada de novos moradores nos chacreamentos tem alterado o trabalho de um segmento social tradicional neste local, o agricultor familiar.

Os agricultores familiares têm reduzido em alguns casos o plantio de hortaliças por falta de água para irrigação, na época da seca. À medida que as ocupações urbanas crescem, mais contribuem para escassez de água, juntamente com os agricultores que praticam métodos de irrigação inadequados (irrigação por declividade). Esses fatores podem inviabilizar a continuidade da produção agrícola em Igarapé e Mateus Leme pelas gerações futuras, caso não sejam tomadas medidas eficazes de proteção das matas, dos córregos e da Serra de Itatiaiuçu.

As ações institucionais/estamentais se fazem presente na área de estudo. Mais da metade do município de Igarapé, porção oeste, faz parte da Área de Proteção Ambiental. Alguns relatos apontaram que não existia um controle adequado da área da

reserva até a segunda metade da década de 80 e que o Condomínio Solar, muito conhecido na região, surgiu “colado” com a cerca da COPASA. Atualmente as ações institucionais/estamentais têm sido mais presentes na sub-bacia Estiva em decorrência dos impactos que a Represa Serra Azul já vem sofrendo em relação aos aportes de sedimentos oriundos das Sub-bacias. A expansão urbana desordenada agravou este quadro, tornando-o num motivo de grande preocupação para as políticas públicas do município de Igarapé.

O plano diretor, enquanto um projeto de ação da prefeitura de Igarapé no território, procura responder ao problema da escassez de água por meio da contenção do adensamento populacional, utilizando para isso o macrozoneamento municipal (um dos itens do plano diretor) como instrumento definidor dos usos do solo para as áreas do município.

A zona urbana, que é denominada de Chacreamento no plano diretor de Igarapé, corresponde muitas vezes ao uso rural como foi verificado no trabalho de campo. Várias propriedades de horticultura e plantas ornamentais puderam ser encontradas ao longo das margens do córrego Batatal situado na zona de Chacreamento. O plano diretor deixa de considerar estes agricultores familiares como parte da população rural e todos os estudos propostos que se baseiam nesta delimitação de zona rural e urbana, acabam por não considerá-los como agricultores familiares e sim população urbana. É como se o agricultor familiar não existisse para a sociedade nos seus planos oficiais, uma vez que o critério de delimitação da zona rural baseou-se no tamanho da propriedade em módulos rurais e não somente no efetivo uso que se faz dela.

Os agricultores familiares, cujas propriedades estão localizadas na sub-bacia Estiva, vivenciam a especulação da terra de maneira mais intensa devido às singularidades deste território: paisagem serrana, solos férteis e relevos mais planos. Estes agricultores estão muito integrados ao mercado, tanto os japoneses quanto os brasileiros, abastecendo a RMBH com hortaliças e plantas. Nas explorações destinadas às plantas ornamentais há uma integração que vai além do mercado da RMBH, comercializando com municípios de Teófilo Otoni, Ipatinga, João Monlevade, Divinópolis e outros.

São explorações que seguem uma lógica familiar em torno da organização do trabalho, mas que se aproximam do modelo empresa, com a incorporação da mão de obra assalariada e dos objetivos da produção: ampliar o mercado consumidor. Estas explorações contribuem com o município gerando empregos e capitais. Contudo, o

plano diretor de Igarapé propõe que estas áreas de uso rural, a longo prazo, sejam convertidas ao uso urbano, pois tratam de usos não conformes para a zona em questão. Para resolver este problema, o plano diretor sugere uma parceria entre prefeitura de Igarapé e o INCRA e que este processo seja realizado gradativamente. Pensando deste modo, a Prefeitura acaba indo contra a idéia de conter o adensamento populacional no território da APA.

Como promover uma conversão de usos de agrícolas para não-agrícola sem que isso não represente o crescimento populacional na APA?

Outra contradição do plano diretor diz respeito ao objetivo de como preservar as atividades do meio rural no município, sobretudo com relação à produção de hortigranjeiros, visando o desenvolvimento econômico e a prática do turismo com ênfase ecológica rural.

A zona rural definida no município pelo plano diretor não obedeceu a critérios racionais inerentes as condições ambientais pensadas em termos de sub-bacia. A zona localizada ao norte do município destinada ao uso rural pelo plano diretor corresponde as sub-bacias Currallinho e Dourados que não apresenta condições favoráveis por causa do solo e da declividade do relevo, o que dificultaria o uso agrícola da terra, ocasionando nela os processos erosivos, além dos desmatamentos de áreas que compreendem a APA. As condições ambientais desfavoráveis da prática agrícola repercutiriam no surgimento de voçorocas, fazendo com que essas paisagens se tornassem menos atrativas para o turismo ecológico. Outro complicador é que a porção leste dessa zona rural já se encontra densamente ocupada por loteamentos, comprometendo a disponibilidade de água para a prática agrícola.

Dessa forma a delimitação da zona rural no município de Igarapé não seguiu critérios de uso racional do solo e sim a delimitação de uma área para atender os objetivos de ordem política, visando à captação de recursos condicionados a existência de uma zona rural no município. Além disso, esta zona rural não se manifesta como um local atrativo do ponto de vista imobiliário por dois motivos: o relevo apresenta-se com maiores declividades e a existência de áreas com loteamentos de baixa-renda no local em questão, mesmo sendo considerados como Zonas de Adensamento Restrito pelo plano diretor.

Os interesses especulativos se fazem percebidos quando comparamos a incompatibilidade entre os usos do solo apontados no plano diretor e sua correspondente área nas sub-bacias que pelas suas características ambientais confirmam essa especulação. A delimitação dada à zona rural no município não leva em consideração o



uso da terra mais sim os interesses especulativos, porque o plano diretor é uma construção político-ideológica que, na medida do possível, tenta conciliar os múltiplos interesses sociais do município. Esta conciliação faz com que os estudos dos zoneamentos agrícolas sejam desconsiderados como parâmetro na definição do uso do solo, pois estes se baseiam num uso racional do solo considerando seus aspectos naturais. Logo as zonas e seus usos correspondentes na prática não se fazem presentes no plano. Esta constatação indica a importância desse assunto ser levado em consideração nos estudos que se propõem a tratar dos planos diretores dos municípios.

O território estudado configura-se como um meio rural em transformação cujas forças urbanas ainda não se encarregaram de eliminar o trabalho rural na terra. A manutenção deste tipo de trabalho nos residenciais Santa Mônica I e II devem-se aos valores culturais que o meio rural assumiu na vida de alguns moradores oriundos da RMBH, que acreditam ter conciliado através do trabalho agropecuário o prazer e o complemento a renda.

As relações de solidariedade acontecem entre os moradores permanentes e temporários dos residenciais citados. Eles trocam frutas e verduras entre si, tomam conta dos cachorros e da casa na ausência dos moradores.

Os conflitos entre os moradores, quando ocorrem, estão associados a diferentes representações do lugar. Uns associam lazer a sossego, tranquilidade, enquanto outros a festividades e encontros.

A manutenção da atividade agropecuária no residencial tem estado condicionada a dois aspectos principais: a baixa ocupação dos lotes, já que a existência de lotes vagos é determinante para o acesso dos vaqueiros às pastagens, que reduzem os custos com a ração. O segundo está atrelado à predominância em maior número de moradores que valorizam o modo de vida rural, suas práticas e costumes. Aqueles que praticam a atividade agropecuária, tanto dentro quanto fora do residencial (pequenos pecuaristas do bairro Batatal), percebiam o uso comunal da terra no residencial em função do espaço aparentar-se vazio, com relevo plano revestido de antigas pastagens. Portanto, a propriedade privada só é percebida por esses sujeitos quando esta é de fato utilizada.

Os vaqueiros encontram-se integrados ao mercado, assim como os agricultores familiares que se dedicam ao cultivo de hortas, plantas e flores nas áreas de uso rural nas imediações do córrego Batatal. As interações destes trabalhadores rurais com o mercado acontecem em diferentes níveis de inserção: os vaqueiros comercializam queijo e leite dentro do residencial, através da colaboração de parentes

nas cidades vizinhas (Contagem e Betim); enquanto os agricultores familiares nas imediações do córrego Batatal e Mosquito produzem em maior escala, estando inseridos a um mercado consumidor de maior alcance que ultrapassa o limite da Grande Belo Horizonte.

Estas relações de produção agrícola e não-agrícola estão sujeitas a adaptação nas suas formas de trabalho, pois estão inseridas numa APA, que já tem demonstrado sinais das degradações impostas pela especulação da terra e pela adoção de um modelo de produção agrícola não condizente com a sustentabilidade ambiental local.

Os moradores mais antigos do loteamento do bairro São Francisco e os agricultores familiares tradicionais das imediações do córrego Batatal foram os que se mostraram mais conscientes da velocidade das degradações que afetam os córregos e a serra; contaram episódios de suas vidas que retratavam uma natureza pouco alterada pelo trabalho há trinta anos atrás. A água e os peixes eram abundantes contribuindo para a sobrevivência das famílias mais pobres. Os moinhos de água foram lembrados pelos agricultores familiares para ilustrar o contraste com a situação vivida em 2007 “*no ano passado não desceu água da serra pra uma galinha beber (...)*”. A mineradora tem sido apontada pelos moradores locais como principal causadora deste problema; esses sujeitos pouco mencionaram os gastos de água provocados pela irrigação, o que é um dado preocupante.

Os manejos mais sustentáveis têm sido praticados pelos agricultores familiares japoneses localizados nas imediações dos córregos Alto da Boa Vista e Varginha, no município de Mateus Leme. Os agricultores japoneses do ramo da flora têm apresentado explorações que mesmo próximas de um modelo empresa, não romperam com os valores e tradições que a todo o momento influenciam as relações que eles estabelecem com a natureza; em função disso adotam manejos mais adequados às condições ambientais locais, a consequência disto é que as reclamações em torno da escassez de água foram menores nesse grupo. A terra é percebida tanto por eles como pelos agricultores familiares brasileiros como um patrimônio da família.

A lógica familiar é marcante nessas explorações, independentemente dos modelos que se assemelham, pois a ampliação da produção está condicionada a capacidade da família gerenciar a produção desde o plantio até o seu comércio. Mesmo nas explorações familiares japonesas, mais próximas do modelo empresa, há dependência do mercado e das tecnologias mas isso não impede que o trabalho familiar seja base da sua lógica de produção.

Os agricultores familiares japoneses e brasileiros mostraram-se ao longo da vida trabalhadores pluriativos que diversificavam suas atividades para se adequarem ao modo de produção capitalista, que a todo o momento estabelece preços mais baixos para os produtos da agricultura.

A diversidade na produção se manifestou de forma diferente comparando as explorações japonesas e brasileiras. As primeiras cultivavam com mais frequência produtos não-alimentícios entre os agrícolas, já os brasileiros adotavam uma diversidade dos cultivos associada a criação do gado e produtos alimentícios, em outras palavras uma diversidade mais centrada em produtos agrícolas e seus derivados.

O território possui características em relação ao uso do solo que permitem chamá-lo de multifuncional, marcas do trabalho, construídas ao longo dos diferentes períodos de ocupação. Estas marcas pensadas como materializações do trabalho têm feito com que os recursos naturais, água e solo, tornassem alvos dos mais variados interesses. Esse território se aproxima da concepção de meio rural, quando se leva em consideração o trabalho como definidor do uso, o que contraria a denominação de zona urbana do plano diretor de Igarapé.

As mudanças sociais em curso têm revelado que é possível manter o uso rural da terra em uma zona definida como urbana, porque os moradores em questão carregam consigo uma ruralidade assentada na valorização do rural por meio do trabalho e/ou do lazer. As explorações de uso rural da terra adotam uma lógica familiar que conduz o trabalho nas diferentes etapas da produção, com maior controle da qualidade de seus produtos e de sua produtividade, auferindo a estas maiores lucros em terras a mercê das especulações. Os agricultores familiares conseguem bom êxito na produção graças a sua cultura que funciona como força produtiva, que lhes permite perceber a terra como patrimônio. Os agricultores familiares japoneses entrevistados adotam manejos mais sustentáveis em relação ao solo e a água quando comparados com os demais. Tanto agricultores familiares japoneses quanto brasileiros utilizam um saber-fazer na produção (arranjos de flores, queijos e cachaça) que possibilita uma inserção diferenciada dos seus produtos no mercado.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1992. 275p.

ANDRADE, A.B.B de. Zoneamento agrícola dos municípios de Igarapé e São Joaquim de Bicas: Uma racionalização no uso da terra. 1997. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *Condomínios fechados da Região metropolitana de Belo Horizonte: Novas e Velhas Experiências*. Rio de Janeiro: Anais XIX Encontro Anpur, 2001, p. 936-943.

ANDRADE, Manoel Correia. *A questão do Território no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. São Paulo. Editora Arx, 2003.

BAGLI, Priscila. Rural e Urbano: Harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p81-109

BENEDICT, Ruth (1887-1948). *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. SP: Perspectiva, 2007.

BICALHO, Ana Maria de Souza M. Agricultura e ambiente no município do Rio de Janeiro In: ABREU, Mauricio de Almeida. (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

\_\_\_\_\_. Agricultura Metropolitana. In: *Encontro Nacional de produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, 1996, Rio de Janeiro: Encontro Nacional de produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais: Informações para uma Sociedade Justa. Rio de Janeiro: IBGE, 1996, p.11-25

BOURDIEU, P. *A profissão do Sociólogo: Preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, p.9-96.

BRYANT, C. R., RUSSWURN, L. H; McLELLAN, A. G. *The city's countryside*. London: Logman, 1982.

CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8ed. SP: Duas cidades, 1998, p. 17-87.

CARMO, Maristela S. do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D; BRANDENBURG, A (Comp.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR. 1998, p.226.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da Agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio. *A diversidade da Agricultura Familiar*. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 2006, p.165-185

CARVALHO, R.F. Avaliação do uso e ocupação do solo na bacia do Ribeirão Serra Azul e as consequências no reservatório da Copasa-MG. 2002, 302 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CARP LEADER II (Célula de Animação Rede Portuguesa Leader II). *O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade - os ensinamentos de 10 anos de Iniciativa Comunitária Leader em Portugal*. Lisboa, s.d [c.2002].

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. 7.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, 139p.(Coleção Primeiros Passos)

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.

CORREIA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de e SILVEIRA Maria Laura (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

COSTA, G.M; ARAÚJO, C.E.F. A expressão socioeconômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. In: COSTA, H.S.M (Org). *Novas periferias metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte: Dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: Editora: C/Arte, 2006, p.36-46.

COSTA, H.S.M (Org). *Novas periferias metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte: Dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: Editora: C/Arte, 2006.

COUTINHO, M. C; KRAWULSKI, E; SOARES, D. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Revista Psicologia & Sociedade*, vol.19. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 ago.2009.

DAVID, H. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia Humana do Brasil*, 2. ed. Rio de Janeiro, 1952, 268 p.

DINIZ, C.C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p 11-31.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Mundo rural e geografia - geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora da UNESP, 2002

GEORGE, Pierre. *Geografia rural*. São Paulo: Difel, 1982.

GOMES, Ivair. *(Re)pensando e (re)qualificando o espaço rural - uma contribuição da geografia ao debate*. 2008. 153f. Dissertação (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.21-29.

GUIMARÃES, Alberto P. *A crise Agrária*. Rio de Janeiro: Ed.Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2ed.São Paulo: Contexto, 2006

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Etc, espaço, tempo e crítica (Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas). n.2(4), vol. 1, 15 ago. de 2007. Disponível em:<[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf)> Acesso em: 5 ago. 2009.

LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar*.v.1 Campinas. Editora Unicamp, 1998. 336p.

\_\_\_\_\_. *A agricultura familiar*. V.2 Campinas. Editora Unicamp, 1998. 348p.

LAVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, Trabalho e Capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana* (tradução de Sérgio Martins). Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999. 178p.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.19-28.

MAGALHÃES, F.N.C; LINHARES, L.R;MONTE-MÓR, R.L.M.Urbanização extensiva e desconcentração espacial no Eixo Sul do Entorno Metropolitano de Belo Horizonte. In: COSTA, H.S.M (Org). *Novas periferias metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte: Dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: Editora: C/Arte, 2006, p.392-421.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1975, p.103-161.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1986.

MATOS, R.E.S. Reflexões acerca da expansão da grande cidade na atualidade e de seu papel na expulsão e recepção de população. In: COSTA, H.S.M (Org). *Novas periferias metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte: Dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: Editora: C/Arte, 2006, p.57-80.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOYANO, Eduardo. Las políticas de desarrollo rural em la Union Europea. In: SHIGEO, S; SILVA, J.G; ORTEGA, A.C (orgs). *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*, Uberlândia, Ed.UFU, 1997 p.35-44

MORAES, A.C.R; COSTA,W.M.*Geografia crítica: A valorização do espaço*. 4ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1999.196p.

MORENO, A.L.T. *Produção do espaço e espaço da produção*. 2002. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

OLIVEIRA, R.C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *Revista de Antropologia*, SP: USP, 1996, v.39, n° .1.

ORTIZ, Renato. A procura de uma Sociologia da Prática In: Ortiz, R.(org.) *Pierre Bourdieu*, São Paulo: Ática, 1983.

PEREIRA, Marly Teresinha. Agricultura urbana e peri-urbana. In: *Boletim Qualidade de vida*. São Paulo: USP, ano 2- número 11- abril de 2000, p. 1-4.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, vol.2, n° .3, 1989, p.03-15.Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> (Acesso em: 21 mar. 2008)

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, vol.5, n° .10, 1992, p.200-225. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> (Acesso em: 21 mar. 2008)

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In VON SIMSON, Olga M. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*.SP: Vértice, Ed. Dos Tribunais, 1988, p.14-43

\_\_\_\_\_. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A.Queiroz Ed., 1991.

\_\_\_\_\_. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil (ensaios)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [ a ] p.46-64 (Coleção LTC de Estudos Brasileiros)

ROSA, Lucelina Rosseti. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*.São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p.187-204

SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: Os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.46-55.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006, 446p.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SANTOS, M. O retorno do território. In: *OSAL : Observatório Social de América Latina*. Ano 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005 . Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>> (Acesso em: 4 ago. 2009)

SEABRA, O.C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.71-86

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 8, n.7, jul-dez, 2005,p. 1-21

SILVA, José Graziano da. *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S; SILVA, J.G; ORTEGA, A.C (orgs). *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*, Uberlândia, Ed.UFU, 1997, p.75-99.

SINCLAIR, R.J. Von Thünen and Urban Sprawl. IN: *Annals of the Association of American Geographers*, 1967, p.72-87.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde Pública* vol.9 no.3 Rio de Janeiro, July/Sept. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.org> > (Acesso em: 10 jun. 2009)

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*.São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p.111-130

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. RJ:Paz e Terra, 1992, cap.7.

TUBALDINI. M.A. dos S; RODRIGUES, E.F. As relações rurais-urbanas em área de agricultura metropolitana: sustentabilidade e meio ambiente no município de Ibité-MG.8º Encuentro de Geógrafos de América Latina- Universidad de Chile, Chile, 2001.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. In: *Revista GEOUSP - Espaço e Tempo*, n.15, São Paulo, 2004, p.119-126.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Revista de Ciências Sociais Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.15, out. 2000, p. 87-145. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>> (Acesso em: 3 abr. 2008)